

ANA ELÍDIA TORRES

**CÍRCULO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
uma investigação dessa aliança no cotidiano
dos catadores da Coocassis**

**ASSIS
2016**

ANA ELÍDIA TORRES

**CÍRCULO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
uma investigação dessa aliança no cotidiano
dos catadores da Cooassis**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestra em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)
Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo
Coorientador: Prof. Dr. Matheus Fernandes de Castro

**ASSIS
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Letícia Ferreira da Silva Donato – CRB 8/9305

T693c Torres, Ana Elídia
Círculo de cultura e economia solidária: uma investigação
dessa aliança no cotidiano dos catadores da Cooacassis / Ana
Elídia Torres. - Assis, 2016
118 p.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de
Assis - Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr. José Sterza Justo
Coorientador: Dr. Matheus Fernandes de Castro

1. Catador de material reciclável. 2. Economia solidária.
3. Educação popular. - I. Título.

CDD 370.194

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Elídia Torres

CÍRCULO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma investigação dessa aliança no cotidiano dos catadores da Coocassis

Pesquisa de Mestrado em Psicologia na Faculdade de Ciências e Letras de Assis – FCL – UNESP – Assis

Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo

Coorientador: Prof. Dr. Matheus Fernandes de Castro

Data da aprovação

Nomes e assinaturas

AGRADECIMENTOS

A gratidão me é suave, fácil e gostosa de sentir, no entanto se torna um pouco difícil quando tenho que expressá-la em palavras. São muitas forças, muitas pessoas e muitos encontros a agradecer. Também são bastantes sensações, alegrias, sentimentos, verdades, dores e aprendizados que são retomados neste momento. A própria dissertação nasce dessa gratidão aos aprendizados e aos encontros produzidos na graduação.

Os agradecimentos atualizam a potência que me foi proporcionada neste trabalho. Por isso, mesmo sendo um pouco difícil a escrita, é com grande emoção e alegria que a faço.

Agradeço...

Ao Yuri, meu grande amor e companheiro. Seu incentivo, força, entusiasmo, correções, leituras, discussões e cuidado tornaram esta dissertação possível!

Ao Matheus, grande mestre, orientador e companheiro de trabalho. Soube fazer mais do que orientação, me acolhendo, fortalecendo, criticando, apoiando e construindo junto comigo este trabalho;

À minha amada mãe, pelos constantes ensinamentos e apoio. Seu trabalho comunitário sempre foi minha inspiração. Meu compromisso com uma sociedade mais justa e solidária começa observando sua atuação no mundo;

Ao meu amado pai, pela amizade e aprendizados. Sua grandeza enquanto homem e seu exemplo de vida me são fundamentais. Onde busco forças, conselhos, puxão de orelha e base para viver;

Aos meus irmãos, Ana Paula e João, que de formas tão diferentes estão sempre comigo, com apoio, cuidado e carinho, me lembrando como é bom estar em família e como faz bem nos amarmos;

À Tia Lile, por toda força de amor e admiração que nos envolve;

Aos tios e tias, avôs e avós, sogro e sogra, cunhados e cunhadas, sobrinho e sobrinhas, primos e primas, padrasto e madrasta, que são tão importantes em minha vida; que me fazem vibrar e sentir que a família é bem mais do que os laços de sangue, são os laços de amor, são a força aonde sempre podemos retornar e reabastecer os corações; onde o apoio é infinito e o cuidado é um ato comum;

À professora, amiga e mestra Ana Maria, pelo exemplo, apoio, cuidado, sabedoria, correções, discussões e, principalmente, pelo grande aprendizado que me proporcionou nesses seis anos de convívio;

Aos amigos da Incubadora de Assis, no nome do professor Carlos Ladeia, por todos esses anos de trabalho, afetos e aprendizados;

À professora Leny Sato, pela participação nas bancas e pelas enriquecedoras contribuições ao trabalho;

Ao professor Justo, pela oficialização da orientação e pela aposta neste trabalho;

Aos amigos e padrinhos Camila e Dê, pelo extremo cuidado, pela alegria que é conviver com vocês, pela casa, chave, família e amor que tanto me fortaleceram nas estadias em Assis;

Aos amigos queridos da Waldorf, em nome do João e da Luiza, que estiveram com paciência e amorosidade nas angústias e alegrias;

Ao casal Lia e Du, por todos esses anos de amizade, me proporcionando um lar e uma família em Assis;

À querida amiga Pam, que esteve dia a dia nessa caminhada, com todo carinho e riqueza que lhe é própria, me trazendo sempre luz e paz;

Aos amigos Letícia e André por proporcionarem bons momentos nos intervalos de escrita e trabalho, sempre trazendo apoio;

À querida amiga Lilian, por todo cotidiano junto, por toda delicadeza, toda força e companheirismo que me tem proporcionado. Você é luz e alegria em minha vida;

Aos amigos Tati e Ti, que me proporcionaram, além da amizade, yoga, massagens, e principalmente a Clarinha, que me trouxe espaço na escrita e amor no coração; o cuidado de vocês três foi muito importante para esta dissertação;

Aos amigos do Frepop, que muito me ensinaram sobre Educação Popular e amorosidade; são muitos aprendizados, muitos encontros e muita alegria em partilhar com vocês essa luta e essa construção de um mundo melhor;

Aos companheiros de luta da Educação Popular e da Economia Solidária, pelo constante reabastecimento de forças;

Aos amigos de graduação e pós-graduação, pelos diálogos, bares, leituras e conversas constantes;

Aos encontros, rezas, homeopáticos e fitoterápicos, acupunturas, florais, yoga, vó Joaquina, e tantas forças que me foram muito presentes nesse período; forças de representação do amor, do cuidado, e da sabedoria que me permitiram me dedicar a este trabalho;

Aos que virão, e que venham;

E por fim, aos meus companheiros, amigos e mestres cooperados da Coocassis; minha eterna gratidão por todo aprendizado, por toda dedicação e paciência, e também pelo carinho com que me acolheram e me ensinaram ao longo desses seis anos de convívio.

TORRES, ANA ELÍDIA. **CÍRCULO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma investigação dessa aliança no cotidiano dos catadores da Cooacassis**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar se o Círculo de Cultura, enquanto ferramenta de Educação Popular, pode contribuir para a afirmação dos princípios da Economia Solidária. Para tanto fizemos uma pesquisa de campo buscando averiguar possíveis impactos do Círculo de Cultura no cotidiano dos trabalhadores da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região (Cooacassis), que ocorreu com o grupo durante os anos de 2010 e 2011, e tinha como intuito potencializar os princípios da Economia Solidária. Para alcançar o objetivo desta pesquisa, realizou-se, nos anos de 2014 e 2015, um reencontro com o grupo de catadores em uma pesquisa de campo promovida pelo método etnográfico. Ao todo, foram dois anos de convívio com a Cooperativa durante a graduação, dois anos distante da Cooperativa e, por fim, mais dois anos de pesquisa. Dividindo didaticamente o trabalho em dois grandes encontros, temos: o primeiro com o passado, através do Diário de campo produzido lá e usado aqui como documento. E o segundo encontro no retorno à Cooacassis, e no novo convívio com o grupo, realizado com visitas semanais. Como resultado disso vimos vidas reais que foram impactadas pela Economia Solidária, mas que mesmo trabalhando em uma cooperativa autogestionária, viviam grandes contradições pois ainda estavam submetidos a sociedade capitalista. Nesse sentido, pensar a Educação Popular e o Círculo de Cultura para o cooperativismo autogestionário e popular é fundamental para enfrentar as contradições que emergem das relações apresentadas ao longo do trabalho.

Palavras-chave: Catador de material reciclável. Economia Solidária. Educação Popular. Etnografia.

TORRES, ANA ELÍDIA. **CULTURE CIRCLE AND SUPPORTIVE ECONOMY: an investigation of this alliance in the daily lives of the Cooacassis collectors.** 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

ABSTRACT

The purpose of this work is to investigate whether the Culture Circle, as a Popular Education tool, can contribute to the affirmation of the principles of Supportive Economy. To this end we did a field research seeking to investigate possible impacts of Culture Circle in the daily lives of workers from Recyclable Materials Collectors Cooperative of Assis Region(Cooacassis), it happened to the group during the years 2010 and 2011, and it had the intention to enhance the principles of Supportive Economy. To achieve the objective of this research, in the years 2014 and 2015, a reunion with the collectors group was held in a field research conducted by the ethnographic method. In all, two years of living with the Cooperative during graduation two years away from the Cooperative and, finally , two more years of research. Didactically dividing the work into two major meetings , we have: the first with the past, through the Field diary produced there and used here as a document. The second meeting in the return to Cooacassis , and the new association with the group , carried out weekly visits . As a result we have seen real lives that have been impacted by the Supportive Economy, but even working on a self-managed cooperative, lived great contradictions as they were still subject to capitalist society. In this sense, think of Popular Education and Culture Circle for self-managed and popular cooperativism is essential to face the contradictions that emerge from the relations presented throughout the work.

Keywords: Recyclable Materials Collector. Supportive Economy. Popular Education. Ethnography.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CADSOL	Cadastro de Empreendimento em Economia Solidária
CIISC	Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis
Coocassis	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região
Coopercop	Cooperativa dos Catadores do Oeste Paulista
EES	Empreendimento de Economia Solidária
EAF	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBB	Fundação Banco do Brasil
Incop	Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Núcleo de Assis
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
Proex	Pró-reitoria de Extensão Universitária da Unesp
Proninc	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PT	Partido dos Trabalhadores
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
Sies	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
2	O CAMINHO QUE DELIMITOU A METODOLOGIA	17
3	UM CONTEXTO	25
3.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL	25
3.2	POTÊNCIAS E DESAFIOS: CONSTRUINDO UMA SOCIABILIDADE MAIS SOLIDÁRIA	32
3.3	COTIDIANO: ONDE A CONTRADIÇÃO APARECE E A POTÊNCIA SOLIDÁRIA CRESCE	42
4	UMA FORÇA	46
4.1	EDUCAÇÃO POPULAR: UM GRANDE ENCONTRO	46
4.2	A RELAÇÃO PROFÍCUA ENTRE A INCUBADORA E A EDUCAÇÃO POPULAR	51
4.3	O CÍRCULO DE CULTURA	53
5	UMA HISTÓRIA	56
5.1	O (RE)ENCONTRO COM O DIÁRIO DE CAMPO E COM O PRÓPRIO CAMPO	56
5.2	O CÍRCULO DE CULTURA EM 2010 E 2011	59
5.3	UM OLHAR PARA ESSES ENCONTROS	68
6	UM NOVO HABITAR	74
6.1	A PESQUISA ETNOGRÁFICA E OS NOVOS CAMINHOS	74
6.2	ANDANÇAS, ENCONTROS, CONVERSAS, APRESENTAÇÕES E ENTREVISTAS	78
6.3	ECONOMIA SOLIDÁRIA É SER SOLIDÁRIO COM ALGUÉM QUE PRECISA	86
7	POSSIBILIDADES	93
7.1	BUSCANDO RESPOSTAS, ENCONTRANDO PERGUNTAS	93
7.1.1	<i>Autogestão</i>	95
7.1.2	<i>Cooperação</i>	98
7.1.3	<i>Solidariedade</i>	99
7.2	E O CÍRCULO DE CULTURA?	101
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

1 APRESENTAÇÃO

Começar este trabalho comporta expor uma apresentação de seu tema e objetivo e também uma apresentação de quem o escreve, entendendo que a pesquisa e a pesquisadora estão em constante diálogo.

Apresentar quem pesquisou e escreveu é contar o caminho e as bases para chegar a algum lugar ou a novas dúvidas; e o caminho nesta pesquisa é fundamental, ele é a força motriz da vontade de cursar pós-graduação. Força motriz é aquela que faz mover, e o percurso que me trouxe até o mestrado é também parte da pesquisa.

Esse caminho começa na graduação, ao final de 2009, quando participava da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Núcleo de Assis. Trata-se de um projeto de extensão e um núcleo de estágio do curso de psicologia que tem como objetivo assessorar grupos populares na formação de cooperativas e associações na perspectiva da Economia Solidária.

Dentro da Incubadora havia a possibilidade de os alunos trabalharem junto a algumas associações e cooperativas, e a minha decisão foi por atuar junto à Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região (Coocassis), pela possibilidade de trabalhar com um grupo que tinha muitas demandas e que pudesse proporcionar novos desafios. Naquele momento, a Cooperativa contava com 120 trabalhadores. Foi um trabalho que realmente proporcionou muito aprendizado, além de grandes afetos.

A constituição da Incubadora da Unesp de Assis está ligada à atuação junto a grupos de catadores de materiais recicláveis do Oeste Paulista. Ela começa em 2001, com conversas informais de um grupo de discussão com trabalhadores desempregados¹. Esse trabalho foi criando uma consistência para pensar alternativas de trabalho e renda, e não somente uma discussão da situação de desemprego. Em um determinado momento, o grupo foi abordado pela equipe da Cáritas Diocesana², que apresentou seu projeto de mobilização nacional, o Luxo do Lixo, cujo objetivo consistia em apoiar organizações de catadores de materiais

¹ Esse grupo pertencia a um Núcleo de Estágios da Unesp de Assis formado por uma equipe de professores e estagiários do curso de Psicologia.

² A Cáritas Diocesana de Assis é uma rede da Igreja Católica de caráter social, atuando na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica. Seus agentes trabalham junto aos excluídos e excluídas, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais.

recicláveis. Iniciava aí uma relação entre Cáritas, universidade e trabalhadores, almejando concretizar esse projeto³.

Em junho de 2001, em uma reunião da diretoria da Cáritas Diocesana, foi discutida a proposta de unir a demanda dos trabalhadores e o projeto com catadores: a Cáritas forneceria infraestrutura e a Unesp, assessoria. E assim o projeto foi se constituindo como uma realidade. A Cáritas proporcionou o espaço, o equipamento e o apoio político e a Unesp, por meio dos seus projetos de extensão, fez (e faz) o trabalho de capacitação e acompanhamento do cotidiano dos catadores, visando à organização enquanto categoria, e o desenvolvimento de atitudes democráticas, participativas e solidárias. A Prefeitura Municipal de Assis também se juntou ao processo e, num primeiro momento, através da Secretaria de Planejamento e Obras e da Secretaria de Assistência Social, ofereceu caminhão para transportar os materiais recicláveis da residência dos catadores para o barracão, bem como forneceu cestas básicas para eles. Ao final desse primeiro processo, as bases para o projeto estavam constituídas e as parcerias sendo formadas para sua execução; no entanto, ainda era preciso que os catadores aderissem à ideia, que, inicialmente, não havia partido deles, mas que estava sendo arquitetada com os trabalhadores, e não somente para eles. As reuniões para solucionar problemas e pensar estratégias de ação que pudessem viabilizar um trabalho coletivo com bases na coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis eram permanentes. Com os esforços de todos em participar das reuniões e fazer novos convites, um grupo começava a se formar e, em torno de 60 dias, já havia mais catadores participando do projeto – era o trabalho coletivo nascendo (CARVALHO, 2008).

Em 2003, o então Grupo de Formação da Cooperativa foi oficializado como Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (Coocassis), contando, nessa ocasião, com 47 cooperados. A cada mês novos catadores e desempregados de outras áreas procuravam a Coocassis em busca de uma alternativa de trabalho e renda. Nesse ano, firmaram seu primeiro convênio com a administração municipal e assumiram as atividades de triagem do lixo no Parque de Reciclagem. Na renovação do convênio, em 2004, implantaram a coleta seletiva do município.

Hoje a coleta seletiva é executada em toda a cidade, com cem por cento de abrangência, e a Cooperativa deixou de triar o lixo, fazendo o processamento apenas do material reciclável. Passando por vários momentos diferentes, ela avançou muito e conquistou seu espaço na cidade e no entorno dela, assumindo o caráter regional e fortalecendo os grupos

³ Para melhor compreensão desse processo, cf. CARVALHO, 2008.

de catadores do Oeste Paulista. O começo de muitas associações de catadores da região de Assis foi em ações conjuntas dos trabalhadores da Cooocassis com professores e estagiários da Unesp, constituindo uma metodologia de trabalho que chamamos na Incop – Assis “De catador pra catador”, por meio da qual catadores conversavam e, formando esse vínculo, assessorado pelo trabalho da incubadora, construíam novos empreendimentos.

A Incop Unesp – Núcleo de Assis ganhou cada vez mais visibilidade na região e algumas administrações municipais começaram a procurá-la para organizar novos grupos de catadores. Ela assessorou os gestores públicos na elaboração de políticas públicas na área de Gestão de Resíduos Sólidos com inclusão de catadores, além dos trabalhos de incubação com organizações de catadores, sendo sua história intimamente ligada à constituição da Cooocassis. Hoje a Incubadora atua junto a grupos de catadores de materiais recicláveis em vários municípios e assessora o Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista e a Cooperativa dos Catadores do Oeste Paulista (Coopercop), ações conjuntas das cooperativas e associações da região.

Comecei a conhecer e vivenciar essa história ao final de 2009, quando entrei em contato com a Incubadora e também com a Cooocassis, grupo escolhido para atuar no estágio. Já no trabalho com os catadores, tive um período de adaptação com o grupo e depois os alunos foram se permitindo mais encontros e conhecendo suas formas de atuar com cada área da Incubadora. De forma bastante singular, esta pesquisa traz a história de quem se envolveu de tal maneira que, em pouco tempo, estava em vários espaços e assumindo novos compromissos, tanto com a Incubadora quanto com a Cooperativa, ao ponto que em dois meses de trabalho passava mais tempo no espaço físico da Cooperativa do que na própria universidade, participando de reuniões e encontros pelo menos três vezes por semana.

Esse “habitar” na Cooocassis, além de proporcionar a vontade de fazer pesquisa, fornecia diferentes possibilidades de abordar o objeto. Em virtude da proximidade e do envolvimento com o grupo e com o auxílio dos estudos teóricos, optei por utilizar a Etnografia (MARTINS, 1994) como metodologia da pesquisa.

Durante esse período, formularam-se perguntas e fizeram-se descobertas, pois essa vivência trouxe aos alunos uma possibilidade de adotar uma Psicologia mais crítica e comprometida com a transformação social. Essa experiência proporcionou que criássemos mais sentidos para nosso fazer enquanto estudantes, enquanto psicólogos após formados e enquanto pesquisadores, retornando a esse espaço para realizar pós-graduação.

Entre as interrogações formuladas enquanto estudante, uma se tornou a disparadora da pesquisa: como dialogar com os trabalhadores e apresentar a ideia de que a vivência em uma cooperativa de Economia Solidária não era apenas uma alternativa ao desemprego?

A Economia Solidária é uma alternativa de trabalho e renda, mas tem a pretensão de ir além, tornando-se uma forma de sociabilidade, com princípios como a cooperação, a solidariedade e a autogestão (SINGER, 2002). Durante a graduação, vimos no Círculo de Cultura, uma ferramenta de Educação Popular, uma possibilidade para trabalhar com os trabalhadores essa perspectiva. Por isso, utilizamos essa metodologia durante o estágio na Coocassis, o que foi muito profícuo e rendeu muitas experiências, se transformando, mais tarde, no objeto desta pesquisa.

Assim, meu objetivo neste trabalho é investigar se o Círculo de Cultura, enquanto ferramenta de Educação Popular, pode contribuir para a afirmação dos princípios da Economia Solidária. Para isso, busca-se, como objetivos específicos: a) investigar se o Círculo de Cultura, realizado em 2010 e 2011, contribuiu para fortalecer os princípios solidários, como autogestão, cooperação e solidariedade na Coocassis e b) levantar e compreender, junto aos trabalhadores, os desafios que ainda permanecem para a efetivação dos princípios da Economia Solidária no cotidiano de trabalho.

O Círculo de Cultura é uma ferramenta da Educação Popular sistematizada por Paulo Freire (1989), que proporciona debates com adultos na busca do esclarecimento das situações do cotidiano de trabalho. Busca-se conquistar não só as palavras, como também os sentidos histórico e social que elas têm, o sentido já existente para aquelas pessoas. Afinal, os participantes não são uma minoria de aristocratas dedicados à especulação, mas sim, homens do povo que carregam consigo essas palavras com vida, tendo em vista que dizem de seus trabalhos, de suas dores, de sua fome e de suas lutas (WEFFORT, 1989).

A proposta de Freire (1989) era buscar uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política, e por isso instituiu esse método como possibilidade de diálogo. Ressaltamos que a difícil busca de uma educação para a autonomia só se dá porque se parte de um todo social, estruturado pelo modo de produção capitalista, que quer gerar uma sociedade constituída por sujeitos passivos e sem esperança de mudança. O capitalismo sustenta a lógica de grande parte dos sujeitos não pensantes e não reflexivos, para, assim, manter sua estrutura e sua força.

A Cooperativa segue os princípios da Economia Solidária, muito embora estejamos todos inseridos no modo de produção capitalista e subjetivados por ele, por isso, em nossos

diálogos e reflexões há uma constante tentativa de compreensão dessa composição conflitante. Vimos a possibilidade de usar o Círculo de Cultura como espaço para desvelar e discutir essas contradições, presentes em um espaço que busca relações solidárias e uma gestão pautada na participação de todos, de forma crítica e comprometida. Na pesquisa partimos da hipótese de que o Círculo de Cultura foi e continua sendo um instrumento importante para o fortalecimento da autogestão e para a afirmação dos princípios da Economia Solidária, uma vez que essa reflexão-ação parte do cotidiano de trabalho e nele gera transformações.

Ao longo deste estudo, recuperamos a história do Círculo de Cultura na Coocassis, estabelecemos novo convívio e realizamos entrevistas buscando sempre a convergência com aportes teóricos da Psicologia Social e do Trabalho, da Sociologia do Trabalho, da Economia Solidária e da Educação Popular, afinal, a realização desta pesquisa inaugura uma nova fase de nosso caminho junto a esses trabalhadores.

Devemos ressaltar que a Educação Popular não é só uma ferramenta de trabalho com os cooperados, ela é também uma orientação político-teórica, é uma postura que acredita no empoderamento dos sujeitos e nas suas potências criadoras. Ela não se realiza apenas na ação direta em roda de conversa, mas no olhar, na relação com o outro, na construção do projeto de pesquisa, na escolha de metodologia e no caminhar da pesquisa; é uma postura ética entre pesquisador e sujeito/objeto de estudo. Um exemplo disso foi a participação de uma trabalhadora cooperada na banca que avaliou o projeto de mestrado, em uma disciplina da pós-graduação intitulada Seminários de Pesquisa, em que eram discutidos os projetos de cada aluno. A cooperada não só discutiu o projeto como teceu críticas à universidade, dizendo que é para poucos; afirmou ainda sobre a importância de ela ocupar aquele espaço, que a academia e o conhecimento formal e institucionalizado não lhe permitem adentrar. A trabalhadora contribuiu muito com o projeto, principalmente para a sua metodologia, quando falou sobre a importância de estar com o grupo novamente e fazer entrevistas com os novos catadores que não participaram do Círculo de Cultura, porque, em sua visão, eles poderiam colaborar para a compreensão da importância que esse espaço tinha na construção de valores cooperativos e solidários.

2 O CAMINHO QUE DELIMITOU A METODOLOGIA

Na busca do encontro entre vontade de pesquisa e possíveis metodologias, o caminho anterior ao projeto de mestrado foi fundamental para a escolha da Etnografia. Reconhecemos a experiência vivida no estágio profissionalizante da graduação como a força motriz para a realização deste estudo. O que possibilitou o retorno à universidade, por meio do mestrado, foi o caminho percorrido dentro da Incubadora, durante a graduação, e, assim, ele é que apontou qual seria a metodologia adequada.

A pesquisa surge da ideia de resgatar com os cooperados se o Círculo de Cultura surtiu algum efeito e então investigar as potências e desafios dessa ferramenta. Ou seja, o projeto é consequência dessa experiência⁴, que será reconstruída e também questionada. A narrativa⁵ é realizada a partir do foco da pesquisadora, que, ao delimitar seu objeto de estudo e/ou de pesquisa, também deve refletir sobre si, sendo assim, o deslocamento biográfico é descrito e olhado por quem já passou por ele.

Esse deslocamento biográfico nos põe diante de momentos de nossa história pessoal que se tornaram distantes e “externos” para nós, numa relação de certo modo objetiva, como a de um etnógrafo em relação ao grupo que estuda. Nessa relação de “exterioridade” no tempo biográfico, nos casos em que se dá, uma ocorrência como a que examino neste estudo pode, então, ser lembrada e interpretada pelo próprio protagonista, ou pela própria testemunha, a partir de um sistema de significados diverso daquele que deu sentido às relações sociais e aos acontecimentos no momento em que foram vividos (MARTINS, 1994, p. 5).

É relevante dizer que o relato da experiência anterior é feito para delimitar de onde essa pesquisa parte e por quais caminhos ela pretende passar. No entanto, a vivência é o início desse encontro, afinal, o caminho é processual e contínuo, e a Etnografia irá proporcionar mais aproximações com o campo e com os sujeitos que lá estão.

⁴ Experiência aqui como entende Thompson (1981, p. 182): “Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos – e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”.

⁵ Segundo Jovchelovitch e Bauer (2008, p. 90), “A discussão sobre narrativas vai, contudo, muito além de seu emprego como método de investigação. A narrativa como forma discursiva, narrativas como histórias e narrativas como histórias de vida e histórias sociais, foram abordadas por teóricos culturais e literários, linguistas, filósofos da história, psicólogos e antropólogos”.

O processo etnográfico é aberto e artesanal. Pode começar com questões simples, como as que se formulam necessariamente quando ainda não existe uma construção teórica anterior do objeto ou uma tradição de pesquisa de onde partir. Também se pode empreender a pesquisa com questões precisas, formuladas depois de uma discussão ou de um desenvolvimento teórico (ROCKWELL; EZPELETA, 1989, p. 50).

Para tanto, é precisamente nessa história do encontro entre aluna de graduação e Incubadora, e posteriormente com a Cooperativa, que foi possível encontrar a justificativa para tais escolhas de pesquisa e metodologia, e, com isso, também encontrar as possibilidades de crítica, análise e avaliações dessas escolhas. A convivência prolongada com esses catadores possibilitou chegar na Etnografia como possibilidade coerente. Nessa perspectiva, a pesquisa de campo e o retorno à Cooperativa possuem um valor fundamental e permitiram, junto aos trabalhadores, novas descrições que levaram à construção de análises de seus cotidianos⁶.

A Etnografia permite um trabalho junto ao grupo, possibilitando assim captar elementos que não podem ser vistos sob um primeiro olhar, só podem ser compreendidos na medida em que se aproxima e vivencia com os sujeitos em determinada condição o cotidiano, descrevendo com riqueza de detalhes essa permanência (MAUSS, 1979). Já a análise é um processo constante nesse tipo de trabalho, ela é feita ao mesmo tempo e posteriormente, pois a escrita e a releitura dos diários de campo são procedimentos de análise. Esse processo admitirá uma aproximação com o detalhe e uma atenção com minúcias não visíveis a uma vista especulativa, e assim chegar ao que Geertz (2008) chamaria de uma *descrição densa*. E ele ainda acrescenta:

O que o etnógrafo enfrenta, de fato — a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados — é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário.(GEERTZ, 2008, p. 7)

Esse sistema tem sido bastante usado em pesquisas que desenvolvem estudos sobre a vida das pessoas nos locais de trabalho, como na tese de Castro, defendida em 2010:

⁶ “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.” (HELLER, 1985, p. 17)

A descrição etnográfica foi muito utilizada para o estudo da cultura de povos primitivos e hodiernamente tem sido um importante instrumento para pesquisas antropológicas, sociais e psicológicas com grupos urbanos, entre outros. Acredito que através de uma convivência prolongada com os motoboys, poderíamos compreender suas práticas cotidianas na relação de forças que estabelecem com o espaço da metrópole paulistana.

A Etnografia é um método de pesquisa que busca uma extensa gama de informações, utilizado por pesquisadores de distintos campos. É definida como uma pesquisa sobre e nas instituições, baseada nas observações participante e/ou em registros permanentes da vida diária, nos locais e contextos em que ela naturalmente acontece (SATO, 2007).

Foi possível entender a experiência na graduação como disparadora da escolha da metodologia etnográfica, afinal foram dois anos e meio de permanência na Cooperativa, convivendo com o grupo e participando de seus espaços, ao menos três vezes por semana, proporcionando assim um habitar etnográfico de cunho amador (MARTINS, 1994).

Assim como qualquer entrada em campo, a experiência de estar no cotidiano com os trabalhadores, e poder estar de fato com eles nisso, não se deu de forma rápida e natural, mas sim com um longo processo de aproximação e vinculação, uma espécie de “rito de passagem”⁷, afinal, aos olhos dos “nativos”⁸ (trabalhadores cooperados), éramos apenas outros universitários que conheceriam um universo muito distante de nossa realidade. De início o grupo aceitou essa entrada como faz com a maioria dos estudantes que passam por aquele espaço, mas, na medida em que passei mais tempo com o coletivo e me inseri em espaços comumente não habitados por estudantes, ficaram receosos e questionadores, emitindo perguntas e desafios como, por exemplo, o de participar do processo de trabalho da Cooperativa.

⁷ Utilizamos o termo “rito de passagem” concebendo-o como espécies de provas destinadas a um candidato para adentrar num novo estatuto. Segundo Da Mata (2000), o rito de passagem apresenta três fases distintas: separação, uma fase limiar fronteira e a incorporação.

⁸ Pensamos os “nativos” nos apoiando na reflexão de Geertz (2002), para o qual, ao invés de tentarmos encaixar a experiência das outras culturas ou grupos dentro de uma moldura de “empatia”, que ainda traz uma lógica etnocêntrica, buscamos ver as experiências dos outros com relação à sua própria concepção do “eu”.

Ao optarmos por uma abordagem etnográfica, optamos por nos inserir num local com pretensões de pesquisa, onde nós somos os pesquisadores e as pessoas do local, o "objeto" a ser pesquisado. Porém, esse é um ponto de vista nosso, pois há outros - o das pessoas do local - para as quais nós também nos constituímos em objeto de pesquisa e isso tem implicações para o "estar no campo" e para a condução a ser adotada nessa relação entre pessoas. Embora apenas para fins didáticos, continuaremos a nos referir ao pesquisador e às pessoas do local pesquisado, ambos são pesquisadores, na medida em que olham acontecimentos, constroem "fatos," analisam-nos e nos interpretam, com finalidades e, talvez, com instrumentos distintos (SATO, SOUZA, 2007, p. 44-45).

Quando o universitário chega no espaço de trabalho da Cooperativa, o grupo o recepciona de forma acolhedora, mas com a perspectiva de quem está lá para ensinar e apreender com ele, uma vez que a rotatividade de estagiários da universidade é alta. Em meio a essa dinâmica, o coletivo já se apropriou da ideia freiriana de troca de saberes, alcançando, na maioria das vezes, que o universitário não tem todo saber para ensinar, mas que também não chega vazio para aprender (FREIRE, 1989). Quando propomos uma maior aproximação com o grupo, como é o caso aqui, na época da graduação, os trabalhadores colocam o desafio de adentrar ao cotidiano de trabalho com o lixo e colocar a "mão na massa", ajudar na coleta, pegar no lixo e no material reciclável, ver o peso do carrinho e ajudar a prensar, entre outras partes do processo de trabalho.

Embora não façamos parte daquele grupo, há determinadas regras válidas para qualquer um que passe do portão pra dentro. Nesse primeiro momento a pesquisa se concentra em nós mesmos e o que nos guia é uma curiosidade inicial, a necessidade de nos situarmos no local, cuja vinculação com os objetivos de nossa pesquisa é menos direta (SATO, SOUZA, 2007, p. 46).

Para os trabalhadores, esse processo indica que esse sujeito, aluno; vindo da universidade; visivelmente membro de "outra classe"; morador de outra cidade; que muitas vezes não trabalha, só estuda; está disposto a experienciar esse outro universo sem receios ou prepotências. E para o aluno, esse movimento sugere que a vivência será de aprender para além da teoria e da aparência esperada desse coletivo cooperado (SILVA, 2000).

Depois de eu ter aceitado o desafio e vivido o trabalho junto ao grupo em seu processo de coleta e separação do lixo⁹ e do material reciclável, e, por conseguinte, ter participado também de momentos importantes de decisão para o coletivo; o grupo permitiu uma abertura para eu atuar e permanecer na Cooperativa vários dias da semana, proporcionando um estado de convivência que Martins chamaria de etnógrafo espontâneo:

⁹ Nesse período, em um convênio com a prefeitura de Assis, a Coocassis triava também o lixo, extraindo o material reciclável. Hoje, a Cooperativa somente tria material vindo da coleta seletiva.

Eu tinha um domínio visual razoavelmente completo de todos os procedimentos adotados no processo de trabalho nas várias seções pelas quais ele se distribuía. E porque trabalhava no mesmo escritório dos engenheiros tive, rapidamente, que me familiarizar com toda a nomenclatura dos equipamentos principais, da matéria-prima e dos procedimentos de produção mais importantes, além dos nomes de todos os engenheiros e da quase totalidade dos mestres. A minha inserção insignificante e quase invisível no próprio centro de decisões do conjunto da Divisão de Terra Cota e a minha mobilidade no seu interior por vários anos puseram-me, de fato, sem que eu evidentemente o soubesse, na condição de um etnógrafo espontâneo. Minha memória registrou até mesmo as relações de parentesco que havia entre vários mestres e, também, as dificuldades que tinham para lidar com a cultura letrada e universitária dos engenheiros (MARTINS, 1994, p. 5).

Essa ideia remete ao fato de que a Etnografia não é feita só como a metodologia planejada de pesquisa, mas que também pode ocorrer sem a aspiração de um método, de forma espontânea. Nesse momento não havia ainda a pretensão da pesquisa, e muito menos do método, no entanto, o contato, o encontro, e até mesmo a descrição estavam acontecendo, pois, para fins de registro dos dias de permanência na Cooocassis, foi produzido um diário de campo, e, à medida que eu fazia as visitas e atuações junto ao grupo, ia registrando e descrevendo o acontecido e o observado.

A utilização desse diário de campo, feito durante a graduação, tem nesta pesquisa o efeito de documento cujo fabricante é o próprio pesquisador, produzido em outro tempo histórico, no entanto, é importante que essa utilização se dê de forma cuidadosa e questionadora, à medida que fica bem claro o intuito de utilizá-lo hoje e sob quais circunstâncias ele foi produzido naquela época (QUEIROZ, 1992, p. 27). Esse diário foi retomado quando se iniciou a pesquisa e também durante o processo de escrita deste texto, afinal, ele contém a narrativa da minha convivência com o grupo durante a graduação.

Produzi também um novo diário de campo¹⁰ com a nova convivência com os trabalhadores, que deixou de ser um documento para se tornar uma técnica e uma nova forma de estar naquele grupo. A Etnografia proporcionou uma base para o uso do diário de campo, entendendo que ele seria mais do que uma ferramenta de coleta de dados, ele seria uma forma de estar no local de trabalho daquelas pessoas: é uma “perspectiva”.

¹⁰ As citações referentes aos diários de campo serão identificadas com datas de quando foram produzidas, localizando o leitor no espaço de produção. Os diários de campo usados como documento, mas feitos na época de execução do Círculo de Cultura são de 2010 e 2011, já os diários de campo referentes à pesquisa etnográfica datam de 2014 e 2015.

A palavra etnografia se refere tanto a uma forma de proceder na pesquisa de campo, como ao produto final da pesquisa: classicamente, uma monografia descritiva. Na antropologia, o termo denota muito mais uma ferramenta de coleta de dados e não equivale à observação participante que a sociologia integra como método. Tampouco costuma identificar-se apenas como método. Insiste-se muito mais em que ela seja um “enfoque” ou uma “perspectiva”, algo que se articula como método e teoria, mas que não esgota os problemas nem de uma nem de outro (ROCKWELL; EZPELETA, 1989, p. 32).

A pesquisa etnográfica se dá de forma processual e contínua, articulada com os movimentos proporcionados pelo peregrinar da investigação. Neste estudo, combinei diário de campo, como foi dito antes, com entrevistas, pesquisa teórica, conversas informais, depoimentos e novo convívio no campo (KOSMINSKY, 1999).

Nas entrevistas busquei trabalhar com cooperados antigos e com os novos, na perspectiva de trazer suas ideias sobre o processo democrático e as ferramentas utilizadas para alcançá-lo. Com os trabalhadores mais antigos – identificados pelas anotações do diário de campo – também foi retomada a história do Círculo de Cultura e seus impactos, no intuito de responder as questões trazidas pela pesquisa. As entrevistas se deram de forma narrativa (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008), sugerindo perguntas conforme o diálogo foi acontecendo, sem um questionário a priori, mas com pontos a serem tocados que foram previamente delimitados¹¹ com o decorrer da busca teórica da pesquisa e a delimitação de seus objetivos.

Ao invés de usar um questionário previamente estabelecido, optei por compreender, a partir da lógica do cooperado, elementos que não conseguimos apreender e que poderiam passar despercebidos com um questionário elaborado a priori e a partir da visão que o pesquisador tem do “campo”, pois ainda que passasse muito tempo na Cooperativa, no limite, minha presença ali se dava atravessada por outras mediações, eu ainda era “alguém da Unesp” e eles, os trabalhadores.

O problema da imposição de problemática pelo questionário consiste no fato de colocar o entrevistado frente a uma estruturação dos problemas que não é a sua e no fato de estimular a produção de respostas que chamamos reativas. O problema remete à distância social ou cultural que existe entre o universo

¹¹ Estabeleci um roteiro com pontos já delimitados, mas as entrevistas tinham liberdade para construir novos caminhos na perspectiva de cada trabalhador. As entrevistas começavam com a história de vida das pessoas e passavam pelos seguintes temas: experiências de trabalho, entrada na cooperativa, diferenças observadas, gestão democrática na Cooperativa, cooperação, capacitação, Rodas de Conversas e Círculo de Cultura, Economia Solidária e, por fim, motivos pelos quais permaneciam trabalhando ali. Dentro disso os caminhos variavam muito, por serem entrevistas narrativas, mas passavam por assuntos trazidos por esse roteiro e também por assuntos trazidos pelos cooperados, como amizades e companheirismo dentro do trabalho, presentes em quase todas as entrevistas com os trabalhadores.

dos pesquisadores que concebem o questionário e o universo dos respondedores (THIOLENT, 1980, p. 48).

As entrevistas narrativas ajudaram não só a responder perguntas, como a formular novas delas, impondo novos desafios e novos questionamentos a respeito da hipótese. Essa liberdade do método aparece, por exemplo, quando um cooperado antigo, antes mesmo de fazermos qualquer pergunta, já diz: “Acho que da forma como a Cooperativa está hoje, não teria como fazer o Círculo de Cultura, porque levantaria muitas questões inflamáveis” (Diário de campo – 28/04/2015). Nesse processo, o pesquisador não espera só a resposta ao que gostaria que fosse respondido quando elaborou o projeto, mas está também aberto para que se levantem novas suspeitas, novos posicionamentos e novas dúvidas, tirando-o do conforto e proporcionando uma desestabilização interessante.

A Etnografia proporcionou uma investigação com maior aproximação do objeto, e foi desenvolvida na perspectiva de responder aos questionamentos apresentados e também aos criados durante a pesquisa, tentando trazer não só as respostas aparentes. Segundo Sato e Souza (2007), é fundamental estar atento à invisibilidade da vida cotidiana. É preciso questionar aquilo que parece "natural" aos nossos olhos, suspeitar do "corriqueiro," do "trivial," estranhar o aparentemente familiar, para com isso construir uma pesquisa verdadeira e fiel ao seu objeto.

O processo de pesquisa etnográfica requer do pesquisador que preste muita atenção nele mesmo, uma vez que é a sua relação com as pessoas do local e dele com as teorias e hipóteses que gerarão os achados. Ou seja, é preciso que continuamente estejamos nos perguntando: o quê estamos fazendo? Essa constante postura interrogativa possibilita-nos questionar o que nos parece familiar e, portanto, ao que nos faz sentido, pois aos eventos que assim concebemos conseguimos atribuir significados. Ao lado disso, também devemos angariar esforços no sentido de prestar atenção àqueles acontecimentos que nos parecem pouco importantes (SATO; SOUZA, 2007, p. 49).

Se para desenvolver nossa pesquisa é necessária a combinação das entrevistas com os aportes teóricos, bem como a proximidade com o grupo e com o objeto escolhido (KOSMINSKY, 1999), torna-se importante também a reflexão sobre o processo de análise a ser desenvolvido pela pesquisadora. Isso significa que, mesmo com o cuidado e preocupação metodológica ao lidar com os sujeitos que foram entrevistados, a pesquisadora ainda está à frente da pesquisa (BOURDIEU, 1997).

Nesse sentido, as possíveis análises aqui indicadas partem desde o processo de escolha do objeto até o objetivo da pesquisa em si, que são constantemente guiados pela hipótese do projeto, passando principalmente pela alongada descrição construída no campo de pesquisa.

Partimos do pressuposto de que a relação estabelecida entre a pesquisadora e seu campo de estudo é fundamental para o decorrer da pesquisa e da conseqüente análise; não desconsiderando, assim, a subjetividade da pesquisadora, uma vez que “o único caminho para transformar a subjetividade do pesquisador, de algo prejudicial para algo que permita a compreensão da realidade, seria através de uma ‘constante autocrítica’” (KOSMINSKY, 1999, p. 80). Portanto, a subjetividade está presente em todos os aspectos da pesquisa, desde a delimitação do objeto, uma vez que ele “está condicionado pela orientação do nosso interesse de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado de cultura que atribuímos ao evento em questão” (WEBER, 2003, p. 79), até a análise final a ser apresentada no desenvolvimento da dissertação, passando pela opção em usar a primeira pessoa do singular em seu texto.

3 UM CONTEXTO

Apresentarei a seguir o campo de pesquisa em que trabalhei e me debrucei durante este estudo, entendendo que a conceituação do lugar de onde partimos é fundamental para clarear as análises e fortalecer a interpretação que dei ao convívio e às investigações que propus.

3.1 Economia Solidária: uma alternativa possível

“Se você é neutro em uma situação de injustiça, você escolhe o lado do opressor.”

Desmond Tutu

Esta pesquisa, desde a pergunta inicial, passando pelo método, até análise dos dados, parte de uma perspectiva crítica em relação ao sistema hegemônico; toda a sua construção advém de um compromisso político e social que construí tanto com os trabalhadores, sujeitos de pesquisa, quanto com a própria produção acadêmica. Considero ser possível fazer um debate teórico, e também uma investigação à luz desse compromisso, sendo assim, este capítulo traz a fundamentação teórica embasada no comprometimento com a própria prática, advinda da participação em contextos de Economia Solidária.

A Economia Solidária é um modo de produção pelo qual a propriedade do capital é coletiva e associada, colocando todos os que produzem em uma única classe de trabalhadores que compõem cooperativas ou sociedades econômicas (SINGER, 2002). O resultado esperado disso é a solidariedade e a igualdade. Sua base histórica é sustentada por diversas experiências democráticas de trabalho e formas de sociabilidade pautadas pela vivência comunitária e coletiva. Alguns exemplos, tanto de cooperativas, quanto de comunidades, foram alimentando e solidificando seus princípios¹².

Segundo Singer (2002), o movimento de construir e fortalecer cooperativas sempre foi crescente, mas, durante as décadas de 1940 até 1970, passou por um processo paralelo, uma vez que uma grande quantidade de trabalhadores eram assalariados¹³, no período histórico chamado de “pleno emprego”. Isso mudou em meados de 1970, quando começou uma nova

¹² Para mais informações, o livro *Introdução à Economia Solidária*, de Paul Singer, faz detalhadamente a descrição desse percurso histórico.

¹³ Ricardo Antunes (2009) chama esse período histórico de “taylorista-fordista”, cujos modelos políticos estavam atravessados pelos compromissos da social democracia. Para o autor em questão, durante esse período, os trabalhadores produziram uma consciência de classe que permitiu questionar os pilares do modo de produção capitalista, e, por serem trabalhadores que sofriam diretamente com a contradição autonomia x heteronomia, desenvolveram respostas coletivas como a criação de conselhos de fábricas e autogestão.

fase de desemprego em massa. A desindustrialização dos países centrais também afetou os países em desenvolvimento, que perderam grande parte de seus contingentes de empregos, e, nas décadas seguintes, o emprego formal com direitos garantidos se tornou privilégio de poucos (SINGER, 2002)

Nesse cenário, a Economia Solidária começa sua reinvenção, sendo uma alternativa com princípios próprios e diferentes dos trazidos pelo capitalismo. O modelo alternativo de economia tem como um de seus pilares o apoio do poder público, afinal, o Estado terá seu compromisso com a viabilização das experiências de cooperativas, fomentando a criação de empreendimentos e fortalecendo planejamento de inclusão.

A legitimação teórica do campo é realizada por Singer, ao propor uma solução não capitalista para o desemprego: a formação de pequenas empresas, trabalhadores por conta própria, ex-desempregados, com mercado protegido. Essas empresas seriam cooperativas que intercambiariam serviços e produtos, garantindo, dessa forma, a viabilidade dos empreendimentos. Outro fator fundamental para sua viabilização seria o apoio do Estado, do poder público. A proposta teria a característica de inclusão de setores afetados pelo desemprego ou mesmo daqueles que nunca tivessem tido acesso ao mercado formal (LIMA, 2009, p. 202).

Essa possibilidade passa a ser parte de diversas experiências exitosas com valores diversos aos capitalistas, e é justamente nas contradições desse sistema que se fomentam algumas vivências com lógicas diferentes à sua. No Brasil, de acordo com Singer (2002), a Economia Solidária aparece mais fortemente com a crise social das décadas de 1980 e 1990, quando o desemprego se alargou com a desindustrialização do país, ou seja, milhões de postos de trabalho foram perdidos e houve um aumento da exclusão social. No entanto, de acordo com o mesmo autor, seu crescimento não se deve só a esse grupo de trabalhadores, ou aos sujeitos marginalizados, mas também a várias entidades ligadas à Igreja Católica, outras igrejas, a sindicatos e a universidades. Essas entidades difundem os valores solidários e os princípios da Economia Solidária, auxiliando trabalhadores e cooperativas na busca pela autogestão e pelo trabalho coletivo.

Grande parte dos empreendimentos solidários são formados por cooperativas e associações produtivas, sob diferentes modalidades, e na maior parte deles incubados por entidades universitárias denominadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Também há os empreendimentos advindos de empresas falidas, ou em vias de falir, recuperadas por seus trabalhadores, que as transformavam em cooperativas. Além dessas modalidades, algo que também apareceu com força foram as cooperativas promovidas por agricultores assentados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É

importante ressaltar que, em todos os casos, algo que se mantém, e mantém o vínculo com a Economia Solidária, é o fato de todas seguirem princípios de autogestão e se aproximarem dos movimentos populares.

Vários movimentos entraram nessa luta e várias práticas solidárias foram aparecendo na busca de construir uma nova economia. Organizações sindicais, ONGs, acadêmicos de diversas áreas, religiosos, gestores públicos, entre outros se juntaram nessa causa.

É relevante ressaltar que alguns municípios e representantes de Estado também reuniram forças. O movimento ganhou ainda mais relevância com a entrada de Lula na presidência e com o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) na interlocução entre movimento e governo, assegurando assim a presença da Economia Solidária em nível de Estado com a criação, em junho de 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)¹⁴.

A Senaes foi criada no primeiro ano de gestão do PT e foi anunciada na II Plenária Nacional de Economia Solidária, com Paul Singer sendo nomeado secretário. Nesse mesmo período, criou-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), garantindo a proximidade entre movimento, academia, Estado e grupos populares (TYGEL, 2011).

O movimento tem crescido e ampliado suas formas de atuação, conquistando espaços que legitimam a Economia Solidária como alternativa tanto ao desemprego, quanto aos trabalhadores que optam por outra forma de se relacionar com o trabalho. Com o intuito de proporcionar maior articulação, a Senaes tem feito um mapeamento da Economia Solidária no Brasil, assim teremos mais visibilidade dessa ampliação e também poderão ser oferecidos mais subsídios nos processos de formulação de políticas públicas. Nesse sentido, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários¹⁵ (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF). Na última avaliação, em 2013, o Brasil tinha registrado um total 19.708 EES, dos quais 1.167 são do estado de São Paulo (SIES, 2013).

Hoje, contamos também com o Cadastro de Empreendimento em Economia Solidária (CADSOL), que foi uma conquista dos próprios trabalhadores de EES para reconhecimento

¹⁴ “Explica-se a opção pelo MTE pelos estreitos laços políticos e ideológicos que ligam a Economia Solidária ao movimento operário. A demanda dos movimentos foi bem acolhida pelo então ministro Jacques Wagner, que muito contribuiu para que a SENAES pudesse se instalar e se entrosar com as outras secretarias que compõem o MTE” (SINGER, 2011, p. 408).

¹⁵ Usaremos a abreviação de Empreendimento de Economia Solidária (EES).

enquanto empreendimento. Esse cadastro foi criado pela portaria n° 1780 de 19, de novembro de 2014, e tem por objetivo permitir o acesso desses EES a programas públicos de financiamento, de crédito, de aquisição e comercialização de produtos e serviços e outras ações e políticas públicas dirigidas a eles. É uma ferramenta de reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários de fácil acesso e que permite a participação e controle social.

A Senaes fomentou muitos grupos e empreendimentos autogestionários fazendo, muitas vezes, parcerias com outras Secretarias e outros Ministérios. Temos modelos nas pastas de Cultura e de Saúde, que fomentam diversos projetos alinhando Saúde e Economia Solidária. Além disso, existe o convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que atua junto aos projetos de Incubadoras de Economia Solidária, sem contar as parcerias com estados e municípios, através de projetos municipais e ações universitárias. Essas alianças fortalecem o projeto que pretende fazer da Economia Solidária não só uma alternativa de renda, mas de resgatar as relações solidárias na comunidade, na escola e também no trabalho.

A universidade, através das Incubadoras de Cooperativas Populares, também tem sido uma grande parceira e contribuído para a ampliação e fortalecimento da Economia Solidária. As incubadoras têm o objetivo de prestar serviços de formação, de informação, de apoio organizativo e de comercialização, no fomento aos grupos que, de alguma forma, querem se organizar solidariamente e autogestionariamente. Proporcionam, ainda, a formação de técnicos e profissionais no campo da Economia Solidária, desenvolvendo conhecimentos e apoiando as ações governamentais e os movimentos sociais. De acordo com as Senaes, são 77 incubadoras registradas, das quais sete estão na região Norte, 21 no Nordeste, 18 no Sul, nove na região Centro-Oeste e 22 no Sudeste (BRASIL, 2012).

Esse número tem sido influenciado pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), que tem como finalidade apoiar a consolidação e a ampliação das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, de modo a favorecer a criação e o acompanhamento de novos empreendimentos ou fortalecer os já criados, por meio da oferta de qualificação e assistência técnica durante o período de incubação. Em uma avaliação, publicada em 2011, em que 54 incubadoras foram analisadas, 40 delas (mais de 74%) tiveram o apoio do programa em sua criação (BRASIL, 2011). A Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp de Assis está entre as várias incubadoras apoiadas pelo Proninc, e também participou dessa avaliação. Algo que aparece nesse contexto de maneira

destacada é o projeto de assessoria de várias incubadoras ligado ao trabalho com catadores de materiais recicláveis, e, nesse aspecto, a Incubadora em Assis também tem sua história relacionada com catadores; ela tem apoiado a formação de vários empreendimentos ligados a esse setor e tem fortalecido isso na região do oeste paulista.

A catação de materiais recicláveis é uma atividade informal muito praticada pelas pessoas que são excluídas do mercado formal de trabalho. Segundo a Cartilha de Formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis¹⁶, essa ocupação já tem de mais de 50 anos. Ainda que com meio século de existência, as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis são muito precárias quando são autônomos, ou ligados apenas pelo local de trabalho, que muitas vezes eram os conhecidos lixões. Hoje, no Brasil, os lixões estão proibidos e os municípios deveriam estar fazendo o gerenciamento dos resíduos sólidos ancorados na lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos¹⁷.

Mas ainda temos catadores em condições precárias, como aqueles que ficam na rua abrindo sacos de lixo, entrando em contato direto com substâncias tóxicas, carregando toneladas de materiais em seus carrinhos e expostos muitas horas ao sol. Apesar de existirem muitos trabalhadores nessa situação, um grande contingente deles já está inserido em cooperativas, orientadas pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e pelos princípios da Economia Solidária. Os que ainda são autônomos, além das condições precárias de trabalho, são explorados ao venderem seus materiais a preços irrisórios para comerciantes denominados atravessadores.

Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas a não ser talvez, atividades criminosas e mendicância. Uma grande parte dos que moram na rua ou em lixões se dedica a catar material reciclável. Sendo extremamente pobres, são explorados pelos sucateiros, que lhes adiantam dinheiro para poderem subsistir em troca da entrega do material coletado a preços vis. (SINGER, 2002, p. 89)

É justamente nesse contexto que a Economia Solidária aparece como uma alternativa para esses trabalhadores; inicialmente uma alternativa de trabalho e renda, que, com o tempo,

¹⁶ Cartilha de Formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – São Paulo: Setor de Comunicação do MNCR, 2005.

¹⁷ A lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. É uma conquista não só para os catadores, como também para a saúde, para o meio ambiente e para o desenvolvimento econômico e social.

e por razões políticas e ideológicas, possibilita aos trabalhadores outras perspectivas de vida, pautadas pela autonomia organizativa e pela gestão coletiva¹⁸.

Do ponto de vista social, envolve diretamente indivíduos que tiram seu sustento de um sistema de consumo do qual são, eles próprios, excluídos. É, ao mesmo tempo, um problema urgente e uma oportunidade de inclusão e correção de distorções sociais históricas. Segundo os dados do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), são aproximadamente 800.000 trabalhadores/as que se dedicam às atividades desta cadeia produtiva, distribuídos principalmente nas áreas de coleta, triagem e classificação de materiais recicláveis, apesar de um percentual muito grande deste total ainda realizar as atividades de forma isolada ou em família, nos lixões e ruas dos municípios brasileiros (BRASIL, 2012, p. 99).

A Senaes atua nesse cenário e vem se empenhando para construir políticas públicas que potencializem as iniciativas relacionadas à questão da coleta seletiva e da inclusão dos catadores de materiais recicláveis. É um eixo estratégico para o poder público e a sociedade, possuindo implicações sociais, ambientais, culturais e econômicas. Segundo o SIES, em 2007¹⁹, existiam registrados 386 EES²⁰ no setor de coleta e reciclagem de materiais (1,7% do total), sendo 136 (equivalente a 35,23% do total de EES dessa área) só no Sudeste (SIES, 2009).

Consideramos importante ressaltar a relevante presença feminina nesses espaços, que, diferentemente dos outros EES (que contêm 56,4% de homens), é dominante. O SIES registrou que a categoria dos catadores é predominantemente feminina, sendo 59% as trabalhadoras associadas ou cooperativadas nesse campo de práticas. Na região da Incop Unesp Assis, além da marcante presença feminina, também devemos ressaltar que elas ocupam os espaços de liderança e a maioria dos EES são presididos por mulheres.

Pensando na realidade dos catadores, algo importante para o fortalecimento de EES foram as ações do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, do governo federal (Senaes) em parcerias com instituições e incubadoras, uma vez que possibilitaram o acesso a

¹⁸ Retomaremos esses aspectos da Economia Solidária mais detalhadamente nos próximos capítulos.

¹⁹ São utilizados dados de 2007 porque, além do mapeamento, eles foram analisados e publicados oficialmente; já o mapeamento feito em 2013 pelo SIES só é possível de acessar pelo atlas digital e traz um número de 606 EES ligados a esse setor, sendo que 258 (42,57%) estão no estado de São Paulo.

²⁰ Ainda de acordo com esses dados, 52% dos empreendimentos são constituídos por grupos informais, 28,4% apresentam a forma associativa e 16,8% já alcançaram a forma cooperativada. Naquele período, 85% dos empreendimentos tinham uma remuneração média que não alcançava um salário mínimo. O intenso crescimento dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil e, em particular, do segmento organizado dos catadores de materiais recicláveis (77,4% dos empreendimentos mapeados foram criados entre 2000 e 2007) exige respostas adequadas e permanentes às suas necessidades de formação, de assistência técnica, de arquitetura institucional adequada e de acesso a crédito, a capital e a instrumentos de comercialização para os produtos.

bens e serviços financeiros, de infraestrutura, de conhecimento (formação, assessoramento e assistência técnica) e a organização de processos de produção e comercialização. Para catadores especificamente, implantou-se também o Cataforte, atividades e projetos de fomento e fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis, ou seja, ações de formação e assessoramento técnico. A Senaes, em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), também continuou o apoio a mais de 10 mil catadores que receberam formação e assistência técnica articuladas a outras iniciativas de fomento do governo federal.

Ainda na perspectiva de ampliação de políticas públicas para catadores e catadoras, foi instituído, por meio do Decreto nº 7.405/10, o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC). A partir do CIISC foi possível construir alternativas e programas mais próximos da realidade desses trabalhadores, como o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais recicláveis. Participam do CIISC vários ministérios que vão desde Assistência Social, até Saúde, Educação, Turismo e outros, buscando a melhoria das condições de trabalho, a ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e a expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos.

Todos esses setores apresentados são de alguma forma ligados aos catadores de materiais recicláveis e estão em elevada articulação, com o objetivo de promover melhores condições de vida e novas possibilidades aos trabalhadores, que buscam na catação uma alternativa de renda. Como já dito antes, essa categoria de trabalho e de empreendimentos tem alta crescente dentro do SIES e comporta grande parte dos EES catalogados. A relação entre a Economia Solidária e a organização de catadores tem produzido bons frutos, seja no território desta pesquisa, no oeste paulista, quanto no aspecto macropolítico.

Tendo em vista que as organizações dos catadores assumem a configuração de cooperativas e associações como uma forma de minimizar sua precarização e instabilidade, a maior parte desses trabalhadores, antes de estar em EES, passou por situações de vulnerabilidade ao longo de suas experiências de trabalho ou de não ter trabalho. A catação é uma das principais formas de enfrentamento ao desemprego e alternativa de renda para pessoas em situações diversas, portanto, grande parte dos cooperados estão envolvidos por valores construídos nessa luta por trabalho e renda, contrários aos de cooperação e

solidariedade. Esse é um grande desafio para os EES, trazer valores diferentes dos construídos e subjetivados em nós na sociedade capitalista.

3.2 Potências e desafios: construindo uma sociabilidade mais solidária

A Economia Solidária, enquanto outro sistema econômico, parte de um pressuposto crítico ao sistema capitalista; existe a busca de respostas e propostas que visem superá-lo enquanto modelo vigente. Já que o capitalismo produz desigualdades com graves efeitos sociais, busca-se uma alternativa que permita mais igualdade nas relações²¹. No entanto, “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva” (SINGER, 2002, p. 9).

Para possibilitar um diálogo maior a esse respeito, iremos trabalhar alguns princípios da Economia Solidária contrapondo-os aos capitalistas, buscando refletir sobre uma sociabilidade solidária. Traremos três características das sociedades capitalistas (competição, individualismo e heterogestão) e três da Economia Solidária (cooperação, solidariedade e autogestão) para uma discussão, não como antônimos diretos, ou soluções e superação de tais características, mas como categorias analíticas importantes para compreender os impactos do Círculo de Cultura no cotidiano de trabalho em uma cooperativa de catadores.

A competição é ação de disputar com outro, ou outros, buscando sempre a vitória; competir, então, seria concorrer a algo onde alguém ganha e outros perdem; na sociedade atual, competição tem o sentido “positivo” de buscar sempre o melhor para cada um e constantemente possibilitar o crescimento individual a partir dessa disputa. O individualismo é a doutrina de atribuir ao indivíduo valor de referência para além de suas práticas comunitárias; pode chegar a situações onde essa centralidade no indivíduo seja tão infinita que anule o valor social desse sujeito. A heterogestão é a forma de gestão que hierarquiza as relações de trabalho e segrega os sujeitos em dois ou mais grupos.

A cooperação é uma ação coletiva que agrega as atividades individuais e grupais no sentido de unir os esforços e as responsabilidades, e, depois, repartir os resultados; é relevante dizer que aqui estamos tratando de cooperação direta entre os pares, ou seja, nas cooperativas populares todos os trabalhadores exercem a cooperação. A solidariedade é um conceito mais amplo, que está além do trabalho na cooperativa, proporcionando uma determinada condição

²¹ Singer se declara um pensador do campo do marxismo, e se apoia nas premissas de Marx (2008), que afirma que a economia é a base da produção material e que deve ser a chave analítica para compreender as demais relações: jurídicas, políticas etc.

de subjetivação, que pode proporcionar uma relação emancipatória entre todos os trabalhadores e entre os trabalhadores e sua comunidade; a solidariedade é um compromisso com o desenvolvimento e a melhoria de vida de todos que compõem aquele coletivo. E, por fim, autogestão são as práticas democráticas e participativas que orientam todo o grupo para uma mesma direção, mesmo que partam de perspectivas diferentes, o que é interessante que aconteça, pois o grupo chega por decisões coletivas a um mesmo lugar.

Vamos considerar esses valores e essas características um a um, abordando-os em sua relevância para este texto.

O espírito de competição é parte estruturante do modo de produção capitalista, entretanto, essa lógica é internalizada pelas classes trabalhadoras sob a orientação das “administrações científicas”, a partir do modelo taylorista/fordista, chegando às mais recentes tendências de empregos e processos de trabalho e de acumulação mais flexíveis (HARVEY, 2003). Na lógica taylorista/fordista, compreende-se esse fenômeno da competição internalizada à classe trabalhadora por meio do próprio Henry Ford (1967, p. 76), ao afirmar que: “o espírito da competição leva para frente o homem dotado de qualidades”. Ao levar para o processo produtivo não só a competição, como também a responsabilização do sujeito sobre seu sucesso ou fracasso, essa proposta de trabalhar sempre na busca de se superar e superar os seus colegas gera intenso sofrimento para os sujeitos, que constantemente estão submetidos ao fracasso, uma vez que essa “falsa” ideia de que todos são igualmente capazes encobre a verdadeira face da competição, em que desiguais lutam contra desiguais e apenas um ganha.

Na etapa de uma acumulação flexível (HARVEY, 2003), cuja tônica foi delimitada pelo processo de reestruturação produtiva, as empresas a) flexibilizam seus contratos de trabalho, b) utilizam novos mecanismos de gestão da força de trabalho que colocam novas formas de competitividade, por exemplo, a terceirização²², que se combina com uma “relocalização fabril”, além disso, c) desenvolvem e introduzem novas tecnologias que tornam o trabalho vivo “menos necessário”, como a robótica. Essa articulação complexa acaba alterando as características das lutas dos trabalhadores, pois estes, numa fase de “desemprego estrutural” (MESZÁROS, 2006), lutam com quem for necessário, inclusive com o próprio colega, para ficar no emprego.

²² Cf. CUNHA, 2015.

Cada qual se sente ameaçado em relação ao futuro de seu serviço, de seu emprego, de suas responsabilidades, de seu cargo. Quem pode ter certeza de sair incólume dessas reestruturações constantes, que se propagam na empresa ao ritmo de decisões voluntárias e precipitadas dos novos gerentes? [...] As reformas colocam novamente em questão seu aprendizado e sua rotina produtiva, assim como as regras informais constituídas por eles. Além disso, essas reformas os colocam em uma relação de concorrência entre si, devido à ameaça permanente de perderem o emprego, criada pela própria modernização (LINHART, 2007, p. 113).

Pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou e a competição entre trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão se intensificou (SINGER, 2002, p.110). Nesse sentido, os trabalhadores lutam entre si para permanecer em um local de trabalho assalariado com uma relativa estabilidade, no entanto, “a questão não é *se* o desemprego ou o ‘trabalho temporário flexível’ vai ameaçar os trabalhadores, mas *quando* estes, forçosamente, vão vivenciar a precarização” (MÉSZÁROS, 2006, p. 27 – grifos do autor).

Competição é um valor ideologicamente orientado para aumentar a produtividade e contribuir na regulação do livre mercado, assim, segundo Smith (1978), a concorrência é vantajosa para a maioria da população que tira proveito do bom mercado, no entanto, esse “espírito de competitividade” colocado para a classe trabalhadora gera sua segregação e o enfraquecimento de espaços coletivos e potentes para a consciência crítica, fazendo com que enfrentem muita dificuldade quando buscam a experiência de um trabalho cooperativo, em que o aspecto coletivo e solidário deve valer. Mesmo em situações de cooperativismo, observamos a forte presença da competição, implicando em desmotivação para o grupo e até possíveis desmanches de cooperativas.

A realidade da competição é muitas vezes acirrada pelas possibilidades do desemprego, afinal só fica trabalhando quem é necessário e importante para a empresa, fazendo com que os trabalhadores se individualizem na conquista desse cargo, ou de uma função (LINHART, 2007). O discurso empresarial não revela esse aspecto, pelo contrário, em meio à lógica toyotista, busca-se em tese a cooperação entre os trabalhadores, além da valorização de cada um deles. Mas na prática:

Essas transformações, que visam a modernizar e conquistar a confiança, desencadeiam uma apreensão e, conseqüentemente, reações de autodefesa. Mais do que cooperar lealmente e confiar em seus superiores, cada um trata de se tornar indispensável, insubstituível, tornando seu trabalho ainda mais opaco, ainda mais inacessível (LINHART, 2007, p. 113).

O discurso da empresa é indicativo de um novo projeto gerencial que procura aliar o dispositivo de valorizar o trabalhador com uma incorporação dessas pessoas aos valores, à filosofia e à cultura dessa empresa, com o objetivo de que esse assalariado – em sua individualidade e não como membro de um coletivo – se integre à política da empresa e a leve adiante (LINHART, 2007). Não é interessante a esse projeto gerencial que as pessoas pensem coletivamente, apesar do discurso, mas sim que elas pensem individualmente e consigam agir no coletivo, propondo mudanças e tomando iniciativas que promovam mais lucros e forças ao capital, no entanto sem que saiam da cultura organizacional ou dos pressupostos daquela empresa.

Chegamos ao individualismo, outra característica não só do toyotismo, mas de todo o sistema, afinal, a ideologia capitalista, sob a aparência de uma suposta autonomia e um suposto pensamento coletivo, na verdade, carrega de mais responsabilidade o trabalhador em práticas mais individualizantes. De acordo com Linhart:

O que, realmente, procuram as direções inovadoras e influenciadas pelo modelo japonês é apenas a possibilidade de disporem, na empresa, de pessoas motivadas por valores individuais e aptas a trabalhar com outras em coletivos de geometria variável conforme as necessidades e as pressões do momento (2007, p. 117).

No modo de produção capitalista, em todos os modelos organizacionais e gerenciais, a orientação ideológica ao individualismo está presente, mesmo que de forma diferente, sempre remetendo ao projeto de liberdade própria do advento da era moderna (ANTUNES, 2008, 2010). A construção de sujeitos individuais foi e é necessária tanto no modelo taylorista/fordista, quanto no toyotismo, para que os trabalhadores individualmente fortaleçam a empresa e não se juntem coletivamente para pensar ou refletir sobre seu cotidiano, uma vez que isso pode fortalecer os sindicatos e as práticas grupais de revoltas ou reivindicações.

No entanto, para conter esse ímpeto dos sujeitos a se reunirem e a pensarem juntos, os projetos gerenciais criam espaços de conversas, espaços “coletivos”, amplamente orientados pela ideologia dominante e pelos valores da cultura organizacional, sustentando a filosofia da empresa e reprimindo qualquer tipo de ação verdadeiramente coletiva. “Fundamentalmente, o que está em jogo é distanciar o assalariado dos valores contestatórios, dos valores autônomos ou particulares, combater sua inquietação em relação ao futuro para incorporá-lo à racionalidade escolhida pela empresa” (LINHART, 2007, p. 110). É assim que, mais e mais, as empresas sustentam a lógica individual, transvestida de muitos outros discursos, mas totalmente amparada na ideologia capitalista.

Essas experiências são trazidas como uma forma de “humanização” do trabalho, em que se formam grupos operacionais que buscam ampliar a participação do sujeito na produção, ou seja, uma forma de gerar altas taxas de produtividade, afinal incorporam-se ao trabalho a subjetividade e a competência desse sujeito, que, antes, era apenas uma extensão da máquina (MARX, 1986). Esse sistema impõe ainda mais uma individuação dos sujeitos, à medida que quebra com a solidariedade horizontal, entre os trabalhadores, para construir uma solidariedade vertical, entre trabalhador e empresa. Agora, o indivíduo trabalhador pode contribuir ainda mais com a empresa e conquistar sua estabilidade no cargo, ou até mesmo sua promoção. No entanto, essa estabilidade é irreal, uma vez que os trabalhadores estão, na prática, constantemente, lutando para superar seus colegas e a si mesmos, e nunca estão realmente seguros em seus cargos.

A presença de cargos e a busca constante de superação na conquista de melhores funções revela a heterogestão presente no modo de produção capitalista, que coloca o trabalhador em uma escala hierárquica de valor. Geralmente essa forma vertical de dispor os trabalhadores está ligada ao grau de formação desses sujeitos, de modo que quem tem mais conteúdo formal ganha um salário maior, manda mais, tem melhores condições de trabalho e também decide mais sobre seu próprio trabalho.

Separar os sujeitos que concebem dos que produzem faz parte de uma racionalização do trabalho que está naturalizada nos trabalhadores, fazendo com que pareça que só reste a eles suportar tal experiência e aceitar suas condições. Muitas vezes, a possibilidade de suportar essa situação está ligada a um alto grau de degradação do trabalho e de sofrimento, mas, no cotidiano, dificilmente se veem outras formas de se relacionar que possam romper com essas estruturas.

A divisão do trabalho [...], como uma das forças principais da história que se deu até aqui, se expressa também na classe dominante como a divisão entre trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação de ilusão dessa classe sobre si mesma o seu principal meio de subsistência, enquanto os outros se comportam diante dessas ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e ideias sobre si próprios (MARX; ENGELS, 2007, p. 47-48).

Essa separação tem como consequência, além da ausência de sentido no trabalho, uma incapacidade de reflexão por parte dos trabalhadores, que acabam muitas vezes só reproduzindo algo dado e pronto, porque estão dissociados de um processo. Ou seja, os

sujeitos se distanciam de sua capacidade criativa, e mais, se distanciam de sua responsabilidade sobre aquele trabalho. Quando esses trabalhadores, em outro contexto, precisam pensar, refletir e agir de uma outra forma, ficam neutralizados e sem conseguir assumir outras funções no processo de trabalho. Estão há tanto tempo só obedecendo e executando, que, quando chegam em uma cooperativa popular, encontram muita dificuldade de lidar com a liberdade e com a autonomia necessária no processo autogestionário. Com isso, mesmo em movimento dado de forma horizontal, as relações podem se reproduzir de forma vertical, uma vez inseridos nessa ideologia dominante própria ao sistema de que fazemos parte.

Esse processo pode ser visto não só no universo do trabalho, mas nas relações como um todo, passando a ser uma forma de subjetivação dessa sociedade, ou seja, a heterogestão, o individualismo e a competição constroem não só uma perspectiva de trabalho como também um conjunto de valores societários e uma cultura que se baseia nas várias divisões propostas, ricos e pobres, os que concebem e os que executam, os que mandam e os que obedecem etc.

Essa perversa lógica do modo de produção capitalista que mantém o trabalhador alienado e refém de um emprego que razoavelmente lhe sustenta financeiramente constrói uma forma bastante distante do trabalho que realiza o homem (MARX, 2010), mas proporciona um trabalho que lhe rouba a criatividade, a crítica e principalmente o prazer.

Nesta pesquisa, posiciono-me contrária à ideologia presente nesse sistema, que edifica posturas individualizadas e extremamente verticais, fortalecendo assim uma sociedade alienada de seus próprios sujeitos, assumindo que esta pesquisa é uma ideologicamente orientada e que se constrói em defesa dos trabalhadores, lutando por relações mais horizontais e solidárias, pois, “adotar um quadro metodológico pretensamente neutro equivale, de fato, a consentir em não levantar questões que realmente importam” (MÉSZÁROS, 2012, p. 302).

O contraponto a essas características trazidas pelo modelo hegemônico capitalista será feito, num debate, com princípios da Economia Solidária. No entanto, mesmo entendendo que ela seja uma alternativa, ressaltamos que ela não é positiva em si mesma, e que se realizada sem críticas pode cair na força ideológica que sustenta o capital e com características difíceis de serem enfrentadas, pois associaria um discurso cooperativista encobrindo as relações competitivas e individualizantes do modo de produção capitalista. No entanto, ela é um projeto político, que tem em suas raízes a busca por ser uma alternativa ao paradigma posto pelo capitalismo, e, também, é um projeto que tem interesses claros em romper com as forças do capital que minam o trabalhador.

Voltando à primeira característica trazida, entendemos que a competição tem lugar de destaque porque, quando falamos em Economia Solidária, pressupomos que os trabalhadores e seus pares irão cooperar ao invés de competir, porém, ainda que seja importante para essas relações, é difícil de praticar quando em uma sociedade construída por princípios que resgatam a competição como algo natural para a sobrevivência, em que todos têm que lutar contra todos para apenas o melhor sobreviver. Competição no capitalismo é um valor que, na teoria, alavanca a sociedade; mas, na prática, alavanca alguns (poucos) sobre a espoliação de outros (a maioria), como aponta Singer: “A apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, a sina dos perdedores fica na penumbra” (2002, p. 8).

De acordo com Adam Smith, cada capitalista perseguindo seus objetivos individuais leva, de igual maneira, de uma forma “natural”, ao progresso da sociedade (SMITH, 1978). Mas, em um entendimento diferente deste, visualiza-se que essa competição não é natural, e só levou a maiores desigualdades e a problemas sociais distantes de serem resolvidos nesse sistema hegemônico.

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina *modo de produção*. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor do capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p. 10 – grifos do autor).

As cooperativas populares são respostas a essa desigualdade. A cooperação é outra forma de construir relações entre sujeitos e entre sujeito e sociedade, fortalecendo uma prática que traz como valor maior o coletivo, entendendo que ninguém vive sozinho, todos são sujeitos históricos de suas sociedades e grupos. Cooperar é construir junto, sem a ideia de que um tem que perder para outro ganhar; todos podem ganhar e fortalecer seus companheiros, sempre se corresponsabilizando por sua vida e pela vida do outro.

Os sujeitos são sempre interdependentes de seus pares estabelecendo relações de confiança, amorosidade e cooperação, fazendo com que um coletivo seja sempre cuidador dos sujeitos que o compõem. Sendo assim, estabeleceríamos outra forma de compreensão das relações humanas.

É a concepção de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros, mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros. (SINGER, 2002, p. 116)

A Economia Solidária resgata o sentido de cooperação e solidariedade como prática necessária a uma sociedade mais justa e igualitária, apresentando para os trabalhadores e sujeitos que são adeptos a possibilidade de conquistar melhores condições de vida (SINGER, 2002). Entendendo que somos dependentes de nossos coletivos (família, trabalho, escola, igrejas, amigos), ao conquistarmos esses valores temos mais chances de sermos acolhidos, cuidados e fortalecidos, mesmo com a situação peculiar de cada um.

Cooperar significa partilhar ganhos e perdas, pensar e agir coletivamente, construir junto, acolher angústias e dúvidas, dar espaços e esperar, mas não quer dizer que as pessoas vão pensar de forma igual, pois cada um subjetiva as relações sociais mediado por suas experiências particulares, preservando sua singularidade. A solidariedade será necessária justamente nas diferenças presentes em cada sujeito, pois será entendido que mesmo sendo diferentes, são um coletivo, um grupo, contrariando o individualismo que colocaria o valor central e inabalável no indivíduo.

Essa perspectiva traz a proposta de colocar sempre no centro dessa economia o ser humano. Mesmo que não seja simples executar a cooperação e a solidariedade no lugar da competição e do individualismo, a Economia Solidária propõe a permanente busca de construí-las nas relações, tanto dentro dos espaços de trabalho das cooperativas, quanto nas comunidades. Esses quatro aspectos (competição, individualismo, cooperação e solidariedade) são divergentes, mas, muitas vezes, estão presentes simultaneamente no cotidiano, por isso a busca é constante e se faz necessária por meio de espaços que coloquem isso em pauta e discussão, fortalecendo a reflexão e posterior atuação.

Trazendo para o espaço de trabalho o exercício da cooperação e da solidariedade, chega-se mais perto de executar a autogestão, afinal, “Economia Solidária e Autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos” (NASCIMENTO, 2011, p. 91).

Muitas vezes, para os trabalhadores dos empreendimentos de Economia Solidária, a autogestão quer dizer votar em assembleias e não ter patrão, por isso, o processo de se fazer a gestão democrática é bastante complexo e prevê tempo e um trabalho educativo com esses sujeitos. Votar não necessariamente está diretamente relacionada à participação desses trabalhadores; é, sim, um fator importante e necessário para a democracia dentro dos

empreendimentos, mas nem sempre efetiva o aspecto dinâmico e diverso de um grupo, porque, muitas vezes, sem fazer sentido para aquele trabalhador o que está sendo colocado na assembleia, ele vota pelo simples fato de exercer esse papel ali, que pode estar esvaziado de sentido.

Entendemos que autogestão nos empreendimentos não é efetivada como transformação social daquele meio, mas a busca é de que ela seja minimamente exercida por sujeitos que fortaleçam sua autonomia e exerçam seu direito a voto com sentido, favorecendo de fato a participação dessas pessoas em seus empreendimentos. Algumas cooperativas perceberam que só o espaço da assembleia não era suficiente, criando assim momentos de discussão e grupos de trabalho que fortaleçam os espaços deliberativos.

Em relação à gestão, a cooperativa tem na assembleia a instância máxima de deliberação, na qual cada sócio representa um voto, independentemente de quantas quotas-parte tenha subscrito para compor o capital social do empreendimento. Esse é o princípio da igualdade entre os sócios. Os conselhos (de Administração e Fiscal) são órgãos deliberativos, cujos membros são eleitos pelos pares, com poderes e por períodos definidos em seu estatuto social. Todavia, para prática efetiva da gestão democrática, em muitos empreendimentos, os trabalhadores implementam outros mecanismos para promoverem a participação dos sócios, como reuniões informativas e deliberativas e comissões de trabalho. Compreende-se, assim, que apenas votando em assembleias pouco se exercita a democracia direta (CARVALHO, 2008, p.38).

Ou seja, as cooperativas, e também a incubadora têm percebido que não é só no espaço da assembleia que se efetivam a autogestão e a Economia Solidária, precisando ser criados outros espaços. A perspectiva de a Economia Solidária sair de um discurso utópico e se firmar na realidade não depende só da formalização de uma cooperativa ou associação, ela se constrói na prática contínua da autogestão e da vivência de trabalhadores autônomos, para que dessa forma não se fortaleça ainda mais a ideologia capitalista, apaziguando os trabalhadores. É fortalecendo a autêntica práxis que a Economia Solidária se sustenta como alternativa à lógica hegemônica.

A construção de cooperativas verdadeiramente autogestionárias e socialistas deverá ser obra da própria classe trabalhadora consciente. A possibilidade da construção de nova forma de sociabilidade humana não mediada pelo capital está inscrita nas contradições do real, no processo de luta social historicamente situada (SILVA, 2011, p. 64).

Essa perspectiva aprofunda um debate de que a Economia Solidária cresce no sentido de agregar valor em problemas sociais e desemprego, trazido pela economia capitalista e pela globalização, e tem também o intuito de transformar um sistema competitivo e injusto numa

força humanizadora e potente que busque sempre satisfazer um desenvolvimento sustentável e solidário.

Talvez a Economia Solidária não esteja alcançando todos os seus objetivos nesse momento histórico e não supere todas as contradições geradas pelo capitalismo, contudo, foi aspirada e concebida para ser uma nova forma societária que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social, buscando superar as tensões e angústias que a competição de todos contra todos acarreta na sociedade (SINGER, 2002).

As cooperativas que acessam tanto políticas de Economia Solidária, quanto suas formas de organização, transformam suas realidades locais e se implicam em gerar mudanças *stricto sensu*, ou seja, mesmo que elas consigam fortalecer relações solidárias com sua comunidade e transformar a realidade de seus territórios, ainda assim não dão conta de transformar a totalidade das relações sociais.

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção *intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma *geral* de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal (SINGER, 2002, p. 116 – grifos do autor).

Ainda atuando nas brechas do capitalismo, a Economia Solidária está em constantes embates ideológicos e, na disputa, ganha e perde espaços; porém, suas ações, além de minimizar as desigualdades causadas pelo sistema vigente, devem ampliar seus caminhos e não depender só das contradições inerentes ao modo de produção dominante. Entendemos que continuar se amparando nessas lacunas pode gerar contradições dentro da própria Economia Solidária, uma vez que ela não responde diretamente aos valores concebidos pelo modo de produção capitalista nem consegue superá-lo.

Devemos considerar que toda alternativa também porta em si novas contradições e problemas em sua formação e execução, mas a superação virá justamente na possibilidade de discutir e ampliar horizontes, ou seja, o conflito gerará o debate, o diálogo e as novas alternativas. A Economia Solidária apresenta limitações, algumas delas apresentadas aqui, mas é a sua construção coletiva e democrática que pode oferecer respostas aos enfrentamentos necessários em um modo de produção alternativo que conviva com o hegemônico.

Podemos concluir que construir uma economia com valores solidários em uma sociedade pautada por valores capitalistas é bastante complexo, mas, mesmo com as contradições de conviver com valores opostos no cotidiano de trabalho, pode-se fortalecer uma economia que, assim como diz Singer, (2002) venha a ser uma outra forma de produzir,

de vender e de se relacionar, com valores como a autogestão, a cooperação, a autonomia e a solidariedade.

3.3 Cotidiano: onde a contradição aparece, onde a potência solidária cresce

Considerando as análises feitas sobre o modo de produção capitalista, suas consequências para a economia e os processos de subjetivação em nossa sociedade, podemos pensar o cotidiano como um lugar privilegiado para a análise das contradições entre os trabalhadores e os modos de produção, bem como a forma como são superadas. Por mais reprodutiva que seja a vida humana, no cotidiano ela pode ser superada, pode ser transcrita de outra forma, mais potente e criativa. Mesmo com toda pressão do trabalho e com toda força ideológica que o sistema hegemônico impõe, as pessoas ainda conseguem produzir desvios e inventar formas diferentes de viver. O cotidiano traz toda vida e toda diversidade que os sujeitos podem experimentar, ele “constitui a mediação objetivo-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as formas mais altas da generalidade [humana]” (LUKÁCS, 1977, p. 12).

No entanto, a vida cotidiana, na maior parte das vezes, reproduz o que um sistema tenta impor, afinal, o cotidiano carrega todo um conjunto de determinações políticas, culturais e econômicas de seu desenvolvimento histórico e social, ou seja, “é na vida cotidiana que o homem se objetiva em numerosas formas. O homem, formando seu mundo (seu ambiente imediato), forma também a si mesmo” (HELLER, 1977, p. 24).

O homem só pode reproduzir-se na medida em que desenvolve uma função na sociedade: a autorreprodução é, por conseguinte, um momento da reprodução da sociedade. Portanto, a vida cotidiana dos homens proporciona ao nível dos indivíduos particulares e, em termos gerais, uma imagem da reprodução da sociedade respectiva, dos estratos da sociedade. Proporcionando, por um lado, uma imagem da socialização da natureza, e, por outro, o grau e o modo de sua humanização (HELLER, 1977, p. 20).

Na perspectiva de que a Economia Solidária é uma alternativa, o cotidiano dos trabalhadores tem que ser espaço de romper e repensar as determinações racionais do capitalismo. As contradições devem aparecer e ser a força de mudança para os trabalhadores, fazendo da vida cotidiana algo criativo e potente, construindo uma nova ideologia.

A Economia Solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. (SINGER, 2002, p. 114).

O que não está no cotidiano é distante dos trabalhadores, uma teoria que não se conecta com sua realidade, com isso, a proposta de trazer os princípios da Economia Solidária para a cotidianidade é acreditar neles como potencializadores da vida: “não existe vida humana sem o cotidiano e a cotidianidade” (CARVALHO, 1987, p. 24).

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER 1985, p. 17)

A ideologia cultivada no sistema capitalista não levará o trabalhador a exercer suas potências criadoras e suas possibilidades de reflexão, pelo contrário, quanto mais o sujeito passar pelo cotidiano sem o notar, melhor para o sistema, que considera a crítica um problema. No entanto, a Economia Solidária, por si só, também não irá levar o trabalhador a isso; ela, enquanto política pública ou enquanto orientação ideológica, só faz sentido se for vivida e experienciada por alguém, por pessoas. Essas últimas, hodiernamente, advêm de uma cultura e de um processo de subjetivação bem diferente da proposta da Economia Solidária, por isso se enfatiza que não se trata de um processo direto e rápido. Mas as centenas de experiências existentes hoje no Brasil provam que pode deixar de ser um processo utópico e tornar-se real (SIES, 2013).

Essa é uma orientação teórica com base nas reflexões de Marx, que entende a teoria como dotada de sentido somente na prática, ou seja, o pensamento humano deve buscar sempre uma questão prática, uma verdade que se efetive na vida social e no cotidiano. A teoria não é somente uma interpretação da realidade, ela é a potência de mudança, e importa apenas se puder transformar o mundo, e não só compreendê-lo (MARX, 2007).

Transformar a realidade no cotidiano de trabalho das pessoas é uma orientação teórica da Economia Solidária, pois se entende que produzir, vender e compartilhar o trabalho numa relação mais solidária pode também transformar as outras relações na comunidade em que essas pessoas vivem, aprofundando a vivência de solidariedade.

Não se trata só de discutir e decidir coletivamente e sim de repensar nossas práticas e nosso próprio pensamento, para entender o que de fato é ser solidário; é pensar no próximo como companheiro, e não como concorrente; é ver no espaço de trabalho e na comunidade um local de atuação criativa, e não somente um local de penitência.

Sendo as decisões coletivas, a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula, que na empresa capitalista concentra o poder de decisão. Por isso, as decisões coletivas em empresas solidárias tendem a ser mais certeiras que as adotadas em empresas capitalistas comparáveis. (SINGER, 2003, p.20)

Essa conquista ocorre por meio de um constante diálogo, fortalecido pelo fato de todos os sujeitos dessa conversa serem pares, companheiros e, principalmente, partilharem um ideal parecido: conquistar a autonomia. Vivê-la só é possível se os participantes de tal coletivo estão buscando uma emancipação através desse diálogo, portanto, decidir algo na cooperativa, ou em qualquer EES, não é só decidir o que é melhor para aquele grupo, mas é pensar de uma forma comprometida nas implicações que tais decisões podem ter no cotidiano de trabalho, na comunidade e, até mesmo, no meio ambiente, lembrando que a Economia Solidária é sempre uma ação política orientada pelos princípios da solidariedade, que buscam a transformação da ideologia capitalista.

Para Freire (1989) o diálogo só existe em uma relação horizontal, que vem de uma matriz crítica e gera criticidade; já, se a relação for vertical, acrítica e produzir uma alienação, ele chamará de antidiálogo, ou seja, mesmo transvestido de outros nomes, uma reunião, um círculo, ou uma roda de conversa só pode se efetivar como emancipatória se constituir em diálogo numa relação horizontal que produza criticidade.

Outra potência do diálogo, além da afirmação da crítica, é que ele seja constante, e traga não só um esclarecimento para o momento, mas também um ciclo contínuo de construção e desconstrução das nossas convicções. Fazer do espaço de diálogo um espaço vivo e permanente no coletivo ou no EES faz com que se evite reproduzir a ideologia capitalista e fazer da Economia Solidária só uma forma de abrandar o desemprego.

O momento do diálogo é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, mas não soluciona todos os problemas e não se faz também em um discurso, é na prática cotidiana e, depois de refletir sobre ela, que produziremos relações mais humanas. Deve-se buscar uma ação comprometida com a realidade para produzirmos relações mais igualitárias, ou seja, a autêntica práxis, “a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-los” (FREIRE, 2005, p. 42).

Entretanto, conforme já mencionado, a experiência na Economia Solidária nem sempre é, por opção, revolucionária, ou até mesmo instrumento para uma mudança de vida, sendo muitas vezes uma alternativa de renda.

De forma geral, as cooperativas e fábricas recuperadas raramente representaram uma alternativa ou uma opção feita pelos trabalhadores. Ao contrário, o que aconteceu foi falta de opção ou de alternativa ao desemprego, apresentando-se a cooperativa quase como a última saída, o que contribuiu para dificuldades dos trabalhadores interiorizarem valores cooperativos e solidários. Com exceção dos que participaram ativamente da organização da cooperativa e se integraram a movimentos sociais mais amplos, a base, os trabalhadores do chão de fábrica nem sempre incorporam os valores autogestionários (LIMA, 2009, p. 219-220).

As pessoas entram em EES sem terem a mesma ideia e os mesmos princípios, o que é importante num sistema que valoriza o diferente e não massifica os sujeitos. Porém, também é interessante que todas as pessoas ali, pelo menos depois de um tempo, já tenham alguma noção da Economia Solidária, ou pelo menos, no caso dos catadores, uma noção de cooperativismo popular. Noção não teórica, mas que essa orientação ideológica de solidariedade faça algum sentido para essas pessoas, para que elas, juntas, no dia a dia de trabalho, possam refletir, decidir e agir.

Esse diálogo na busca da solidariedade e da autonomia é um momento muito potente e rico e deve ser vivido por todos os cooperados na busca da sua própria transformação, do espaço de trabalho e da comunidade em que vivem. Ele só pode existir no cotidiano, no dia a dia de trabalho, no enfrentamento das dificuldades e na partilha dos frutos do esforço coletivo.

A Incubadora de Assis, na crença de ser o diálogo diário um momento de suma importância para os EES, sempre apostou em ferramentas da Educação Popular para trabalhar com os grupos e construir caminhos para sobrepujar todas as contradições que possam existir no momento em que as pessoas se encontram trabalhando. Foi em um desses momentos que surgiu a experiência que deu origem a este projeto.

4 UMA FORÇA

Na perspectiva de que a Educação Popular se tornou uma força potente no trabalho com os catadores, este capítulo trará um pouco dessa aliança e das contribuições que a Educação Popular tem para este estudo. Abordarei a Educação Popular, a relação desta com a incubadora e também, por fim, o Círculo de Cultura como a ferramenta que utilizamos.

4.1 Educação Popular: um grande encontro!

Educação, quando o senhor chega e diz “educação”, vem do seu mundo, o mesmo, um outro. Quando sou eu quem fala vem dum outro lugar, de um outro mundo. Vem dum fundo de oco que é o lugar da vida dum pobre.

Antônio Cicho

Aproximar-se da Educação Popular²³ é se aproximar de um grande teórico que constrói um olhar crítico e humanizado para a sociedade, trazendo um conceito que muda as relações na educação, no trabalho, na saúde e na vida. Sua primeira experiência é na pedagogia e por isso, não é possível falar de Educação Popular sem falar de Paulo Freire e de pedagogia.

A pedagogia, assim como o trabalho, também pode contribuir para a subjetividade formada no sistema capitalista, com sujeitos alienados e passivos. Essa concepção traz a ideia da educação bancária, que formata os sujeitos no sentido de reproduzir a lógica ideológica de um sistema que divide os sujeitos em dominantes e oprimidos, realçando assim uma maior desigualdade entre classes (MARX, 1996).

Para Freire (2005), a educação tradicional fortalece a condição de exploração já vivida pelos sujeitos nos outros âmbitos da sociedade, uma vez que o professor é na verdade o detentor do saber e o aluno um depósito desse saber, convidado a não pensar, mas sim a receber esse “conhecimento”, reproduzindo assim a lógica não pensante e alienadora dessa sociedade.

²³ É um grande exercício trazer a questão teórica da Educação Popular balanceando a amorosidade proposta por Freire ao longo de sua obra e o rigor trazido pela pesquisa acadêmica, que, muitas vezes, é frio e duro para uma pesquisadora apaixonada como eu. Está sendo um grande aprendizado escrever este texto de forma sensível como me cabe, mas com um cunho científico que cabe à universidade, afinal, a Educação Popular é sem dúvida o que me fez psicóloga. Difícil falar desse tema sem me emocionar. Portanto, medirei minha paixão, mas trarei meu comprometimento com a luta da EP, afinal a imparcialidade não existe, mas a idolatria também não faz bem.

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão (FREIRE, 2005, p. 66).

Ou seja, para ele, a educação tradicional é um modelo de educação que sustenta a ignorância e a opressão, em que “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2005, p. 66). No entanto, para o autor, aí também está a força de mudança, uma vez que é justamente o oprimido que poderá produzir uma outra possibilidade.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2005, p. 34).

É então que Freire não traz uma educação alternativa, mas sim uma pedagogia comprometida, uma pedagogia que tem o compromisso de lutar por uma sociedade mais justa, a pedagogia do oprimido (2005). O educador, como Freire gostava de ser chamado, nos propõe uma educação voltada à *práxis*, ou seja, uma educação que faz “a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-los” (FREIRE, 2005, pg. 42).

[...] enquanto a prática bancária, como enfatizamos, implica uma espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade. A primeira pretende manter a imersão; a segunda, pelo contrário, busca a emersão das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade (FREIRE, 2005, p. 80).

Como já foi dito antes, não existe Educação Popular sem criticidade, porque é justamente no ato de refletir e agir para transformar que se dá essa educação, ou seja, sujeitos passivos, acríticos e alienados não podem transformar o mundo ou a si mesmos, porque estão imersos nessa lógica de domínio que lhes coloca o tempo todo um limite, uma margem bem reduzida de ação. Margem essa que será construída desde a escola até o contexto do trabalho, para edificar sujeitos dóceis e implicados com o sistema hegemônico, que não pensem, não critiquem e não se revoltam.

Já a Educação Popular vai potencializar justamente o contrário, vai fortalecer a crítica e a reflexão, para que os sujeitos, sim, pensem, critiquem e se revoltam²⁴ com o que não estiver justo. Só assim será construída uma sociedade livre, em que “a desesperança das sociedades alienadas passa a ser substituída por esperança, quando começam a se ver com seus próprios olhos e se tornam capazes de projetar” (FREIRE, 1989, p. 54). Afinal, a palavra “popular” está sendo usada justamente para que, além da crítica, esses sujeitos possam estabelecer seu caráter protagonista enquanto classe. Ou seja, “educação popular não somente deve-se entender como ‘conscientizar’ ou desenvolver a ‘consciência crítica’, mas deve-se dar a este fato o sentido de ‘consciência solidária’, e esta, em termos de ‘solidariedade de classe’, que se torna prática transformadora na medida em que se converte em solidariedade organizada de classe” (HURTADO, 1993, p.45).

Para concretizar esse compromisso, não basta colocar trabalhadores em roda, ou fazer letramento a partir do cotidiano de trabalho, ou ainda fazer teatro nas cooperativas; é, sim, fazer isso e também promover autonomia e a emancipação desses trabalhadores. As ações de Educação Popular devem estar ligadas aos movimentos populares e aos grupos com o objetivo de reforçar as práticas com plena consciência e sentido histórico, como uma autêntica práxis.

E aqui está, para nós, a característica essencial da educação popular, pois, mesmo incorporando alguns dos elementos de outros modelos, sua definição está dada por sua concepção e compromisso de classe e por sua ligação orgânica com o movimento popular, definido em termos políticos (não necessariamente partidários). Por isso, para nós a educação popular é um processo de formação, de capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe e que toma parte ou se vincula à ação organizada do povo, das massas para alcançar o objetivo de construir uma sociedade nova de acordo com seus interesses (HURTADO, 1993, p.44).

É relevante ressaltar que a Educação Popular, assim como a Economia Solidária, tem a proposta de colaborar para a constituição de um mundo mais justo, solidário e humano, com a inserção dos sujeitos na luta política de direitos e na busca de uma sociedade mais libertária. Não é só uma ação isolada, mas um conjunto de perspectivas que carrega um sonho, de construir uma sociedade melhor, considerando todos os aspectos ideológicos dessa sociedade de classes e desse sistema hegemônico. “Freire figura como um pensador na área da educação que se preocupou em construir uma teoria pedagógica trabalhando aspectos antropológicos,

²⁴ Para Freire era necessário aos homens uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão; e a educação é que deve despertar isso (FREIRE, 1989, p. 90).

epistemológicos, éticos e políticos relacionados com o processo do ser humano, articulando-os com os desafios das sociedades contemporâneas” (ZITKOSKI, 2010, p. 9).

São muitos os desafios dessa sociedade e também da educação inserida nela, no entanto, é preciso ir além, é preciso criar, compartilhar, aprender, despir-se de velhos pensamentos, e lutar para construir algo novo. A educação proposta por Freire (1989) deve firmar-se para a decisão, para a responsabilidade política e social, deve construir um espaço “que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática e de sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio ‘eu’, submetido às prescrições alheias” (FREIRE, 1989, p. 89-90).

Esses espaços criados pela Educação Popular muitas vezes são habitados por uma pessoa do povo e um universitário, ou um sitiante e um membro da igreja, ou ainda um cooperado e um membro da incubadora, como no caso desta pesquisa, mas sempre juntando educadores e educandos na busca de construir essa educação que une os vários saberes na perspectiva crítica. No Brasil, a aliança entre algumas instituições como Igreja e universidade agregou força para a luta da Educação Popular, trazendo suas contribuições, mas é necessário ressaltar suas implicações e deixar claras as forças que estão imbricadas nessa relação.

Importa, todavia, deixar claro que o movimento popular não deve sua existência ao poder de mobilização dos quadros do governo, da Igreja, dos partidos pseudopopulares ou das universidades. Mas foi a luta pelo destino a dar esse movimento popular que deu margem à mobilização dos quadros das citadas instituições em torno da força potencial das camadas populares. Sem querer com isso negar o estímulo que significou e o peso que teve, para o movimento popular, a presença atuante desses diversos grupos (BEZERRA, 1980, p. 21).

O crescente interesse da universidade pela luta política da Educação Popular pode acrescentar não só elaboração intelectual como também força política e social, inserindo seus alunos em projetos de extensão, incluindo o tema em produções acadêmicas e conquistando espaços em níveis de governo. Na verdade, criar o poder popular só os populares podem criar, no entanto, quando a universidade e outros atores se aliam a isso, têm como desafio encontrar a forma de se encaixar nesse caminho e nessa luta (GARCIA, 1980).

Em grande medida a universidade atua criando espaços onde o saber popular possa se manifestar. Sempre tomando cuidado para não cometer o erro de conduzir as massas, afinal, mesmo quando o poder é tomado, redundam em as massas continuarem sendo conduzidas. Por

isso, é necessário criar o espaço²⁵ e deixá-lo ser criado, com a autonomia do grupo, para que ali seja um local de aprendizado coletivo e de exercício da criatividade.

Diz-se, explicitamente, da necessidade de espaços para que se manifeste o poder criador dos grupos populares. Perspectiva que busca encaminhar a autonomia das camadas populares no fazer e no dizer. Esta perspectiva contrapõe-se à tendência de tratar o saber popular (quando se admite sua existência) como mero reflexo da ideologia dominante (GARCIA, 1980, p. 89).

Pensando na possibilidade de esse espaço acontecer com um agente e um grupo popular, os saberes que o compõem serão diferentes, muitas vezes, trazendo um saber intelectual com um saber popular. É na possibilidade de se reconhecerem e se integrarem que acontece a educação. O saber popular traz a experiência, a vida, o conhecimento acumulado no trabalho, na religiosidade, no sentir; já o saber intelectual traz o conhecimento formal, teórico, o livro, a escola, o racional. Um saber não pode se sobrepor ao outro e só compreendendo isso é que acontece o espaço.

O saber se dá justamente quando conseguimos efetuar a interação entre o saber e o sentir, sem que um conduza o outro, ou diga a verdade sobre o outro, mas num constante intercâmbio, sendo assim, o saber envolve também o sentir, envolve mais do que isso, envolve o se apaixonar, tanto pelo próprio saber quanto pelo seu objeto (GARCIA, 1980).

Essa relação que legitima o saber do outro e aprende com ele pode conduzir tanto o grupo quanto o agente para o aprendizado da experiência coletiva, só possível com sujeitos que se compreendem e se ampliam. No entanto, não é só a experiência coletiva na educação que irá produzir uma sociedade mais justa e solidária, mas é um passo para isso. A educação por si só não é o que consolida as forças do capital, e por isso não é também o que irá, em si mesma, consolidar todas as alternativas emancipadoras, mas as ações coletivas e conscientes, na perspectiva da práxis, poderão, sem dúvida, construir partes das saídas para a situação paralisante e grave que é proporcionada pelo sistema hegemônico (MÉSZÁROS, 2008). As mudanças nesse sistema e a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária são urgentes e necessárias, e podem começar pela educação. “Educar não é a mera transferência de conhecimento, mas sim, conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades” (JINKINGS, 2008, p.13).

²⁵ Espaço aqui é entendido como o local onde o agente se encontra com o grupo popular para uma atividade comum. Espaço tanto pode ser o local de trabalho, a comunidade, a sombra de uma árvore ou também uma sala normal. Cf. GARCIA, 1980.

4.2 A relação profícua entre a Incubadora e a Educação Popular

...se um tipo desse dum educação assim pudesse ter aqui, como a gente estamos conversando, com adultos, os velos, até mulheres, conforme foi dito, assim num acordo, num outro tipo de união, como o povo todo daí desses cantos sentido deles, coisas deles, como uma coisa que é nossa também, que então juntasse ideia de todos, professor, nós, num assunto assim, assim, então o senhor havia de ver que o povo daqui tem mais de muita coisa do que a gente pensa.

Antônio Ciço

As primeiras ações de Educação Popular da Incubadora na Coocassis foram em 2003, através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na possibilidade de letramento para os trabalhadores. No entanto, esse trabalho se estendeu para além disso, uma vez que os participantes traziam muitas demandas de seu processo de trabalho para esse espaço.

Tendo em vista a elaboração teórica sobre cotidiano, entendemos aqui que o aprendizado dessas pessoas só era possível se partisse do seu trabalho, que era o que fazia sentido para eles ali, assim como nos diz Ciço, lavrador de um sítio no sul de Minas entrevistado por Paulo Freire, quando é interrogado sobre educação: “Que a gente aprende mesmo, pros uso da roça, é na roça. É ali mesmo: um filho com o pai, uma filha com a mãe, com uma avó. Os meninos vendo os mais velhos trabalhando” (BRANDÃO, 1980).

Sendo assim, a Educação Popular não estava só ali no letramento, mas ia além disso, estava no trabalho, na incubação e nas reuniões entre incubadora e cooperativas. Era uma ação como o EJA, mas era também o compromisso dos alunos, o cuidado dos professores, o comprometimento dos cooperados. Era o cotidiano. E só nele poderia ser feito.

Entendíamos que o processo de aprendizagem do grupo deveria ocorrer nos diferentes espaços, formais ou informais. Nesse sentido, o propósito pedagógico permeava nossos encontros tanto em sala de aulas, como fora deles, em reuniões ou à beira de uma prensa, procurando provocar a capacidade reflexiva daqueles trabalhadores (CARVALHO, 2008, p. 129).

Se é principalmente no cotidiano de trabalho que o aprendizado acontece, por que não partir dele para efetuar novas perspectivas? Percebendo a demanda que os trabalhadores traziam para os espaços de letramento sobre o cotidiano, os educadores resolveram então ampliar o espaço da Educação Popular para também um espaço de reflexão e capacitação dos cooperados, e é assim que nascem os espaços como o Círculo de Cultura.

Não só no espaço da EJA como também nos espaços de reuniões, no começo da Cooperativa, e até hoje em vários grupos, umas das principais demandas trazidas pelos

trabalhadores é a de capacitação. Justamente na perspectiva de que “trabalhar coletivamente não é tão simples quanto parece” (fala de um cooperado), que os EES sempre demandam da universidade espaços que possam ser utilizados para pensar o cotidiano de trabalho, para refletir sobre o cooperativismo e a Economia Solidária, e principalmente para contribuir com um trabalho coletivo e autogestionário; “o desenvolvimento dos grupos de catadores dependia tanto de melhores condições de trabalho, como infraestrutura, máquinas e equipamentos (objeto de políticas públicas do Governo Federal), como de capacitação para o trabalho coletivo” (CARVALHO, 2008, p. 126).

Estamos falando aqui de capacitações comprometidas com essa categoria, que são os catadores, mas mais do que isso, capacitações de cunho político para esses trabalhadores na busca de mais autonomia e consciência crítica. É isso que marca a presença da Educação Popular nesse trabalho, uma vez que não é só mudar o formato e colocar os educandos em roda, mas sim colocá-los em roda e permitir a reflexão, permitir que as contradições apareçam e possam ser trabalhadas ali na Roda.

Além disso, o que marca também as estratégias de capacitação da incubadora de Assis é a presença de catadores mais antigos como educadores, e não só os sujeitos da universidade, usando uma metodologia que ficou conhecida como “de catador pra catador”, como conta a supervisora do projeto, Ana Maria, na sua tese:

De tempos em tempos, atentos à entrada de novos cooperados no grupo, formávamos uma nova turma do curso Introdução à Economia Solidária, sob forma de oficinas, de modo bastante participativo, procurando construir conceitos e a história do desenvolvimento do trabalho, com base na história de vida deles. A cada nova turma, junto conosco, estagiários e docentes, os cooperados mais experientes participavam como educadores, cumprindo dupla finalidade: passar conhecimentos, dar testemunho de sua aprendizagem e de seu comprometimento com a Cooperativa, e desenvolver sua capacidade de comunicação. (CARVALHO, 2008, p. 128).

Portanto, a Educação Popular na Incubadora sempre foi mais do que as ações de Círculo de Cultura ou EJA, é um olhar, uma orientação político-ideológica. É um comprometimento com o povo, um compromisso com os trabalhadores que faz com que a Educação Popular esteja em quase todas as metodologias adotadas pelos alunos, técnicos e professores da Incubadora.

Acontece Educação Popular quando um membro da Incop convida um catador para falar na universidade junto com ele, quando um aluno pensa o tema do Círculo de Cultura junto com os cooperados, quando um trabalhador vira educador, quando uma Roda acontece, quando os cooperados fazem teatro, quando, e quando, e quando, e quando o universitário

respeita e legitima o saber do catador, e o catador respeita e legitima o saber do universitário, porque segundo Paulo Freire, não existe saber mais ou menos, melhor ou pior, existem saberes diferentes.

É interessante que, quando um novo aluno chega para o estágio na incubadora e vai conhecer um grupo já antigo, os trabalhadores sempre ressaltam que ele irá aprender muito ali, uma vez que já se apropriaram dessa perspectiva freiriana dos saberes, por uma longa convivência com a Educação Popular, convivência não através dos livros, mas sim das experiências cotidianas de trabalho.

A Incubadora da Unesp de Assis tem um trabalho de assessoria com vários grupos, incluindo cooperativas e associações, e a maioria deles são catadores. Dos grupos de catadores incubados, a Cooçassis é o que teve mais experiências com ações de Educação Popular, tanto pelo seu tempo de existência, quanto pelo seu número de cooperados. Eles tiveram o EJA, teatro, vários tipos de rodas e capacitações, coral, e o Círculo de Cultura, que é o tema aqui estudado.

O Círculo de Cultura surge embasado por uma pesquisa participante dos educadores do EJA e demais alunos do projeto Assessoria²⁶ junto aos cooperados na perspectiva de trazer mais do que o letramento, trazer o cotidiano para a reflexão. Ele acontecia com os cooperados que tivessem interesse em participar, voluntariamente, dentro do horário de trabalho. Ele aconteceu durante um tempo, só retornando mais tarde com outras configurações em 2010, sendo o objeto de estudo desta pesquisa.

4.3 O Círculo de Cultura

Como o senhor mesmo disse o nome: “educação popular”, quer dizer, dum jeito que pudesse juntar o saberzinho da gente, que é pouco, mas não é, eu lhe garanto, e ensinar o nome das coisas que é preciso pronunciar pra mudar os poderes. Então era bom. Então era. O povo vinha. Vinha mesmo e havia de aprender. E esse, quem sabe? é o saber que tá faltando pro povo saber?

Antônio Cicho

O Círculo de Cultura é um método usado por Paulo Freire para ampliar o campo da linguagem e o sentido dela para homens do povo. O autor conta suas primeiras experiências com esse método no livro Educação como prática da liberdade, em 1965. No texto ele traz a

²⁶ O Projeto Assessoria é o projeto de extensão que antecedeu a Incubadora. O projeto acontece até hoje com alunos bolsistas da Proex e ocorre simultaneamente com a Incop Unesp – Núcleo de Assis.

vivência de debates com adultos na conquista do esclarecimento das situações e, com isso, na busca da democratização da cultura. Nessa perspectiva, a alfabetização não era mais o foco, mas sim a busca pela linguagem que pudesse fazer desses homens, homens livres e críticos.

A visão de liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola”, autoritária por estrutura e tradição. Busca-se no círculo de cultura, peça fundamental no movimento de educação popular, reunir um coordenador a algumas dezenas de homens do povo no trabalho comum pela conquista da linguagem (WEFFORT, 1989, p. 5).

Nesse sentido, o intuito era conquistar não só as palavras, como também os sentidos que elas tinham, e não só o sentido histórico, como também o sentido já existente para aquelas pessoas, entendendo que os participantes eram homens do povo, que, assim como Antônio Ciço, já trazem um sentido para seu cotidiano e para as palavras que compõem esse cotidiano.

Na busca de encontrar uma ferramenta que pudesse proporcionar o diálogo²⁷ e com isso a construção de sujeitos mais críticos, Paulo Freire instituiu o Círculo de Cultura e revela um instrumento que permite um espaço de problematização da realidade e onde os educandos constroem juntos seu aprendizado, na perspectiva de que todos sabem um pouco.

[...] em lugar de escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação (mesmo quando se lhe dá o atributo de ativa), contradizendo a dinâmica fase de transição, lançamos o Círculo de Cultura. Em lugar de professor, com tradições fortemente “doadoras”, o Coordenador de Debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. Em lugar dos “pontos” e de programas alienados, programação compacta, “reduzida” e “codificada” em unidades de aprendizado (FREIRE, 1989, p. 103, nota de rodapé).

O Círculo de Cultura é um método que fortalece a reflexão nos sujeitos e isso pode gerar mais crítica, fazendo com que esses homens possam pensar sua realidade e atuar nela de forma mais autônoma e consciente. Bem diferente da proposta de escola e da educação que temos hoje, em que, mesmo em situações de EJA, muitas vezes vemos se repetir o formato aluno sem conhecimento/receptor e professor conhecedor/doador.

É importante lembrar que não estamos falando aqui só do formato da aula, ou das ações de educação, mas sim de um modelo que proporciona, além do conteúdo de

²⁷ Como já dito antes, diálogo é uma relação horizontal e que gera criticidade. “Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação” (FREIRE, 1989, p. 107).

alfabetização, um conteúdo de reflexão, mesmo que essa reflexão seja contrária à opinião do educador; porque o importante não é chegar ao conteúdo de quem está como coordenador, mas sim chegar à reflexão histórica e social daquele coletivo. A Educação Popular, como já foi dito, não é apenas uma crítica à educação bancária, ela se alarga e encontra outros muros. Ou seja, esse conceito se concretizou em muitos espaços que não os da escola, ou da forma de aprendizagem, ele está na saúde, no trabalho, e principalmente na vida e nas relações. Com isso, é possível entender que não está sendo falado só de construção de conhecimento, mas também de construção de consciência crítica e de relações solidárias. Afinal, afirma-se aqui o compromisso com uma sociedade mais justa, democrática e livre.

Educação Popular é promover mudanças, é refletir sobre a prática do grupo, voltar para ela com pleno sentido histórico e efetuar essas mudanças. Assumir as práticas com consciência crítica é fazer a Educação Popular como práxis²⁸, e assim não perder de vista o seu propósito maior: transformar.

Entre nós, repita-se, a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude. De criação de disposições democráticas através da qual se substituíssem no brasileiro, antigos e culturoológicos hábitos de passividade, por novos hábitos de participação e ingerência, de acordo com o novo clima da fase de transição (FREIRE, 1989, p. 93).

O Círculo de Cultura então assume esse papel de reunir os homens do povo e pensar com eles sobre a cultura que os circunda, e juntos poderem executar transformações, tanto de si mesmo, como de seus coletivos. Esse espaço é para refletir criticamente sobre esse lugar que cada um habitou até ali, sem anular a voz desses homens, pelo contrário, dando escuta a suas formas de pensar e dando vazão a suas ideias.

²⁸ “Queremos entender por práxis a concepção que integra em uma unidade dinâmica e dialética a prática social e sua pertinente análise e compreensão teórica, a relação entre a prática, a ação e a luta transformadora e a teoria que orienta e ajuda a conduzir a ação. É a unidade entre pensamento e ação que permite assumir conscientemente o papel histórico que cada homem está chamado a exercer” (HURTADO, 1993, p.45, nota de rodapé).

5 UMA HISTÓRIA

Este capítulo é relevante na compreensão deste estudo, haja vista que aborda a experiência vivida com a Cooperativa antes da pesquisa. Portanto, aqui contarei um pouco dessa história e da ação do Círculo de Cultura na Coocassis. Ficará mais claro como essa ferramenta era utilizada e o porquê ela se tornou objeto de estudo.

Essa fase da pesquisa começa com a retomada do Diário de campo produzido durante a graduação na vivência junto à Coocassis²⁹.

5.1 O (re)encontro com o diário de campo e com o próprio campo

Ao ler o diário, antes de preparar o projeto de pesquisa, muitas emoções voltaram evocadas pelas palavras escritas, e o corpo demonstrava uma ansiedade, misturada com alegria. Era um assunto, um território que despertava. Era uma pesquisa nascendo. Lendo, veio a vontade de pesquisar sobre a inserção da Educação Popular na Coocassis por meio do Círculo de Cultura – nascia então um projeto.

Com a pesquisa em curso, o diário de campo foi a base para a construção do objeto, amparada pela Etnografia. Todos os relatos lidos no diário eram muito vivos e interessantes, era como se estivéssemos ali novamente, no entanto, com outro olhar, afinal o tempo, mesmo que não parecesse, tinha passado, e a nova forma de ver as coisas faz muita diferença. Estamos em constante mudança e a cada vez que a leitura do diário acontece encontramos algo novo. “Podemos rememorar a nossa própria vivência do passado a partir de um novo e diferente modo de ver e compreender a vida, definido pelas circunstâncias do nosso presente” (MARTINS, 1994, p. 5).

Com tudo isso, parece que o tempo que passou foi muito pouco, mas, no primeiro reencontro com o grupo, na primeira visita³⁰ à Coocassis, pude observar que havia passado

²⁹ Este trecho também foi um grande exercício escrever, já que é uma vivência, uma história, é o motivo de fazer pesquisa. É um texto de muita vida!

³⁰ O termo visita é o mais utilizado pelos membros da Incubadora quando vão ao grupo para reuniões e também pelos próprios catadores quando vão a outras cooperativas e associações para atuações junto aos trabalhadores. Vamos usá-lo aqui, não só para manter a tradição, como também porque foi como aprendemos nos tempos de convivência com os catadores.

muito tempo, foram dois anos e meio, quase uma gestão inteira da nova diretoria³¹, e por isso era tão importante a nova convivência com o grupo.

Decidi que faria não só as visitas esporádicas ao longo de 2014, como também visitas semanais, que começaram no final do mesmo ano e se estenderam até outubro de 2015. Ao todo foram um ano de visitas esporádicas e quase um ano de visitas semanais. Essa constância dos encontros com o grupo é muito relevante, tanto para as entrevistas, quanto para as análises, porque é justamente nesse habitar o campo que encontramos bons e valiosos indicativos.

A construção do novo diário de campo nos novos encontros é muito diferente da situação da graduação, porque, antes, ele foi escrito sem a pretensão de ser um instrumento de uma pesquisa científica, e sim um registro informal do que tinha sido interessante, importante, legal, ou que fizesse algum sentido. No momento da pesquisa, entendendo melhor a perspectiva desse diário, a escrita ocorreu no próprio campo. Conforme estava na Cooçassis, já ia fazendo anotações. Muitas vezes, algumas coisas foram anotadas porque tive certeza, lá na hora, que seriam colocadas no texto, algo que fazia muito sentido; no entanto, também foram anotadas muitas outras que podiam parecer insignificantes, mas que talvez, depois, nas diversas voltas ao diário de campo, pudessem ser fonte de elucidações.

Com o diário em mãos, o habitar no território se tornou diferente do antigo, parecendo, muitas vezes, que fui mais notada, e a marca era ser diferente por ser da universidade, ou, como eles mesmos falam, da Unesp. E isso principalmente pelos novos cooperados, que não me conheciam, porque para os antigos a marca era a do Círculo de Cultura. Na primeira visita, depois de mais de dois anos sem vê-los, a primeira pergunta que fizeram era se eu iria voltar, e a segunda foi se o Círculo de Cultura iria voltar. E, mesmo que explicasse várias vezes que dessa vez eu estava ali para fazer a pesquisa, toda semana algum cooperado perguntava: “Mas, Ana, não vai voltar o Círculo de Cultura?”.

Outro fato que saltou aos olhos foi uma cooperada, que, desde os tempos de graduação, me chamava pelo nome da primeira aluna que fez o Círculo de Cultura na Cooperativa. Por mais que os cooperados dissessem a ela: “Não, essa é a Ana”, na semana seguinte, novamente ela chamava pelo outro nome. Ao meu ver, o Círculo de Cultura marcou

³¹ Está previsto no estatuto da Cooperativa que a gestão da diretoria seja de três anos. Em 2012, quando ainda participava das atividades na Incubadora, estava presente na eleição da diretoria que ficou até o começo de 2015. A eleição foi um dos últimos momentos de que participei com o grupo, mas não acompanhei como foi a gestão dessa diretoria. Quando voltei para fazer a pesquisa, fiz algumas visitas esporádicas em 2014, ou seja, ainda na gestão dessa diretoria eleita em 2012. Mas o meu retorno com visitas semanais e convívio mais próximo com o grupo foi marcado pela presença na eleição da atual e nova diretoria.

essa trabalhadora, e ela associava o sujeito à atividade, e não a atividade ao sujeito, pois ela trocava o nome, não por confusão entre pessoas, mas porque o novo mediador só assumira o papel de mediador, que antes havia sido de outra pessoa.

Observei que, mais do que ser da Unesp, para os antigos, o vínculo era com o Círculo de Cultura. E nas primeiras visitas, isso ficou bastante claro, porque à medida que íamos conversando e reencontrando os trabalhadores, eles iam lembrando e falando algo sobre isso. Mesmo que eu não perguntasse, era como se eles estivessem na obrigação de emitir um parecer de como estava a Coocassis, e também sobre como era quando tinha as Rodas de Conversas, para alguns, e Círculos de Cultura, para outros.

Encontrando a Luzia e a Palmira³² em frente ao refeitório da Cooperativa e conversando sobre a entrada de um novo trabalhador, elas tiveram o seguinte diálogo, possivelmente não totalmente espontâneo, mas marcado pela presença de alguém da Incubadora ali.

Luzia: Meu sonho é que os cooperados não tivessem medo de perguntar, como na época do Círculo de Cultura, e pudesse tirar dúvidas que eles têm. Aprendia mais.

Palmira: Pois é, Luzia, na época do Círculo de Cultura a gente tirava mais as dúvidas, entre a gente mesmo no dia do Círculo, e quando alguém não participava não tinha medo de perguntar pra gente que tinha participado (Diário de campo –28/04/2015).

Essa lembrança é porque no espaço que produzíamos o Círculo de Cultura aconteciam não só as reflexões e discussões do cotidiano, como também surgiam algumas dúvidas sobre o estatuto, sobre direitos dos trabalhadores, e até sobre o próprio processo de trabalho, e essas dúvidas muitas vezes eram sanadas pelos próprios trabalhadores. Era interessante que uma vez um sabia responder, e na outra esse mesmo que respondeu era quem fazia a pergunta, fazendo com que nos aproximássemos de um dos princípios da Educação Popular, que é o espaço onde se promove o diálogo e que não tem saber mais e menos, mas sim saberes diferentes (FREIRE, 1989).

Com essa lembrança das cooperadas, à luz das práticas do Círculo de Cultura, entendemos como interessante retomar algumas experiências desses espaços antes de adentrarmos nas entrevistas, afinal, faz parte da Etnografia espontânea (MARTINS, 1994)

³² Ao longo da pesquisa, quando contava aos cooperados que iria trocar o nome deles para não identificá-los, eles reivindicavam o direito de aparecer com seus próprios nomes, dizendo que queriam ser reconhecidos, no entanto, durante as entrevistas, na mesma explicação a atitude mudava, e aí achavam interessante o anonimato. Por isso, optamos ao logo do texto pela troca de nomes. Os nomes escolhidos são nomes de pessoas importantes para a luta da Educação Popular, não só de pessoas famosas, mas pessoas que fizeram a diferença em suas comunidades também.

rememorar a convivência antiga com o grupo e também o próprio Círculo de Cultura. Não poderíamos fazer diferente esta pesquisa, porque essas memórias são parte da relação com essas pessoas e não poderíamos nos despir dessa recordação ou das marcas produzidas pelos encontros com o grupo. Além disso, os trabalhadores também não apagaram o que foi vivido, e a pesquisa é constantemente atravessada pelos significados que foram construídos na convivência antiga.

5.2 O Círculo de Cultura em 2010 e 2011

A minha primeira experiência com o Círculo de Cultura foi em 2010, quando a Incubadora retomou, no espaço da Coocassis, uma atividade que estagiários da Unesp haviam desenvolvido ali, e da qual alguns daqueles trabalhadores haviam participado. Fizemos uma Roda com o grupo todo, mais de cem pessoas, partilhando com os cooperados nossas angústias e vontades. Angústias pelas contradições vividas ali, e vontade de construir um espaço que fosse aberto, democrático e pudesse trazer questões que ficam imersas no cotidiano de trabalho e não são discutidas. O resultado foi surpreendente.

Esse primeiro encontro foi pensado pelos estagiários e optamos por fazer uma dinâmica de grupo que pudesse disparar uma reflexão e novas questões para o Círculo de Cultura abordar. O tema escolhido foi a competição, entendendo que esse assunto é bastante importante para um empreendimento que presa pela cooperação, mas que está inserida num sistema que prima pela competição, como já vimos no capítulo anterior. A ideia era refletir sobre o poder da competição na realidade atual e, por conseguinte, alternativas a ela. Foi feita uma dinâmica em que todos recebem uma bexiga e um palito de dente, e, em seguida, alguém explica a dinâmica dizendo que “ganha quem ficar com a bexiga cheia”. Todos saíram correndo. Uns foram proteger suas bexigas, outros foram furar as dos outros e outros foram correr para fazer as duas coisas. No fim, ficaram apenas dois com as bexigas cheias e quando foram contar suas vitórias, foram surpreendidos por pessoas que também as furaram, mesmo sabendo que no caso eles já haviam “vencido a brincadeira”. O presidente da Cooperativa perguntou por que todos não podiam sair com as bexigas cheias, deixando o grupo completamente assustado com a questão.

Fizemos uma grande Roda e fomos para a discussão. A primeira pergunta de um participante foi sobre a finalidade do palito de dente, e espontaneamente foram duas as respostas: uma cooperada respondeu que era para eles palitarem os dentes, e não tinha nenhuma ligação com a brincadeira, mas sim com o fato de a atividade ter se dado após o

almoço; já um outro respondeu que o palito era para simbolizar as dificuldades que a vida nos coloca, e os empecilhos que eles têm no grupo para se manterem unidos.

O grupo refletiu e disse que mesmo tentando ser coletivo no trabalho, em muitos momentos eles competem entre si, e que na vida eles fazem isso o tempo todo. Argumentaram bastante sobre a contradição que é competir, uma vez que cooperar é bem melhor, e se todos saíssem com a bexiga cheia seria muito mais gostoso, sendo que, no fim da brincadeira, tinha dois com a bexiga cheia, e alegres; e quase cem pessoas com a bexiga estourada e tristes, ficando uns conformados e outros correndo e tentando derrubar os com a bexiga cheia. Finalizaram a experiência com uma frase: “Como a brincadeira parece a nossa realidade, não é?!”.

Podemos analisar duas questões importantes dessa experiência com o grupo apontadas no capítulo anterior; a primeira é que, assim como expõe Singer (2002), na competição são poucos os que ganham e a grande maioria perde, deixando evidente a alegria de quem ganha e mascarando a tristeza dos que perderam. Desse modo, o grupo discutiu que a competição não alavanca a sociedade, mas apenas alguns, deixando a maioria na marca do não ganhar.

Outra questão foi pensar o quanto a competição está enraizada em nós, pois em uma simples orientação de ganhar a brincadeira já saímos competindo, mostrando que somos subjetivados por essa sociedade e que em meio ao cotidiano de contradições deixamos passar questões importantes. É como se mesmo com a orientação da cooperação e da solidariedade entre os trabalhadores vinda da cooperativa, o cotidiano de trabalho comportasse quem realmente somos, e como nosso mundo foi formado (HELLER, 1977). Na vida ordinária, reproduzimos a ideologia do meio em que fomos subjetivados, podendo, por meio de espaços de educação, desconstruir tais enraizamentos e produzir novas relações, transformando a realidade desse cotidiano.

Depois da “brincadeira”, discutimos junto com todos os cooperados o formato do espaço, as metodologias, e como faríamos para que todos participassem, afinal, eles sabiam mais sobre esse espaço do que nós da Incubadora. Renasce assim, em 2010, o Círculo de Cultura, que, como foi dito antes, já tinha acontecido outras vezes em anos anteriores, mas estava há dois anos sem acontecer.

Na discussão coletiva ficou decidido que todos os cooperados participariam, e que para isso era importante dividirem-se em grupos, que se revezavam ao longo do mês, assim, cada trabalhador participaria de uma Roda por mês, e na primeira semana seria decidido o tema do mês, por meio de dinâmicas disparadoras. Fazíamos dinâmicas de grupo, filmes,

recortes, conversas, simulações teatrais e várias outras atividades que pudessem ajudar a ampliar as formas de diálogo, principalmente para os cooperados que eram mais tímidos.

O Círculo de Cultura acontecia toda sexta-feira³³, cada vez com um grupo, fazendo com que o trabalho na Cooperativa não fosse prejudicado, mas que todos tivessem a oportunidade de participar. Fizemos três grupos, nomeados com cores, que tinham em seus participantes parte dos trabalhadores que estavam na esteira, parte na coleta seletiva e parte em outros espaços, deixando sempre todos os processos de produção com pessoas trabalhando. Algo interessante desse método foi a participação de pessoas tanto da prensa, como pessoas que trabalhavam no caminhão, favorecendo ainda mais o entrosamento do grupo e participação de todos no processo democrático, porque muitas vezes os trabalhadores não ligados diretamente à coleta seletiva e à esteira ficavam fora de alguns espaços educativos, dificultando ações que englobavam o grupo todo³⁴.

Como eram três grupos, fizemos um cartaz com os nomes das pessoas em cada grupo, com sua respectiva cor e datas de trabalho e fixamos no refeitório, assim não precisávamos chamar as pessoas a cada vez que o Círculo acontecia. Além disso, cada grupo tinha um cooperado responsável que ajudava a lembrar o grupo sobre a data, os temas, e também sobre como seria o espaço. Ponderamos que isso favoreceu que eles se corresponsabilizassem por aquele espaço como gestores, não sendo um espaço da Incubadora. Quando chegávamos, eles logo diziam: “Ah, hoje é meu grupo”. Chamar os cooperados para a reunião no começo parecia algo natural, no entanto ao longo do tempo parece que deixa quem está chamando um pouco incomodado; é como se aquele espaço fosse nosso (Incubadora) e não deles (Coocassis). Parece só um incômodo, mas diz de uma relação cheia de desafios que construímos com esses trabalhadores.

Consideramos fundamental a participação do “debatedor” (FREIRE, 1989) ou “agente” (GARCIA, 1980) representado por nós, mas também é fundamental a vinculação deles, cooperados, com o espaço, e que este tenha algum sentido para o trabalho, fortalecendo

³³ Fazíamos sempre à tarde porque de manhã parte do grupo estava na coleta seletiva.

³⁴ Durante o acompanhamento das atividades na Coocassis, em 2010 e 2011, percebemos que os motoristas de caminhão, as pessoas que ficavam na prensa e os meninos que trabalhavam na coleta do lixo não participavam de nada que propúnhamos. Nesse sentido, a participação de parte deles no Círculo de Cultura foi uma grande surpresa, e uma conquista, entendendo que assim fortalecíamos o coletivo por completo. A Coocassis tem um convênio com a prefeitura e tem em seu grupo os trabalhadores que fazem a coleta do lixo na cidade, no entanto, por diversos motivos, estes não participaram das atividades de Educação Popular, e também não conseguimos que fizessem parte do Círculo de Cultura. Avaliamos que esse fato tinha relação com os horários de trabalho e com a falta de identificação com o trabalho na Cooperativa, pois eles se identificariam como prestadores de serviços, mas como se fossem parte da prefeitura. Apesar de sua relevância, não poderemos nos aprofundar nessas questões neste texto.

a noção de que a luta política pela gestão democrática também é destes trabalhadores. Se o Círculo de Cultura é um lugar para afirmação do poder dos grupos populares, os agentes se inserem nele com a produção de debate, de questionamentos e favorecendo a reflexão. Um dos grandes desafios é justamente que esse espaço não seja um local somente para o aprendizado do agente, que, com certeza, leva muito conhecimento do grupo, mas, sim, ser também o espaço de potencialização do grupo. Enfim, devemos sempre ponderar e avaliar “se se trata de uma reunião do agente com o grupo com o qual se reúne ou uma reunião do grupo da qual participa” (GARCIA, 1980, p. 95).

O controle do processo educativo define a prática do agente, que tanto pode buscar exercer seu poder quanto reforçar o poder das camadas populares. É a forma de apropriação deste poder (por agentes e grupos populares) que vai definir o caráter da prática educativa (GARCIA, 1980, p. 90).

Essas dúvidas emergiram durante o processo de incubação, e sempre estive atenta para perceber se estava deixando de promover a Educação Popular para falar por eles, fazer por eles e, principalmente, pensar por eles. Aqui, não estamos questionando a incubação, pois a entendemos com importante e necessária para os grupos; assim como as políticas públicas, afinal, os EES precisam de assessoria; mas a forma de fazê-la, as metodologias de ação pautadas pela Educação Popular que visam estar com o grupo e promovê-lo em uma autonomia são nossos desafios.

A autonomia não significa deixá-los fazer sozinhos, porque, como já dito, eles não estão ali por uma questão ideológica, como muitos de nós da incubadora, mas a autonomia que buscamos com esses grupos populares traz a dimensão de uma consciência crítica (FREIRE, 1989) que concebe um saber popular em prol de seus coletivos e o tornam prática e movimento em seus cotidianos.

Outrossim, além de garantir a possibilidade de favorecer a tomada de consciência da função e da posição que as classes subalternas detêm na sociedade capitalista, deveria também propiciar condições para que o novo saber fosse incorporado a novas formas de agir, que paulatinamente fossem penetrando em suas práticas do cotidiano (MANFREDI, 1980, p. 55).

Conquistar essa autonomia é um grande desafio, e produzir ações que a conquistem também, tornando a relação da incubadora com os grupos sempre um processo contínuo e artesanal, que se constrói e reconstrói ao longo do tempo e das demandas que vão surgindo. A metodologia de incubação está sempre permeada pela Educação Popular, como já dito antes, contudo, estamos em constantes questionamentos de como isso está se dando e tentando fortalecer um vínculo que produza movimento.

São desafios da incubadora e também do Círculo de Cultura e, por isso, fazer um cartaz com os nomes de quem participaria do grupo em cada semana e perceber que os próprios trabalhadores se reuniam no espaço buscando a construção dele, por eles mesmos, foi algo que nos possibilitou bastante análise e reflexão do nosso papel enquanto agentes.

Outro ponto que nos fazia refletir sobre a nossa função enquanto agentes era possibilitar que os temas dos Círculos de Cultura fossem escolhidos pelos trabalhadores, por isso, já na primeira conversa com eles, na “dinâmica da bexiga” narrada acima, escolhemos juntos qual seria o tema gerador do segundo encontro. Esse tema foi igual para todos os cooperados e depois os grupos teriam liberdade para escolher seus próprios temas, de acordo com cada demanda. A escolha foi “política”, afinal era ano de eleição e eles tinham interesse em discutir coletivamente o assunto, além disso, o MNCR tinha escrito uma carta sobre o tema e lemos com os cooperados. Foi interessante, porque trabalhamos a questão da política para além da questão partidária e eles se aproximaram do Movimento, reconhecendo suas pautas e discursos.

Como o grupo todo estava há algum tempo sem capacitações, os trabalhadores demandaram que discutíssemos o que é cooperativismo, e posteriormente a isso, debatêssemos o estatuto. E assim foi feito. Após esses três primeiros espaços, cada grupo escolheu seus próprios assuntos que seriam debatidos, havendo uma grande diversidade de temas entre os grupos. Formaram-se coletivos que, de formas diferentes, construía aquele espaço, cada um com sua singularidade, gerando vínculos e aprendizados diversos. As necessidades dos grupos eram realmente diferentes, ou seja, depois de discutir o estatuto, um grupo optou por fazer um dia de debate sobre direitos e deveres dos cooperados, entendendo que apenas um encontro não tinha sido suficiente; outro quis deixar um dia em aberto, sem pensar nada, só para se encontrarem e tirarem todas as dúvidas que eles tinham; também surgiu o tema preconceito, afinal, a Cooperativa acolhe muitos trabalhadores vistos como minoria.

A escolha do tema preconceito apareceu porque havia um casal de mulheres nesse grupo, e elas contavam que em outros lugares eram reconhecidas por sua homossexualidade, mas na Cooperativa eram apenas elas mesmas. Isso é uma marca da Coocassis; muitos trabalhadores excluídos do mercado formal, como egressos do sistema penitenciário e usuários de serviços de saúde mental, são não só aceitos pelo grupo, como também parte dele. Ali, eles não são “loucos” ou “ex-presidiários”, são cooperados, são trabalhadores, chamados pelos nomes, e não pelos estigmas.

Por fim, outros temas que apareceram foram: união; fofoca; autogestão; o significado de votação; teatro, coral ou instrumentos de descontração e união do grupo – enfim, vários temas que falavam sobre o cotidiano daquelas pessoas, suas experiências e suas vidas naquele local de trabalho.

No intuito de investigar os impactos do Círculo de Cultura no cotidiano de trabalho desses cooperados, vamos retomar alguns encontros para ampliar a avaliação referente a essa ferramenta, portanto, vamos narrar neste texto três encontros diferentes, com base em lembranças e nas anotações do diário de campo daquele período³⁵.

Encontro Grupo Rosa:

Esse encontro foi em um grupo de pessoas que falam muito pouco e têm muito receio de se expressar de qualquer forma, é um grupo só de mulheres e muito tímidas; então, nós, da Incubadora, sempre pensamos em algo que pudesse ajudar no processo do diálogo e que pudesse despertar algum interesse em participar. O grupo sempre começava quase com silêncio total e do meio para o fim elas começavam a falar, mas muitas vezes percebemos que quando elas estavam mais animadas para falar, já era quase o final do encontro.

Em um dado momento, depois de poucas palavras trocadas, quando o tema era união do grupo, propusemos uma brincadeira com o coletivo, com o intuito de diluir algumas barreiras e deixar os participantes mais à vontade. Foi proposta, então, a brincadeira popular “escravos de Jó”³⁶. Começou o jogo e todos se divertiram bastante tentando acertar. No entanto, já durante a brincadeira, foram surgindo alguns comentários que expressavam marcas subjetivas impressas pelo sistema capitalista na vida dessas pessoas. Quando um membro da Incubadora errou durante o jogo, uma cooperada comentou, rindo, que “até a pessoa da Incubadora, estudada e tudo”, estava se confundindo no tempo e no ritmo da brincadeira, e ela, que, em sua visão, “não era estudada, nem nada”, estava fazendo direitinho. Foi aí que outra colega de trabalho ressaltou que também não era estudada, mas tinha seu valor e sua sabedoria. Então, começou a discussão sobre o que é saber e sobre a qualidade do saber de cada um; incentivou-se uma reflexão de que ali, no serviço de catar, selecionar, processar e prensar o material reciclável, cada um faz um pouco e sabe uma parte, fazendo que o coletivo

³⁵ Os encontros narrados não seguem uma lógica temporal e nem ordinal, eles foram escolhidos entre as experiências descritas no diário de campo para exemplificar como funcionava o espaço.

³⁶ É uma brincadeira com uma cantiga de roda em que os jogadores permanecem parados, podendo inclusive ficar sentados, com um objeto igual para todos (pedrinhas, copo, caneca etc.), na mão direita. Ao ritmo da música cantada pelos integrantes, marcando os tempos fortes, iniciam a brincadeira de, no compasso, passar o objeto que têm na mão direita para o vizinho da direita, e receber com a mão esquerda o objeto do vizinho da esquerda, trocando-o rapidamente de mão.

das trabalhadoras reunido de forma cooperada soubesse muito, mesmo sem ter alguém com curso superior. As catadoras analisaram que a estudante de Psicologia tinha seu saber, um saber técnico formal de sua área, mas que não tinha ritmo como elas. Concluíram que, graças ao trabalho na esteira selecionando o material, elas tiveram um melhor desempenho em uma atividade que necessita de ritmo do que uma estudante de Psicologia, pois, devido ao seu cotidiano de trabalho, lidavam melhor com o sentido da observação e com a velocidade do raciocínio. O resultado dessa reflexão foi que todas as pessoas tinham seu valor.

Outro ponto que apareceu foi que cada uma das cooperadas, na brincadeira, era parte daquilo que contribui para a formação do todo e que, se uma delas erra, todos perdem, uma vez que o processo todo depende da contribuição e dedicação de cada parte. Uma cooperada lembrou que quando trabalhava em uma empresa não pensava nisso, porque ela nem sabia qual era o produto final, e se um colega de serviço não trabalhava, o problema era dele, pois era ele quem ia perder no salário e não ela. Mas que agora, trabalhando na Cooperativa, eles têm que cuidar de todos, porque, se alguém não está bem, o processo se desestabiliza por inteiro, e aquela pessoa fará muita falta no trabalho. Nessa perspectiva, trabalhar para si é trabalhar para o outro, e o trabalho para o outro é também cuidar dele e, por consequência, é igualmente cuidar de si, ou seja, cuidar do outro é cuidar do grupo e do trabalho.

Com essa discussão, uma integrante da Incubadora perguntou quem era que chamava a atenção caso alguém fizesse algo para trabalhar menos. As cooperadas responderam sem dificuldades: “Todos nós”. E completou: “Nós somos os donos e os responsáveis pelo bom andamento da Cooperativa; por isso, tanto na hora de cuidar, quanto na hora de chamar a atenção, todos temos o direito e a responsabilidade por isso”.

O coletivo, em seguida, iniciou uma discussão sobre os pontos positivos e negativos dessa perspectiva, lembrando que autogestão não é algazarra, mas sim uma forma de gerir em que todos são corresponsáveis e autônomos.

Encontro Grupo Branco:

O tema desse encontro foi preconceito e esse era um grupo com pessoas que gostavam bastante de falar. Não se intimidavam com nenhum assunto e não precisavam de muita coisa para disparar o diálogo, tamanha a facilidade de expressão. Eles gostavam tanto de falar que às vezes até atropelavam uns aos outros; foi então que um cooperado deu a ideia de usarmos uma manga para organizar as falas. Grande parte dos nossos encontros era em baixo do pé de manga, que permitia uma sombra bastante agradável. Segundo a proposta, somente quem

estava com a manga na mão é que podia falar, e depois passava para o próximo; assim, quando alguém tentava interromper, os próprios trabalhadores gritavam: “Olha a manga!”.

Nesse encontro também convidamos duas alunas da Psicologia que estudavam a questão de gênero para participar e propor algumas atividades que pudessem mediar essa discussão, e elas participaram como se já conhecem o grupo há bastante tempo.

A primeira coisa que apareceu no grupo foi a questão do preconceito ligada a gênero, afinal, foi justamente um casal de mulheres que tinha proposto o tema; e logo fomos surpreendidos por uma fala de um homem que coube muito bem à discussão: “Eu não tenho preconceito contra essas coisas, mas vocês têm que deixar isso para fora da Cooperativa” (Diário de campo – 21/10/2010). Essa frase fez com que o grupo ficasse bastante alvoroçado e indignado com o cooperado, e então as alunas de Psicologia discutiram com eles as diferenças entre preconceito e discriminação.

Depois disso, pegamos uma boneca e com alfinetes colocávamos frases preconceituosas espetadas nela; ao final tínhamos uma boneca carregada de marcas e refletimos sobre isso. Algo que apareceu no grupo foi que o homem que falou sobre “deixar fora da Cooperativa” colocou um alfinete com a seguinte frase: “Ô, seu louco”, tendo em vista que era usuário de saúde mental. Isso disparou uma reflexão entre eles de que, ao mesmo tempo em que sofremos discriminação, também a praticamos. Só assim ele percebeu onde estava o preconceito dele, reconhecendo-se também vítima, bem como muitos outros também conseguiram ver que, ao mesmo tempo em que sofriam a discriminação, praticavam em outra situação.

Ao ver a boneca repleta de sinais do preconceito, aquelas pessoas foram lembrando-se de suas próprias marcas, e de como isso pode interferir no trabalho, na escola e na vida. Eles discutiram a importância de ter um espaço de trabalho como a Coocassis, que, além de dar a oportunidade de renda para as pessoas que mais sofrem de discriminação, também é um trabalho que proporciona “amigos”, como eles usaram dizer.

Por fim, acabamos entrando no assunto da união do grupo, porque os cooperados comentaram que, quando se sofre uma violência de origem no preconceito, o que a pessoa mais precisa é de amigos, e de pessoas que possam acolhê-la e dizer que ela é “gente”³⁷. Segundo esse grupo de trabalhadores, isso é muito difícil de encontrar em uma empresa

³⁷ Coloco entre aspas para usar a palavra exata que os cooperados usaram naquele momento. São palavras com um significado específico para aquelas pessoas, e o compromisso aqui é o de não perder a força dessas expressões.

comum, porque nela, o seu colega de trabalho um dia pode pegar o seu lugar e vice-versa, ou seja, são só colegas de trabalho, mas não “amigos que podemos contar”. E assim encerramos o encontro com muitas palmas e sorrisos; e para nós, da Incubadora, com uma sensação de orgulho de poder encontrar pessoas tão humanas naquele local.

Encontro Grupo Amarelo:

Cada grupo tem uma característica diferente e nesse as pessoas gostavam de teatro e de formas de expressão diversas que não só a fala, por isso, sempre buscávamos fazer algo que mexesse com o corpo. Quando nós, da Incubadora, pensávamos alguma dinâmica ou alguma atividade, sempre imaginávamos um desdobramento, não por intenção de fazermos um espaço totalmente guiado, mas porque achávamos que aquilo iria proporcionar algum movimento. Na verdade, sempre errávamos nossas previsões e nos surpreendíamos muito com os desdobramentos do que propúnhamos, pois eram sempre muito mais ricos do que nossa experiência nos permitia imaginar.

Nesse encontro fizemos uma brincadeira que dividia as pessoas em grupos de três. Eles tinham que realizar uma tarefa expedida pelo coletivo, com a condição de que, no grupo, uma pessoa representaria um deficiente físico, outra um deficiente auditivo e outra um deficiente visual, que, juntos, realizariam a tarefa.

No estabelecimento das tarefas fomos surpreendidos, porque achávamos que seriam coisas simples e não necessariamente ligadas ao cotidiano, mas não, as ideias foram: buscar uma garrafa pet que estivesse fora de lugar, ir à esteira e falar para os demais do grupo que a Cooperativa precisa de mais união e, por último, ir ao “escritório” e perguntar ao presidente se ele já tinha uma proposta para a organização do horário que estava causando problemas.

Durante a execução das tarefas o grupo riu muito e se divertiu bastante, fato que eles alegaram ser importante também, porque disseram que “viver só da rotina é muito pesado”, e que “viver algo diferente, que os anime, como uma brincadeira, deixa o trabalho mais leve”.

No retorno das tarefas para a roda de conversa, o primeiro ponto colocado foi a união do grupo e o trabalho coletivo. Eles disseram que todos têm qualidades, defeitos e diferenças e que se as pessoas não se apoiarem não têm como trabalhar, ou seja, um apoiando o outro, juntos eles podem mais: “Eu posso não ter a vista, mas carrego aquele que não anda, e aquele que não fala enxerga por mim” (Diário de campo – 12/11/2010). Assim, o grupo discutiu que, juntos, podem fazer muitas coisas que, sozinhos, não poderiam. Nesse debate, uma cooperada apontou que aquilo era uma situação que não aconteceria em uma indústria, porque jamais o “dono vai contratar um deficiente”, e também disse que quando trabalhava em outro lugar, se

ela estava com dor ou algum problema, não tinha nenhuma ajuda, e pior, que não falava sobre isso porque tinha medo de algum colega de trabalho a denunciar e ela ainda perder o emprego.

Os cooperados refletiram sobre isso e disseram que na Cooperativa também não estava tendo tanta união como era necessário, e que de nada adiantava o Círculo de Cultura, se depois eles não pusessem em prática o que estavam discutindo. Com isso, o coletivo propôs que as rodas de conversa também pudessem conter assuntos mais práticos, como a discussão da organização do trabalho. Eles dialogaram sobre isso porque foram surpreendidos pela resposta do presidente, na terceira tarefa, de que a proposta sobre o horário de trabalho também devia ser pensada pelos cooperados e não só pela diretoria. Ou seja, eles estavam esperando algo pronto e receberam uma proposta de refletir junto, e isso virou o tema do encontro seguinte.

5.3 Um olhar para esses encontros – analisando o Círculo de Cultura

Os exemplos narrados aqui são para ilustrar como se deu essa metodologia ao longo de 2010 e 2011, e também para ficar mais clara a função do Círculo de Cultura de proporcionar espaços em que várias situações do cotidiano são retomadas e refletidas, passando a se tornarem práticas pensadas, e não só executadas.

Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. As formas ingênuas de percebê-las. As formas verbosas de representá-la. Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos. (FREIRE, 1989, p. 95).

O Círculo de Cultura não pode, por si só, tornar os sujeitos mais críticos, mas ele tem em sua natureza o objetivo de ser parte do caminho para isso. É uma metodologia que proporciona o diálogo, a reflexão, a discussão e o pensar sobre as situações, e isso, sim, são formas que nos permitem uma aproximação da democracia e da autonomia.

Autonomia que só poderá ser vivida porque estamos falando de um empreendimento de Economia Solidária, e uma cooperativa popular que preza pela gestão democrática, ainda que com suas várias contradições. Proporcionar um espaço que promove a crítica é acreditar que isso pode gerar melhorias no cotidiano de trabalho, e que empoderar trabalhadores é fortalecer a cooperativa.

Nas experiências trazidas vimos que algo que aparecia bastante nas falas dos trabalhadores é como, muitas vezes, imersos no cotidiano de trabalho, passamos despercebidos por questões importantes para a Cooperativa e reproduzimos ideologias contrárias às trazidas pela Economia Solidária. Sendo assim, trabalhar sem refletir poderia gerar uma repetição das ações e práticas típicas de uma empresa capitalista ainda que eles soubessem que a Cooperativa não se tornará uma empresa. Ainda assim, mesmo votando em assembleia e trabalhando em uma cooperativa popular autogestionária, poderiam reproduzir valores competitivos, individualistas e da heterogestão, afinal, além da construção histórica e pessoal por meio de nossas experiências, também somos subjetivados por relações construídas fora do espaço de trabalho, que muitas vezes são opostas às da cooperativa.

O espaço de Educação Popular seria uma alternativa a isso, produzindo desvios e ponderações que gerem novas posturas e novos desafios, visualizando e enfrentando as contradições. Para explicitar isso, usamos cada encontro narrado para analisar um dos pontos trazidos pelo texto sobre a competição, o individualismo e a heterogestão, ou seja, usamos os exemplos dos Círculos de Cultura para falar de cooperação, solidariedade e autogestão.

É importante ressaltar que, feitas essas reflexões, não se podia esperar que o grupo empreenderia imediatamente mudanças superando as características do capital, mas que aquele espaço auxiliava a desvelar e buscar coletivamente e individualmente a forma para uma posterior transformação de si, das relações e das realidades. Também não podemos reduzir a discussão apenas a alguns pontos que são discutidos aqui, porque os encontros trazem muito mais que isso, trazem a vida desses trabalhadores, suas angústias, preconceitos, medos e vivências no cotidiano de trabalho.

O encontro do Grupo Rosa³⁸, na brincadeira “Escravos de Jó, possibilitou a percepção da importância de cooperar e trabalhar junto, já que todos são relevantes para o processo de produção. As catadoras refletiram bastante sobre o valor de cada um com o seu saber, e que isso interfere na forma de trabalhar, porque somos diferentes, mas o importante é reconhecer o saber de cada um e trabalhar de forma coletiva.

A discussão demonstrou que cooperar não é só não competir, mas é também se preocupar com o outro, com seu colega de trabalho e com o que a cooperativa está produzindo, porque, como elas mesmo disseram, “se um falta, interfere no trabalho de todos e

³⁸ Lembrando que os encontros narrados aqui são apenas um exemplo de cada grupo, a título de descrição e exemplificação da metodologia, pois aconteceram vários encontros.

eles se preocupam com isso e com a pessoa”. Cooperar, para essas catadoras, tem a dimensão do cuidar também, de se preocupar e se importar com o colega.

Essa dimensão do cuidado e da amizade entre os cooperados também aparece no Grupo Branco, que discutiu preconceito, uma vez que os trabalhadores disseram da importância de se sentirem acolhidos pelo grupo em suas diferenças. Entramos então na possibilidade de ser solidário. Analisamos no encontro que o coletivo da Cooperativa não é formado por pessoas individuais e independentes, mas sim de pessoas que se preocupam umas com as outras e colocam valor máximo nas relações.

Trazendo a perspectiva de Singer (2002) de a Economia Solidária possibilitar uma vida melhor aos trabalhadores, o grupo questiona a violência do preconceito e discute no ambiente de trabalho formas de não o produzir. Questões importantes para aquele grupo, mas que só cabe porque estamos falando de um EES que acredita que esse ambiente deve ser o melhor para se trabalhar. Nele cabe discutir angústias, questões de gênero, medos e preocupações, porque de alguma forma isso vai interferir na cooperativa, afinal, estamos falando da economia com valor na humanização das relações de trabalho.

O entusiasmo e o empenho manifestado pelos trabalhadores não fica (sic) sem recompensa. Para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero ou raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo (SINGER, 2003, p. 27-28).

É forte em nossas lembranças o dia em que o grupo propôs discutir preconceito, interrogando: “Mas pode ser esse o tema?”, e os companheiros: “Sim, pode”. Porque cabe nesse espaço se preocupar com o colega de trabalho, sem julgá-lo ou estigmatizá-lo. Esse grupo ponderou sobre a cooperativa ser um espaço solidário que acolhe as minorias e onde constroem-se amizades, se tornando um lugar melhor para trabalhar, afinal, passamos a maior parte do dia no ambiente de trabalho e, se lá não é onde nos sentimos bem, possivelmente isso se torna um peso, ou até uma doença, como discutido no Grupo Branco (Diário de campo – 21/10/2010).

Nos espaços do Círculo de Cultura, apareceu também que os trabalhadores entendem como importante não só refletir sobre tais questões, mas também que possam produzir mudanças na prática do trabalho, ressaltando a Educação Popular como “autêntica práxis” (HURTADO, 1993). O Círculo de Cultura é um espaço de mobilização política, de reflexão e

também de construção coletiva de um novo modelo com um trabalho mais solidário e humano.

Refletir e observar as contradições presentes no cotidiano de trabalho dos cooperados é o primeiro passo, no entanto, fazer as mudanças é o segundo e mais difícil, porque se dá em um processo longo e complexo partindo da ideia de que fomos construídos de outra forma e que transformar forças tão enraizadas em nós é algo delicado e extenso, mas também possível e necessário.

No Círculo de Cultura podíamos observar isso, porque nem sempre as pessoas estavam dispostas a fazer mudanças e nem sempre a diretoria estava disposta a ouvir e acatar novas propostas; víamos então a contradição explícita entre o discurso e a dificuldade de colocá-lo em prática; além do que havia uma dificuldade dos trabalhadores em assumir tarefas que eles achavam ser de responsabilidade da diretoria solucionar.

Um exemplo disso é que, no encontro do Grupo Amarelo, quando os trabalhadores definiram a tarefa a ser executada, uma delas foi pedir ao presidente uma resposta para o acúmulo de material, ou seja, antes da discussão eles já delegaram à diretoria uma solução que, de fato, poderia ser pensada coletivamente. Quando voltamos ao Círculo, depois da dinâmica, o grupo estava impressionado com a postura do presidente de delegar a eles a solução, ou seja, para eles, ainda a tarefa de conceber o trabalho era da diretoria, e não dos cooperados, como se houvesse essa divisão do trabalho na Cooperativa. Na verdade, essa divisão acontece quando não existe um espaço onde os catadores possam discutir e pensar outras questões que não as ligadas à assembleia. Nesse cenário, a diretoria, junto com os coordenadores, decide o processo de trabalho e os demais do grupo acatam sem discutir.

Nem sempre o Círculo de Cultura vai discutir o processo de trabalho, mas em alguns momentos isso emerge e naquele espaço vai ser possível que essa reflexão aconteça, como foi o caso do encontro narrado aqui, do Grupo Amarelo. Eles não mudaram todo o processo de trabalho e nem se estabeleceram como espaço para tal, mas decidiram sobre aquela questão que estava vigente naquele cenário, fazendo assim com que a decisão não fosse só da diretoria ou do grupo de coordenadores.

Nesse encontro discutimos a contradição sobre ser uma cooperativa autogestionária, mas muitas vezes fazer uma divisão do trabalho que lembre a heterogestão, em que uns concebem e outros executam. Então, exercemos, num espaço de Educação Popular a autogestão, definindo conjuntamente uma forma de enfrentar o acúmulo de material.

A autogestão não é algo pronto e simples de ser colocado em prática, porque fomos subjetivados a seguir a heterogestão, então, os espaços abertos a nos ensinar essa outra forma de se relacionar e gerir o empreendimento são necessários para a construção de uma cooperativa mais democrática e próxima dos princípios solidários. Tanto os líderes da Cooperativa como os trabalhadores que lá estavam há muito, ou pouco tempo, e também os alunos estagiários estavam aprendendo a fazer a autogestão, entendendo que, de alguma forma, isso é gradual e lento e não está pronto, é um processo.

Sendo assim, o Círculo de Cultura não só proporciona espaço de diálogo para os cooperados, como também espaço de aprendizagem para os alunos da incubadora, que, ao mesmo tempo que se preparam para serem coordenadores de debates, se abrem para a vivência autogestionária com os grupos, alcançando novos exercícios e também a validação do conteúdo teórico apresentado pela academia. Do mesmo modo, a universidade, nesse caso, cumpre seu papel de extensão e ensino, pois exerce seu compromisso com a comunidade, colocando seus estudantes em campo, e proporciona uma vivência privilegiada aos alunos, unindo teoria e prática.

Olhando para os encontros do Círculo de Cultura em 2010 e 2011, o percebemos como um espaço de muito valor e muita força para fazer emergir as contradições presentes no cotidiano desses trabalhadores e assim produzir mudanças, afirmando os princípios solidários. É observável a potência dessa ferramenta para fortalecer a autonomia e os espaços democráticos dentro da cooperativa, mas o Círculo de Cultura é um recorte desse cenário em que esses trabalhadores estão inseridos e o cotidiano vai muito além disso, proporcionando mais desafios, angústias, potências, medos e contradições. Por isso, não devemos afirmar que o espaço de Educação Popular vai proporcionar a dissolução de todas as questões e a superação das características enraizadas em nós pelo modo de produção capitalista. Mas juntar as forças da Economia Solidária com um espaço de Educação Popular, produzindo desvios e reflexão sobre esse novo modo de produzir e trabalhar, pode trazer frutos e boas colheitas para essas pessoas.

É interessante ver todo o movimento que o Círculo de Cultura possibilitou naquele grupo, naquela época, assim como ver os desdobramentos disso hoje, e também a forma como a Cooperativa se encontra, três anos depois. Com novos desafios, novas demandas, antigos problemas, novas perspectivas e antigos enfrentamentos. Possibilitar um novo convívio foi dar um novo olhar para o que já foi (Círculo de Cultura) e também para o que ficou, para os

trabalhadores e para a Cooocassis como EES. Muita coisa mudou, mas eles ainda estão na busca de transformar suas realidades e fortalecer um grupo mais solidário e humano.

6 UM NOVO HABITAR

Frequentemente a pesquisa pode começar muito antes da matrícula em um curso de mestrado: quando começamos a ler sobre o assunto a ser pesquisado, quando nos debruçamos sobre o tema com o interesse de buscar mais sobre ele, ou quando já estamos inseridos nele de algum outro jeito. E a parte empírica da pesquisa, na maioria das vezes, começa no encontro entre pesquisador e campo.

Assim como retomar a história se fez importante, retomar a relação com o grupo e realizar um novo convívio, também se fez. A pesquisa começa com a busca na experiência da graduação, mas toma mais sentido e proporciona mais investigação e questionamentos quando retomo o campo, e torno a estar próxima do grupo.

6.1 A pesquisa etnográfica e os novos caminhos

Nesta pesquisa, esse encontro com o campo acontece marcado por uma experiência já vivida, e mesmo que o contexto do campo seja muito diferente, não há como se despir dos sinais do convívio já acontecido.

Ao voltar à Coocassis como pesquisadora, a recepção foi com olhares, abraços e falas que resgatavam outros elementos como: Ana, Unesp e Círculo de Cultura. Assim como alguns cooperados me receberam com muito carinho e saudades, para outros foi como se o tempo não tivesse passado e eu continuasse a ser a aluna da Incubadora. Algum tempo depois de já ter feito as primeiras visitas, um dia, subindo na esteira³⁹ para conversar com as trabalhadoras, uma cooperada disse: “Bom dia” e perguntou: “Hoje vai ter reunião?” (Diário de campo – 05/05/2015). É como se o motivo para um aluno estar ali fosse sempre fazer reunião, afinal, são anos e anos de convivência com os alunos assinalados por essa relação.

A pesquisa de campo atual foi marcada por dois contextos importantes: a convivência com o grupo, narrada no diário de campo, e as entrevistas, que foram gravadas e transcritas. Tentei usar o diário de campo nas entrevistas, mas não foi possível, porque a cada vez que pegava a caneta e a aproximava do diário os trabalhadores paravam de falar, ou aguardando a escrita, ou mesmo por receio de interpretação das falas, portanto negociamos com os próprios entrevistados a utilização do gravador. Ao sair da entrevista, optava por anotar no diário alguns pontos conversados, ou posturas corporais importantes que o gravador não é capaz de captar, afinal, a gravação “já constitui um recorte do real, uma vez que a fita registra somente

³⁹ Os trabalhadores triam todo o material coletado em uma grande esteira. Dizemos que subimos na esteira porque ela é realmente grande e tem uma escada para chegar ao local de triagem.

a fala, perdendo todos os demais detalhes que compõem o contexto total da entrevista” (QUEIROZ, 1991, p. 89).

A utilização do gravador também facilitou a análise, à medida que guardava as palavras certas utilizadas pelos trabalhadores, e também suas entonações – considerando que a transcrição dessas entrevistas não foi delegada a ninguém; isso fez parte do processo de pesquisa.

Desta maneira, o ideal, numa pesquisa, é que o próprio pesquisador que entrevistou o informante seja também o transcritor da fita. Ouvir e transcrever a entrevista constitui, para ele, um exercício de memória em que toda a cena é revivida: uma pausa do informante, uma tremura de voz, uma tonalidade diferente, uma risada, a utilização de determinada palavra em certo momento, reavivam a recordação do estado de espírito que então detectou em seu interlocutor, revelam aspectos da entrevista que não haviam sido lembrados quando efetuou o registro no caderno de campo, ou mesmo dão a conhecer detalhes que, no momento da entrevista, lhe escaparam (QUEIROZ, 1991, p. 87).

Transcrever não é só passar para a escrita a voz do entrevistado, é reviver o momento da entrevista, é pensar novas possibilidades de análise, é ter outra escuta, mais atenta às respirações e pausas, e principalmente, é se emocionar⁴⁰ novamente, é lembrar que aquela fala não é de qualquer sujeito de pesquisa, mas sim de um trabalhador que muito nos ensinou, que tem uma relação conosco⁴¹, que muita história tem pra contar e que escolheu cada palavra dita ali porque acreditava que aquilo seria importante ser ouvido.

A convivência antiga e os novos encontros com o grupo também foram importantes para as entrevistas, uma vez que facilitavam o vínculo e, posteriormente, a forma como fazíamos a abordagem para as conversas ou entrevistas. Alguns trabalhadores pediram que as entrevistas fossem em trios ou duplas, e alguns pediram que fossem individuais, e isso foi

⁴⁰ Um áudio que muito me marcou, e que causa muita emoção, é um longo silêncio de uma cooperada, com um suspiro de choro ao fundo, trazido pela lembrança da história da Cooperativa quando falava sobre solidariedade. Toda vez que a pesquisa estacionava, que me faltaram palavras, retornei a esse áudio, que traz um silêncio em torno de 40 segundos, mas diz muito sobre esta pesquisa.

⁴¹ Durante as entrevistas, alguns vocativos passavam despercebidos, mas, na transcrição, faziam mais sentido e proporcionavam uma certa emoção: as pausas marcadas por “né, Ana”, “você lembra né, Ana”, “não é assim, Ana?”, “aí, Ana, só você pra me fazer lembrar disso”, “eu sabia que você ia me perguntar isso, Ana”, “sabe a D. Maria, Ana?”, “era na época que você estava aqui, Ana?”, “você sabe disso né, Ana?”. Durante a conversa/entrevista, isso parecia parte do diálogo, mas no momento da transcrição isso chama a atenção como uma marca pra dizer de alguém que conhece isso, que não está distante do trabalho e da história. Essa forma de estar com os trabalhadores proporcionada pela etnografia (MARTINS, 1994) traz a entrevista para mais perto, mas também a deixa mais complexa na análise por tal aproximação. Fatores que são recuperados a cada vez que ouvi a gravação e atentei aos sinais do próprio áudio, e dos afetos e pensamentos que ele me suscitou.

respeitado, entendendo que a pesquisa estava sendo feita junto com os trabalhadores e não sobre eles.

As entrevistas não começaram junto com as primeiras visitas, e sim um pouco depois, quando o grupo já parecia mais acostumado com a minha presença ali novamente, porque no começo era muita informação para ambos (pesquisador e grupo). À medida que os trabalhadores foram perguntando: “E as entrevistas?”, “Você não vai me entrevistar?”, “Não me deixa por último, heim!” (Diário de campo – 12/05/2015), foi possível observar que seria o momento de começar. No entanto, as entrevistas não foram feitas em poucos dias, porque privilegiamos o convívio, sempre buscando fazer uma entrevista e ficar parte do tempo com os cooperados em seu cotidiano de trabalho. Esse processo favorece que cada entrevista tenha suas singularidades e que novos pensamentos vão surgindo ao longo do tempo, fortalecendo novos aprendizados com cada nova entrevista. Dessa forma, a pesquisa é “um processo acumulativo que resulta da escuta atenta e da reflexão sobre as informações que vão sendo coletadas, e que implicam em novos questionamentos nas entrevistas subsequentes” (DEMARTINI, 1992, p. 45).

Foram entrevistados tanto cooperados antigos, que estavam na Cooperativa havia mais de três anos e participaram do Círculo de Cultura, quanto trabalhadores novos, que entraram havia menos de dois anos, mas mais de seis meses⁴². Há muitas diferenças entre os cooperados antigos e os novos, tanto em apropriação do trabalho, quanto nos discursos políticos e ideológicos, que poderão ser analisados nas entrevistas. No entanto, algo que chamou muito a atenção foi a enorme diferença de postura na própria entrevista, entre “novos” e “antigos”. Enquanto os trabalhadores que conhecíamos há mais tempo se abriam tranquilamente, falando de todos os assuntos, inclusive fazendo brincadeiras; os trabalhadores com quem eu estava convivendo somente agora mantinham outra relação durante a conversa, começando pela posição corporal um pouco mais rígida e indo até o tempo de demora das respostas. A fala, o corpo, o tempo de resposta, a composição do que se responde e a forma de interação eram diferentes, já que, de certa forma, para quem se falava era diferente, afinal, os trabalhadores antigos estavam respondendo para a Ana e os novos respondiam à pesquisadora, que para eles é a aluna da Unesp.

⁴² A Cooperativa tem alto grau de rotatividade, porque considera importante dar espaço de trabalho às pessoas que estão precisando, portanto, tem um núcleo de pessoas que estão há bastante tempo, mas também tem um número de pessoas que passam por lá até conseguir outro trabalho. Por isso, alguns trabalhadores ficam no máximo três a seis meses. Optei por entrevistar as pessoas com pelo menos mais de seis meses porque, de certa forma, já tiveram algum convívio ali e uma apropriação daquele cotidiano.

Não esquecer também que, sempre, o pesquisador se encontra em posição de superioridade para com o informante, pela própria definição das relações de pesquisa: o pesquisador é quem “sabe e determina o que se deseja”, e informante está sempre na situação de quem procura descobrir “como agir melhor” para responder condignamente à demanda. Desta forma, paradoxalmente, também o entrevistado se encontra diante de uma incógnita, durante as conversas, procurando um meio de se safar melhor possível de uma situação incômoda, seja pela recusa pura e simples de responder, seja pelo exagero; em situação de inferioridade, é necessário que consiga ultrapassar o constrangimento, que adquira confiança para, então, chegar a uma narração espontânea. Por isso o conhecimento prévio entre ambos e a simpatia se tornam importantes (QUEIROZ, 1991, p. 89).

Não temos como medir as diferenças, e nem mesmo saber como seria caso essas pessoas tivessem mais tempo de convívio, mas mesmo assim, faz-se necessário reconhecer que essas diferenças existem e foram observadas, afinal, temos a perspectiva de que os entrevistados também assumem o papel de investigadores sobre o pesquisador (SATO; SOUZA, 2007). Quando o trabalhador conhece e confia em seu entrevistador, responde-lhe com tranquilidade do que será feito com tal informação, mas mesmo assim ainda lhe faz perguntas e o investiga sobre a pesquisa. Mas, para o cooperado que não conhece nem a pesquisa e nem o pesquisador, as dúvidas aumentam, e também a insegurança sobre tal entrevista, fazendo com que sua postura de investigação seja mais intensa.

Para as pessoas do local interessa saber quem somos, por que nos interessamos por conhecê-las, por conhecer seu dia a dia, os jeitos de se comportar e se relacionar; interessa também saber qual a utilidade – benéfica ou maléfica – que nossa pesquisa terá; qual a nossa real intenção, não expressa; como pesquisamos: com questionários, com perguntas; também se mostram curiosos para saber se escreveremos um livro [...] e, sobretudo, interessa também saber quem somos, o que fazemos, como vivemos. Assim, o fornecimento e o ocultamento de informações ao pesquisador serão controlados pelas representações que essas pessoas criam sobre “quem é o pesquisador”. (SATO; SOUZA, 2007, p. 45).

Além disso, essa investigação não acontece só na entrevista, mas também no convívio, entendendo que a coleta não é somente com a conversa de gravador ligado, mas também na descrição no diário de campo dos espaços de relações “informais”, e dos vários diálogos que acontecem durante as visitas e andanças pela Coocassis. No convívio captam-se as relações, os parentescos, as posturas, formas de estar no cotidiano, rituais, formando-se assim a descrição densa (GEERTZ, 2008) desse cotidiano. Em um convívio como esse também se fortalece a investigação por parte dos cooperados, principalmente dos novos.

6.2 Andanças, encontros, conversas, apresentações e entrevistas

Um dia, quando eu andava pela Cooperativa, uma trabalhadora quis mostrar um parente que ela mesma havia indicado e estava gostando do novo trabalho. Ao subir no local da esteira para fazer as apresentações, outra trabalhadora nova perguntou para a colega ao lado quem eu era. Ouvi a resposta, tanto porque estava perto, quanto porque a cooperada⁴³ respondeu em um tom mais alto com certo orgulho de conhecer e saber responder: “Ah, é a Ana, ela fazia roda de conversa⁴⁴ com a gente” (Diário de campo – 28/04/2015). Com essa resposta que, pelo tom, demonstrava que era alguém de confiança, algumas mulheres novas naquele trabalho se aproximaram para fazer novas perguntas, o que possibilitou mais diálogo com elas, afinal, uma trabalhadora como elas estava “autorizando” essa investigação e dizendo que era uma pessoa conhecida (DAMATA, 2000).

Outra trabalhadora perguntou o que era roda de conversa, uma pergunta que faríamos aos novos trabalhadores nas entrevistas para saber se eles sabiam o que é ou se já tinham participado de alguma. Esperamos que alguém respondesse para a colega, mas outra trabalhadora questionou com indignação o fato de uma cooperada não saber o que era isso, sendo que estava ali há um ano. Ela disse: “Tá vendo, Ana, ela não sabe o que é roda de conversa. Você viu, ninguém faz mais nada aqui” (Diário de campo – 28/04/2015). Essa fala expressa alguns impactos importantes a serem analisados, o primeiro é que essa cooperada atribui um significado para roda de conversa, e, mais do que isso, atribui um significado ao fato de a outra cooperada não conhecer o que é, e para ela isso é um problema, mostrando a importância desse espaço para essa trabalhadora.

⁴³ O trabalho de triagem na esteira é executado praticamente só por mulheres. Os homens muitas vezes estão em locais como caminhão, transporte de bags, prensagem, e também no trabalho de facilitar a descida do material na esteira. Essa divisão sexual do trabalho acontece na Coocassis que, pela grande quantidade de pessoas, tem participação masculina, apesar do grande contingente feminino, no entanto, é importante ressaltar novamente que não só nessa cooperativa a predominância é de mulheres, e além disso, ainda temos empreendimentos onde existem só mulheres, e que fazem todo esse processo feito por homens na Coocassis, carregando bags, prensando e empilhando.

⁴⁴ Quando voltamos a fazer o Círculo de Cultura na Coocassis, em 2010 e 2011, alguns trabalhadores apelidaram o espaço como roda de conversa, e outros chamavam de Círculo de Cultura mesmo. Antes desse retorno, fazíamos algumas rodas com os trabalhadores, e isso sempre aconteceu, até antes de eles serem cooperativa, afinal, foi em rodas de conversa com os trabalhadores desempregados que nasceu a Coocassis, e por isso, talvez, eles tenham um carinho especial por esse termo. A roda de conversa também é uma metodologia usada pela Educação Popular para colocar as pessoas em círculos, onde possam expor suas ideias e conversar de forma horizontal. É usada no trabalho, na educação, na saúde, e em vários espaços que querem promover o diálogo. Optamos por fazer o Círculo de Cultura por acreditar que ele também é uma roda de conversa, mas busca, com ferramentas próprias, mediar o diálogo com homens do povo alcançando novos sentidos e um aprendizado emancipatório, que se estabelece numa práxis (FREIRE, 1989).

Quando as cooperadas estavam conversando sobre isso na esteira, perguntamos para aquelas pessoas que estavam ali: “Mas o que é a roda de conversa, meninas?”. Duas responderam que era quando a gente sentava em baixo do pé de manga e conversava sobre a Cooperativa, e até sobre relacionamento. E ainda lembraram: “Ah, a gente ria, conversava e fazia até dinâmica” (Diário de campo – 28/04/2015). Logo uma nova trabalhadora disse que queria fazer “isso” também.

Em todas as entrevistas com os cooperados mais antigos, apareceu a concepção de que, para a gestão democrática acontecer, é preciso espaços de capacitação e rodas de conversa. Mais à frente iremos trabalhar com esses pontos, mas, em consonância com o trecho trazido acima, outra trabalhadora também destacou a importância do espaço⁴⁵: “Olha, Ana, tem que voltar a fazer Círculo de Cultura viu, principalmente com os novos, eles não sabem de nada” (Diário de campo – 28/04/2015). Para esses cooperados, a autogestão é construída com sujeitos que sabem do que estão participando e com isso trabalharão melhor. Em várias entrevistas, observamos que os cooperados antigos apontam a necessidade de capacitação e espaços de diálogo para os novos, como se o acúmulo de experiências tanto na Cooocassis, quanto de capacitação dos antigos, os fizessem mais críticos e mais aptos ao trabalho na Cooperativa. Notei, sim, a diferença entre os trabalhadores antigos, que já participaram de mais espaços, e os novos, que não participaram, mas é preciso ter em vista que a ausência desses espaços de diálogo no cotidiano afeta não só os recém-chegados ao trabalho na Cooperativa como a todos os cooperados.

Embora alguns cooperados destaquem a importância do Círculo de Cultura para os mais novos, outros reconhecem sua relevância a todo o grupo. Conversando com a cooperada Zefa, dias antes de sua entrevista, ela disse que faziam muita falta os espaços iguais ao Círculo de Cultura, e lembrou que gostava também do teatro. Completou dizendo que “nunca mais teve nada aqui, e faz falta, né, é ruim isso pra Cooperativa” (Diário de campo – 05/05/2015). Prosseguindo na conversa, perguntei o porquê ela achava que fazia falta, e ela respondeu: “Nesses espaços, em geral, né, a gente podia conversar, discutir os problemas, tirar dúvidas, aprender, rir um pouco também, né. Quem que não trabalha melhor com isso, né?” (Diário de campo – 05/05/2015).

⁴⁵ Muitas vezes falamos de antigos e novos cooperados, usando uma expressão utilizada pelos próprios trabalhadores. É importante que se diga que entendemos como novos os trabalhadores que estão há menos de três anos, e como antigos os que estão há mais de três anos, e que, nesse caso, estavam quando fazíamos o Círculo de Cultura em 2010 e 2011. A maior parte das entrevistas foram com os antigos, mas também fizemos algumas com os novos, e estivemos no convívio com ambos durante as visitas. Muitos dos cooperados com que tivemos contato antes não estão mais na Cooperativa, e existe um grande contingente de trabalhadores que ao longo da pesquisa entraram e saíram da Cooocassis.

Outro ponto de análise da situação anterior é como, na maioria das vezes, os trabalhadores, reproduzindo uma lógica própria do capitalismo, pela qual alguns pensam e outros executam, esperam que os outros fundem o Círculo de Cultura para eles, como se dependesse de alguém de fora, nesse caso, da Incubadora, que viesse e instituisse um espaço, que, no entanto, poderia ser conquistado pelos próprios cooperados. Na entrevista de Palmira, ela também deixa isso claro, quando, falando da importância de retomar o Círculo de Cultura, diz:

Mas assim, a cada 15 dias... Por exemplo, hoje você vem, a Unesp vem, fica com nós, daí um mês, um mês e pouquinho: “Oh, vamos lá na Cooperativa, vamos ver o que a gente pode tá lembrando eles de novo”. Isso aí seria muito bom, muito bom se isso aí acontecesse de novo.

Os trabalhadores apontam no sentido da relevância da participação contínua da Incubadora em suas atividades, remetendo a uma característica de assessoria que pode potencializar o trabalho. Para Gaiger (2007), os apoios externos voltados a um objetivo momentâneo não surtem maiores efeitos, mas ações continuadas e assessorias permanentes produzem bons resultados, e ele ainda acrescenta que é “pertinente dimensionar o impacto das ações externas de apoio aos empreendimentos, por ser essa uma característica marcante da economia solidária” (GAIGER, 2007, p. 74).

Reconhecendo o papel fundamental do debatedor, que, no caso, seria alguém de fora, entendemos a relevância da participação da Incubadora, no entanto, esse espaço poderia ser construído pela Incubadora com o grupo, mas instituído, ou buscado pela própria Cooperativa, a demanda partindo justamente dos trabalhadores. Contudo, imersos na lógica produtivista que muitas vezes o cotidiano impõe, a Cooperativa se absorve com questões do trabalho produtivo e das demandas de coletar, triar, pensar e vender e não consegue atender às outras demandas próprias de uma gestão democrática e solidária, como os espaços de capacitação. No entanto, se até “mesmo na rotina alienadora da fábrica e da produção há momentos de iluminação e criação, de invasão do cotidiano e do senso comum pela realidade e pelo conhecimento que revolucionam o cotidiano” (MARTINS, 2010, p. 56), como seria potente em uma cooperativa! E é nesses momentos em que as contradições emergem e se transformam em potência de mudança que o Círculo de Cultura acontece.

Enquanto o grupo reconhece a importância do Círculo de Cultura, também atribui a responsabilidade dele a outros, nesse caso, à diretoria e à Incubadora; enquanto a diretoria reclama dos cooperados sobre a não corresponsabilização pelo trabalho, também controla alguns espaços de potências criativas; e isso acontece porque o cotidiano traz criação e

reprodução, continuidade e descontinuidade, repetição e construção (MARTINS, 2010), porque cabe na vida cotidiana o processo e esse constante ir e vir, próprio da construção de algo novo, nesse caso, da Economia Solidária.

Em vários momentos, tanto no convívio anterior com a Cooperativa, em 2010 e 2011, quanto no novo convívio, em 2014 e 2015, foi possível observar que a gestão assumida pela diretoria às vezes toma decisões e assume posturas não tão democráticas quanto deveriam, e muito disso porque estão absorvidos por demandas econômicas; afinal é um processo de trabalho e comercialização feitos ainda no modo de produção capitalista.

Quando fazíamos o Círculo de Cultura naquela época, apareciam várias dúvidas em relação às decisões da diretoria, e eles muitas vezes estavam lá para discutir e proporcionavam que isso fosse debatido e revisto. Entendemos que isso aproximava o grupo, porque os trabalhadores que são parte da diretoria também são cooperados, e não podem estar distantes disso, nem acima e nem abaixo, estão juntos, são trabalhadores. Exemplificando, eis a fala do atual presidente da Cooperativa: “Eu não sou nem mais e nem menos do que catador, e tenho orgulho disso, bato no peito pra dizer, eu sou catador”⁴⁶ (Diário de campo – 14/10/2015).

A função do debatedor, que está fora do processo de trabalho, também é conseguir visualizar questões que, imersos no cotidiano, os catadores não puderam ver, e trazer para o grupo essas questões amparadas em uma discussão que desvele contradições e fortaleça os princípios solidários. Se o debatedor consegue se posicionar dessa forma, auxiliado por esses princípios solidários e ao lado do grupo, e a diretoria se abre para o debate, o espaço tende a se tornar mais potente e propicia o diálogo (FREIRE, 1989).

Ainda nessa perspectiva, se o debatedor se coloca de forma enfrentativa, ou se a diretoria tem uma gestão mais fechada, o espaço não vai acontecer, porque se torna um risco para todos ali. Não se trata de alguém estar errado e o outro certo, mas é um cenário que possivelmente o debatedor não suporte, e a diretoria não permita, porque gera muitos problemas que não são de simples resolutividade depois. Não podemos esquecer que o debatedor sempre vai embora ao final da atividade e não depende daquele trabalho; o que, entretanto, não diminui o valor de seu empenho com o grupo.

Em uma conversa com uma catadora, em uma visita à Coocassis, ela relatou que, depois do meu afastamento, não houve mais Círculo de Cultura, e que nenhum aluno

⁴⁶ Entendemos o valor e a força dessa fala do presidente, mas devemos ponderar que nem sempre a prática é tão próxima do que dizemos e acreditamos ser o “certo”. Trabalhamos melhor isso nas entrevistas, mas ressaltamos aqui que, nesse momento, diante de alguém que estava fazendo uma pesquisa em Economia Solidária, ele estava marcando seu compromisso com a autogestão.

“aguentava a bucha” (Diário de campo – 28/04/2015) de estar com esse grupo, que, na visão dela, era o mais difícil de trabalhar. Outra cooperada, membro da diretoria que estava ali conosco, completou que teve uma iniciativa da incubadora de voltar a ter o espaço, mas que eles, da diretoria, não permitiram que acontecesse. Ela relatou: “Eles não deixaram a diretoria participar e incendiaram o grupo contra nós. Aí tivemos que suspender, né” (Diário de campo – 28/04/2015).

Nesse contexto, os alunos da Unesp, na figura da Incubadora, podem ter assumido o papel de pensar pelo grupo, e de construir críticas para ele, num ensejo de produzir uma gestão mais democrática, e de mostrar ao grupo o que eles podem fazer para não aceitarem atitudes “autoritárias” da diretoria. É uma postura comum entre nós, quando adentramos ao universo da autogestão e acreditamos numa construção coletiva e numa possibilidade de transformação da realidade dos trabalhadores; tentando fortalecer relações mais horizontais dentro do empreendimento; mas acabamos por levar para eles mais um modelo teórico e acabado, sem contradições, ainda que reconheçamos a processualidade, do que a própria construção cotidiana permite.

Em outro momento, numa nova conversa, a cooperada retoma essa questão de uma forma mais aberta, contando o que realmente sentiu nessa experiência. Ela nos diz: “Vocês falam tanto do mundo do trabalho, né, de ser um mundo opressor. Mas não vê quando faz isso com a gente. Eu me senti oprimida naquele dia. Fiquei brava na hora, mas depois chorei muito. Vocês não podem fazer opressão com a gente” (Diário de campo – 14/10/2015).

Embora no momento, enquanto presidente da Cooperativa, a cooperada tenha assumido uma atitude de força e poder, como ela mesma diz, se sentiu oprimida e deslegitimada, afirmando que até hoje traz angústias em relação a esse dia. Por outro lado, observamos na convivência e na conversa com os trabalhadores que, depois dessa situação, os alunos e técnicos da Incubadora criaram uma resistência em relação à Coocassis e passaram a evitar o trabalho de assessoria lá⁴⁷. Portanto foi um desgaste para ambos os lados e com consequências prolongadas até hoje, quando não vemos mais alunos atuando diretamente com o grupo. O receio de trabalhar junto (Incubadora e Coocassis) e se machucar ficou como uma marca para alguns, como diz Gladys: “Quando vejo algum aluno vindo pra cá, já penso: ‘Ai, o que será que eles vão fazer?’; mas também percebi que muitos alunos não querem mais vir aqui” (Diário de campo – 28/10/2015).

⁴⁷ Existem muitos outros fatores que envolvem a relação de assessoria com a Coocassis, no entanto, não teremos como analisar aqui essa íntima e complexa relação.

Temos aí uma marca da relação de incubação e empreendimento que nos mostra que o trabalho é um processo de conquistas e perdas, de certezas e dúvidas e de encontros e angústias, porque não temos a receita e a apropriação de como se dá a assessoria. É só na vivência que vamos construir o que é possível e o que não é. Afinal, é na prática, no cotidiano que aparecem as contradições e é somente nele que podemos superá-la (MARTINS, 2010). Importante ressaltar que essa marca não diz respeito a um acontecimento específico, mas sim a uma somatória de acontecimentos que trazem uma atuação nossa enquanto debatedores de forma enfrentativa, e de uma diretoria rígida sem disposição ao debate.

Ainda nesse cenário, a diretoria assume um poder que talvez não seja o seu, o de permitir ou não aquele espaço dentro da Cooperativa, e com isso distancia-se dos princípios da Economia Solidária, se aproximando de um empreendimento que evita a crítica e a discussão de suas características e valores. No entanto, ainda está distante dos moldes capitalistas porque, mesmo sendo uma gestão mais fechada, é uma diretoria formada por catadores, que foram eleitos, recebem a mesma renda, e que estão em busca de melhorar a vida daqueles com quem trabalham.

É uma contradição não permitir o espaço que gere a crítica, mas, como a catadora mesmo relatou: “Como a gente dá conta desse incêndio no grupo? Pra quê serve deixar o pessoal assim contra nós?” (Diário de campo – 28/04/2015). Para ela, é importante o debate, e construir algumas críticas, mas não muitas, porque isso pode desgastar tanto que inviabilize o trabalho. A diretoria então assume uma postura “autoritária”, mas preserva a ideia de que deve, sim, existir um espaço que faça emergir lideranças, e que possa permitir que o grupo pense mais sobre aquele local de trabalho, mas, para essa catadora, isso deve ser para melhorar a Cooperativa e unir mais o grupo, e não para criar “incêndios” (Diário de campo – 28/04/2015).

Nessa conversa aparecem dois pontos importantes a serem analisados, para os quais aplicaremos a metáfora do incêndio usada pela cooperada.

O primeiro é que, se existe possibilidade de incêndio, é porque havia produtos que fizessem combustão; talvez o debatedor tenha trazido o fogo, mas o material já estava com os cooperados. Esse material são as contradições do cotidiano presentes na Cooperativa, revelando que, mesmo que a diretoria seja de catadores eleitos, ela está em uma posição diferente, o que aparece no discurso de que os cooperados ficariam contra a diretoria, trazendo à tona a diferença.

O segundo ponto é que a diretoria, mesmo se colocando diferente do grupo, quer a união do mesmo, entendendo que isso fortalece o trabalho e a própria Cooperativa, ou seja, cooperar e ser solidário, para ela, é algo muito importante para a Coocassis, sendo que o espaço do Círculo de Cultura deve agenciar a crítica, mas buscar a cooperação e a solidariedade no trabalho. Isso fica mais claro em outros dois momentos com a cooperada, em outra conversa na Cooperativa, e também na entrevista com ela. Na conversa anotada no Diário de campo (14/10/2015), ela fala que tem orgulho de dizer que é catadora e que aprendeu muito na Cooperativa, e que ela “deve grande parte disso ao Círculo de Cultura, que fez surgir lideranças e fez ela aprender a ser o que ela é hoje” (Diário de campo – 14/10/2015). Na entrevista, Gladys diz:

Pensando assim, a cooperativa hoje cresceu bastante, ela cresceu bastante, então tempo pra reuniões, tempo pra capacitações, a gente tem que tirar sim, tem que tirar, porque a pessoa tem que tirar da cabeça essa história de empresa e cooperativa, né. Igual eu no início, eu tinha o pensamento completamente diferente, hoje meu pensamento é outro, é outro.

Os espaços como o Círculo de Cultura constroem potências e desafios para os catadores, colocando-os em perspectiva de melhora, mas também em choques com suas próprias realidades vividas até ali, o que se torna um complexo movimento de ir e vir, de angústias e alegrias, em que se misturam os sentimentos de medo do que pode acontecer e a vontade de que a mudança aconteça. É a vontade de tornar o sonho realidade, mas o medo de que essa mudança seja difícil no cotidiano; mas é justamente quando se permite o exercício que efetivamos as mudanças. “Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível” (MARTINS, 2010, p. 57).

Essas práticas têm um tempo para acontecer, porque o grupo cria um sentido para o espaço de Educação Popular, e coloca nele suas expectativas de mudanças, no entanto isso não acontece no momento exato que se propõe o Círculo de Cultura, e podemos ver isso na diferença de importância que novos e antigos cooperados dão aos momentos de rodas e práticas coletivas.

Quando entrevistei uma cooperada que está há mais de um ano, e perguntei se ela achava importante ter espaços como esses da Roda na Cooperativa, ela parou, respirou, pensou, deu uma grande pausa e respondeu: “Ah, não sei, se não atrapalhar o trabalho, né”. Enquanto que na mesma pergunta para os trabalhadores antigos, as repostas são sempre positivas e indicativas de que é um espaço muito importante e necessário para o trabalho,

como na fala da Palmira: “Eu achava muito importante pra nós tá da forma como nós tá hoje” e “Nós trabalhava, mas sabia que tinha aquele espaço pra nós se expressar, pra nós poder vê de que forma que o outro dia nós ia estar trabalhando”. A diferença entre as duas visões indica um possível impacto do Círculo de Cultura, uma vez que fez muito sentido para os trabalhadores que participaram, mas isso não foi passado aos novos, que não tiveram acesso, revelando que os espaços de Educação Popular não são emancipatórios por si só, e não produzem efeitos prolongados se não forem caminhos percorridos constantemente, ou seja, a educação tem seu potencial de construir transformações, e faz sentido para os trabalhadores, mas deve ser sempre questionadora e produzir espaços permanentes (MÉSZÁROS, 2008), se efetivando assim como ferramenta que acontece de forma contínua para afirmar os princípios solidários.

Para aprofundar essa questão, trago uma parte da entrevista feita com três cooperadas ao mesmo tempo numa conversa gostosa e bastante interativa.

Eu: Vocês lembram do Círculo de Cultura?

Simone: Eu não lembro, não. Eu lembro que eu gostava, mas não lembro como era direitinho.

Zefa: Você lembra, sim. Você gostava. E eu também gostava. Eu gosto dessas coisas. Você tinha alguma coisa que estava te prejudicando, podia conversar né. Eu achava bom.

Cora: Oh, eu gosto assim, muito da roda de conversa, mas pra conversar assim, igual a gente tá conversando aqui, sabe, sem criticar um, sem criticar o outro, entendeu? E outra, uma roda de conversa, eu acho bom assim, para as pessoas podê, tipo assim, que as pessoas aprendam a conversar melhor uma com as outras. Eu mesma, a Zefa eu não sei, mas eu mesma, eu aprendi bastante coisa também, a ter mais tolerância, mais paciência, porque às vezes é muito difícil. Porque você vai falar de um material pra um companheiro, ele te maltrata e você revida, aí vira aquele rolo, acontece muito isso aqui, e a gente, assim, como coordenador, que queira ajudar, que o serviço saia bem, a gente precisa do respaldo da diretoria, mas com a roda de conversa, com uma roda sadia, gostoso de conversar é bom, porque às vezes a pessoa tá muito sufocada, ela quer desabafar

Zefa: É o que eu acabei de falar, não foi?

Cora: Ela quer soltar tudo aquilo que tá dentro dela. Eu já me senti assim. Sabe, aquele aperto por dentro. Qualquer conversinha que tinha você já... explodia. Aí precisava, sim, de uma capacitação boa, nos termos de convivência, de companheirismo. Sem muito falar, assim. Porque, se você tiver um bom companheirismo e entender bem o que é uma cooperativa, uma situação boa, aí a pessoa cai mais em si, e ver o que ela tá fazendo aqui e como ela deve agir mais no dia a dia do trabalho.

Eu: Companheirismo é importante em uma cooperativa?

Cora: Muito, muito importante. Muito, muito. Porque a gente passa a maior parte do tempo aqui, mais que em casa. Então, companheirismo, tolerância, paciência, uns pelos outros, na hora de conversar, de pedir, de atender, importa muito numa cooperativa. Pra poder o andamento do trabalho sair

bem para todos. Companheirismo, amizade, entre todos. Eu vejo assim, a Cooperativa assim, sabe?

Zefa: Você sabe o que acontece, Cora? Antes, sempre a gente comenta isso, que a gente já foi muito feliz nesse lugar, já. Sabe, mas não é. Entra pessoas novas, que não sabe isso, aquilo. Cada um tem um jeito de ser, né? Por exemplo, assim, tem alguns que já entra rebelde. A gente era tudo assim mais unido. Você entendeu qual que é? A gente era unido. A gente ia trabalhar, era todo mundo igual e junto. Sempre era assim, um ajudava o outro.

Essa parte da entrevista nos indica como o espaço formal de conversa, aqui representado pelo Círculo de Cultura, é considerado por eles um espaço que influi na convivência entre os cooperados e que por isso é importante. Que o cooperativismo se faz por um convívio “harmonioso”⁴⁸ e por relações mais próximas e companheiras, princípios da Economia Solidária. Mesmo observando que já não é mais assim, que a Cooperativa passou por mudanças, elas dizem da importância disso para o trabalho, ou seja, “é importante, não estamos conseguindo tanto, mas continuamos tentando”. Portanto, Economia Solidária, na realidade, não se dá com todos unidos o tempo todo, embora reconheçamos o valor da união, observamos que o cotidiano permite mais do que isso, porque a vida não é estática. Efetivar a Economia Solidária é ter momentos de mais união e momentos de menos, e por isso a relevância do espaço de conversa em que essas situações de união ou desunião podem ser explicitadas e cuidadas.

A conversa/entrevista também indica que essas pessoas valorizam positivamente um espaço de construção de conhecimento e partilha de informação que se estabelece dentro do cotidiano de trabalho, entendendo que isso melhora as relações e gera reflexões que possam se efetivar em ações no dia a dia.

6.3 Economia Solidária é ser solidário com alguém que precisa

Os princípios da Economia Solidária aparecem nas falas dos catadores, mesmo para aqueles que são novos e respondem não saber o que significa esse conceito. De acordo com os cooperados mais antigos, a Economia Solidária está ligada a relações de união e companheirismo. E isso foi considerado pela cooperada que não participou do Círculo de Cultura, mas que sente que o espaço da Cooperativa é um lugar gostoso de trabalhar porque estabelece relações de amizade. Segundo Francisca, que está há um ano na Cooperativa,

⁴⁸ Ainda que a realidade cotidiana não seja totalmente harmoniosa, a busca por relações mais solidárias está presente no trabalho.

trabalhar em um lugar onde as pessoas são companheiras é muito importante, e essa é a grande diferença da Coocassis:

Eu: Trabalhar aqui é diferente?

Francisca: É diferente. É bastante diferente. Pra falar a verdade, quando entrei aqui, acho que por ser muita gente, qualquer coisa que falava comigo eu sentava e ia chorar. Abria a boca a chorar. Aí vinha outro e me agradava. Perguntava o que estava acontecendo. E vamos, vamos fazer assim desse jeito pra melhorar. Tinha coisa que eu não aceitava, que me chamava a atenção, aí foi passando; e esses dias ainda falei, nossa... eu não choro mais né. (*Risadas*). Que legal, eu não choro mais. Eu vivia chorando, às vezes escutava um fazendo uma piadinha ali, e outro aqui, agora se eu escuto uma piadinha eu já vou com uma piadona.

Eu: Então você gostou de trabalhar aqui?

Francisca: Eu gostei, viu. Agora tenho muitos amigos, tem pessoas que defendem a gente, que a gente sente que gosta da gente de verdade. É companheirismo. Companheirismo é tudo.

Eu: Aqui foi o lugar onde você ficou mais tempo?

Francisca: Bem mais tempo do que eu ficava nos outros lugares.

Eu: Por que será?

Francisca: Olha, a gente chega de manhã e toma café com os amigos da gente. Na cozinha ali junto. Depois a gente vai pra coleta todo mundo junto. Chega no setor todas as amigas e cada um vai pro seu setor. É um pessoal muito bom nas casas também. Atende a gente com educação e trata a gente bem demais. É “bom dia, minha querida”, “bom dia, meu amor”, aquela coisa amorosa. Aquilo faz a gente se apegar com eles igual nunca. E depois volta pra cá de novo e almoça, senta pra conversar com as amigas, depois vai trabalhar, sempre tá uma parceira do lado trabalhando junto, a gente dividindo aquele espaço ali, procurando fazer as coisas certas. É uma coisa muito dividida e eu gosto disso.

Eu: A união do grupo é importante?

Francisca: É muito. Muito. Aqui eu fui acolhida. Quando tinha um problema, alguém vinha conversar. Sempre tinha um que vinha, explicava, conversava. Tentava resolver meu problema. Então eu me senti acolhida e fiquei. Fiquei ficando e não tenho nem intenção de sair.

Francisca aponta para dois fatores importantes que a fizeram ficar no trabalho: companheirismo e acolhimento. A cooperativa é uma alternativa de renda em um primeiro momento, mas se torna mais que isso à medida que o cooperado vai conhecendo a forma de trabalhar e as diferenças que aquele lugar comporta. Ao longo da entrevista, Francisca retoma três vezes que a Cooperativa foi o lugar onde ela trabalhou durante mais tempo, uma vez que não conseguia ficar muito em outros lugares. Mostra que a forma como as pessoas a acolheram e que se importaram com ela fez a diferença: “Aí vinha outro e me agradava. Perguntava o que estava acontecendo”. Escutar o choro e perguntar o motivo, perceber que ela não estava bem, conversar, “gostar dela de verdade”, são pontos que fizeram com que esse trabalho fosse o lugar onde ela quisesse continuar.

Não se pode negar que exista uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, no que se refere à sua relação com o trabalho, ao sentido desta experiência coletiva para as pessoas envolvidas no projeto autogestionário e, principalmente, ao sentido de estar reproduzindo sua vida a partir do trabalho coletivo, ao invés da condição degradante de impossibilidade de reprodução da vida por que passam os desempregados (KOROSUE; GUIMARÃES, 2012, p. 26).

Para algumas pessoas, a oportunidade de receber uma renda maior ou ter registro em carteira favorece a saída, mas, para algumas, a estabilidade que a cooperativa proporciona são mais importantes, como expresso na fala de Palmira sobre o mundo do trabalho: “Você tá registrada, no mesmo instante você pode estar desempregada”. No entanto, o que Francisca nos traz é que nos outros empregos ela não conseguia ficar porque não se sentia bem, e acabava saindo por opção, mas que o trabalho na Cooperativa trouxe mais do que estabilidade e renda, ou seja, para algumas pessoas a cooperativa é uma opção de trabalho que implica acolhimento, companheirismo e amizade. Embora isso não indique perfeição ou uma situação só de alegrias, proporciona algumas diferenças que os trabalhadores consideram importantes, como se sentir bem no local de trabalho.

Essas iniciativas parecem ser transformadoras de mentalidades. Os relatos indicam que nos empreendimentos solidários vêm ocorrendo outros ganhos, diferentes do econômico em si, tais como auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos (SOUZA, 2003, p. 10).

A cooperativa proporciona, sim, trabalho e a estabilidade, mas também a possibilidade de se relacionar de outra forma com os colegas, afinal não estão disputando algum cargo, ou a própria ocupação no emprego, mas estão trabalhando conjuntamente pelo coletivo como um todo. Fica nítido que existe uma diferença na forma de se relacionar e que essa outra forma é típica da Economia Solidária, que, no entanto, é um conceito distante para alguns cooperados hoje. Quando perguntado o que era isso, os novos disseram que nunca ouviram falar e alguns antigos tiveram a seguinte resposta:

Cora: Será que a gente lembra alguma coisa Zefa? Acho que nossa memória tá fraca.

Zefa: Mas não, ó, é que faz muito tempo que a gente não ouve, e não fala mais de Economia Solidaria aqui.

Cora: Por isso que é bom sempre tá revivendo a situação. Sempre tá falando de Economia Solidária e dessas coisas. Sempre. Pra sempre tá revivendo e os cooperados não tá deixando e relaxando.

Mais uma vez os cooperados retomam a questão da capacitação, e mais do que isso, da importância de os espaços de Educação Popular serem permanentes para que o sentido da

Economia Solidária não seja esquecido. No entanto, indagando Wilson sobre esse assunto, trabalhador que foi presidente da Coocassis e é hoje uma liderança tanto na região de Assis quanto no MNCR, ele explicou que o conceito é algo trazido pela universidade, e não é a realidade dos catadores, mas que o cotidiano desses trabalhadores e suas formas de se relacionarem estão totalmente ligados aos valores da Economia Solidária (Diário de campo – 09/06/2015). Portanto, para ele, os catadores não são atores do movimento de Economia Solidária, mas a vivem porque partilham de seus princípios.

A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominados “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperados (SINGER, 2003, p. 13).

A fala de Wilson traz a contradição de acreditar que os catadores não estão ligados à Economia Solidária, mas a praticarem, por serem uma cooperativa autogestionária e por terem seus valores aplicados ao trabalho. Contudo, para Gladys, que também foi presidente da Cooperativa, a Economia Solidária está diretamente ligada aos catadores e, segundo ela, “se não fosse a Economia Solidária nós nem estava de pé”, lembrando tanto os financiamentos feitos a partir de tal política, quanto a própria forma de funcionar da Coocassis.

Quando se fala dessas questões com os cooperados, e principalmente da posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam, os cooperados novos não se arriscam, apenas dizem que se vota em assembleia e que se tem reunião para decidir algumas coisas; já os mais velhos dizem algo importante, mostrando a diferença entre essa forma de gestão e a existente nas empresas:

Palmira: Eles falam que nós não tem patrão... patrão a gente não tem, mas tem um grupo que comanda o serviço, porque se também não tiver esse grupo como que vai ficar? Vai virar a casa da mãe Joana? Todo mundo vai chegar e fazer o que quer? Mas é muito gostoso, sim, porque, querendo ou não, quem comanda o serviço é nós mesmos, se nós achar que vai terminar e vai dar conta da coleta do dia, se a gente vestir a camisa e realmente chegar, usar o palavriado, chegar o pau, a gente vai terminar. Então o bom, o bom de não ser uma empresa é isso; mas ainda tem que dar mais uns aperto pra ficar melhor ainda.

Cora: Muitas vezes eu acho errado falar que você é o dono. Só que você é o dono, mas se você não trabalhar, como que você vai ganhar se você é o dono... O dono é o que mais trabalha aqui.

Zefa: Aqui quem mais tem que trabalhar é o dono. Numa empresa, o dono manda: “Vai ali faz faxina ali, ó”. Se nós deixar de trabalhar, o que vai acontecer?

Cora: Eu acho que a capacitação tem que ser uma coisa de prioridade aqui. Principalmente na explicação de como é a cooperativa e como funciona. Se separar o material e pegar certinho pra vender, o dinheiro vem, se não trabalhar, se não triar, o dinheiro não vem. Porque a coleta tá fraca. Você sabe disso, né, Ana. Antigamente era fraco assim Zefa? E era pra tá mais forte.

Essas falas mostram que, primeiro, ser dono, nesse caso, é trabalhar, e que, segundo, se as pessoas não vêm sentido nisso, com capacitações e momentos assim, não saberão trabalhar bem, afinal, estão muitas vezes em outros espaços em que só obedecem, e não sabem lidar com um trabalho em que também podem participar das decisões. O que os trabalhadores estão dizendo é que esses associados agora não vendem mais individualmente “sua força de trabalho, no entanto, na medida em que participaram e foram moldados pelo mercado de trabalho, conservam, em parte, as características culturais, ideológicas, psicológicas inerentes àquela situação” (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 102). Por isso, entendemos que, para decidir coletivamente, faz-se necessário que as pessoas entendam tanto o motivo de estarem decidindo quanto a importância disso.

Autogestão para esses trabalhadores é a ausência do patrão, mas para que isso funcione as pessoas teriam que estar cientes do melhor para o grupo, e não para si próprias. Observamos que isso é um conhecimento próprio de um grupo que já passou por diversas situações coletivas e se apropriou de um saber complexo sobre autogestão e Economia Solidária; é um saber vivenciado, e não algo teórico ou ideal, como é, por exemplo, a nossa interpretação de autogestão enquanto pesquisador antes da imersão no trabalho de campo e no cotidiano de uma cooperativa. Eles não estão dizendo de uma utopia ou de uma opção ideológica, estão falando de coisas reais, práticas e de suas vivências no cotidiano, de votar, de entender o porquê está votando, de trabalhar mais, de coletar e triar melhor.

Esse ponto também retoma o que já foi relatado aqui sobre os trabalhadores que adentram esse lugar como opção e não estão inteirados dos valores que ali serão partilhados; eles construíram isso no cotidiano de trabalho e não chegam à Coocassis por serem solidários e buscarem um trabalho autogestionário.

Seria um erro supor que a economia solidária é a *única opção* de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas das classes trabalhadoras. Não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas *imanentemente* solidárias. O que se observa é que há muita solidariedade entre os mais pobres e que a ajuda mútua é essencial à sua sobrevivência. Mas esta solidariedade se limita aos mais próximos, com os quais a pessoa se identifica. A mesma pessoa que se mostra solidária com parentes e vizinhos disputa com unhas e dentes qualquer oportunidade de ganho contra outras, que lhe são “estranhas”. E muitos deles aceitam e internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo (SINGER, 2003, p. 15 – grifos do autor).

Enfrentar o individualismo presente em cada um é a forma de construir outra racionalidade possível na Economia Solidária, e fazer dela um projeto real que compõe com a vida e com o trabalho. É quando os trabalhadores percebem que são donos de seus trabalhos, mas que isso significa trabalhar junto pela cooperativa como um todo. “Ao darem-se as mãos, os trabalhadores fortalecem seu poder de ação e aumentam suas chances de resolverem problemas e realizarem projetos” (GAIGER, 2007, p. 62).

Dar as mãos é o que mais fez sentido para alguns trabalhadores quando falamos em Economia Solidária. E também o que faz a pesquisa fazer sentido, porque quando o trabalhador fala sobre o ato de se unir é difícil não se emocionar.

Houve uma entrevista em especial que balizou muito esta pesquisa, um silêncio de uma cooperada que foi muitas vezes ouvido e sentido como expressão de uma pesquisa que não se priva de afetar-se, e de viver as muitas forças que são possíveis em um encontro etnográfico. Quando perguntei a Joaquina o que é Economia Solidária, ela respondeu:

Igual antigamente. Antigamente era tão gostoso... Eu lembro que a gente tinha dois ou três casos, que [pausa]... A gente não fazia comida, trazia comida de casa. E muitas vinham com a comida que azedava, que tinha que jogar fora, aí reunia todo mundo e cada um dava um pouquinho. Cada um dava um pouquinho e fazia a marmita praquela pessoa. Hoje não. Hoje você vê a pessoa se alimentar. Comer outra coisa diferente e não reparte. Antigamente, era totalmente diferente.

Nesse momento a cooperada ficou em silêncio, com um choro que não ficou contido e se estendeu, silêncio e choro, por longos e emocionantes 42 segundos. Com a voz embargada e bastante dificuldade, ela diz: “União né”. E novamente o silêncio que em alguns segundos foi interrompido por uma nova pergunta.

Eu: Trabalhar com união faz diferença?

Joaquina: Faz bastante. É um entender né, o problema do outro. [pausa]. Economia Solidária é o que te falei da marmita. É você ser solidário com alguém que precisa não só na função que trabalha. Mas é aquele que chega com problema, aquele onde, ele foi preso ou assim, e você ter um minuto pra conversar, acho que Economia Solidária é isso.

É até difícil dizer algo depois de tão forte depoimento do significado da Economia Solidária para essa cooperada que está desde a fundação da Cooperativa. Um misto de alegria e orgulho dela sobre seu trabalho solidário, misturado com a tristeza de não sentir mais tal união no grupo, proporcionou uma emocionante entrevista. Quando pergunto sobre as mudanças, ela responde:

O avanço né. O avanço é isso. Porque antigamente... Eu estava até no encontro de mulheres que a gente foi em Ourinhos, eu até expressei dessa maneira aí. Antigamente a gente teve um caso que era Dona A., você lembra da Dona A. né? Ela foi logo no comecinho. Ela foi com nós na coleta seletiva, ela foi no Parque das Acácias. E ela era uma pessoa apta ao trabalho. Aí logo em seguida veio o câncer no seio dela, que judiou bastante dela, e eu me lembro que, sabe, ninguém ficava no pé dela, de falar Dona A., a senhora tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, não. A gente entendia que ela tinha uma limitação, que não dava pra você exigir mais do que ela podia, entendeu? [um longo choro e silêncio].

Muitas coisas mudaram na Coocassis, e lidar com as novas demandas e também com os valores que são transversais à cooperativa se torna um desafio para os cooperados, que são também desafios para a Economia Solidária. Sua diferença se dá na organização produtiva juntamente com a questão humana e solidária, tornando-se um sistema que difere do hegemônico. “Essa relação orgânica entre a dimensão solidária, de autogestão e de cooperação no trabalho, e a dimensão empreendedora, de organização e gestão dos fatores produtivos com vistas à realização das metas dos empreendimentos, é o que constitui a sua racionalidade específica” (GAIGER, 2007, p. 61).

Essa é uma questão bastante importante para esta pesquisa: como esses princípios solidários, como autogestão, cooperação e solidariedade se mantêm no cotidiano de um empreendimento, conjuntamente com os fatores financeiros e produtivos? Entendendo que tanto o solidarismo quanto o empreendedorismo fazem parte da Economia Solidária (GAIGER, 2007), esses fatores devem ser somados e manter-se ativos nos empreendimentos, e por isso – assim como vimos nas falas dos catadores, e em outras, durante o campo – também consideramos importantes os espaços de educação permanente nos EES. Olhando um pouco para esses fatores, analisamos trechos das entrevistas que nos trazem elucidacões sobre essa pergunta.

7 POSSIBILIDADES

Na perspectiva etnográfica com que estamos trabalhando, dispensamos muita atenção aos cenários em que estamos inseridos e a análise se torna constantes, não simplificando o que é habitual daqueles sujeitos e considerando que tanto o Diário de campo quanto a escrita do trabalho já são um recorte da realidade que estamos vivendo. Assim, minhas análises são uma aproximação da descrição densa (GEERTZ, 2008) que permite esse olhar atento e próximo do cotidiano desses trabalhadores.

7.1 Buscando respostas, encontrando perguntas

Faço o exercício de não reduzir minhas análises a respostas objetivas que possam simplificar questões complexas com as quais estou lidando. Não entendo que a pesquisa de campo deva provar algo, ou responder a uma teoria ou hipótese, ela pode mesmo contestá-la, porque não parto da “concepção de pesquisa que espera que a experiência investigativa confirme conhecimentos e hipóteses previamente arranjados e cortejados a determinado enquadre teórico” (ANDRADA, 2013, p. 69).

Essa, na verdade, é uma angústia e uma expectativa que talvez apareçam no início da pesquisa, mas a aproximação com o campo e a vivência do cotidiano na Cooperativa fazem com que as dúvidas aumentem, e as possibilidades de investigação também, me levando a não reduzir a pesquisa a respostas diretas e a comprovações de hipóteses, mas sim a experiência de investigar cenários complexos e analisar um campo que é processo. Isso também me levou a pensar que não responderia com sim ou não, é ou não é, revelando dualismo (MARTINS, 1982), afinal, em várias situações cabem as duas coisas ou mais.

Ao observar o panorama trazido pelas experiências do Círculo de Cultura em 2010 e 2011, é visível a forte presença de valores ligados à Economia Solidária. Com isso, o retorno à Coocassis foi marcado pela expectativa de encontrar lá tais fatores presentes nas leituras do Diário de campo produzido naquela época. Não só o Diário de campo, como também as memórias afetivas da convivência com o grupo, geraram uma ilusão de que a ida a campo seria apenas para comprovar a hipótese construída no projeto. No entanto, a ida a campo, o reencontro com o grupo e o novo convívio revelaram outro cenário na Cooperativa, e possibilitaram construir muito mais dúvidas e inquietações do que propriamente relembrar o panorama trazido pelas memórias e pelo Diário de campo antigo.

As expectativas viraram frustrações e alegrias, a alegria de ver trabalhadores potentes e críticos em comparação aos vistos pela vida ao longo de três anos fora da Incubadora, mas

também a frustração de não ver os trabalhadores tão empoderados quanto esperava no momento em que me preparava para realizar esta pesquisa, afinal, não chegamos a campo neutros e trazemos as construções teóricas e vivenciais (ROCKWELL, 1989).

Devemos considerar que, além de a Cooperativa ter mudado bastante, o relato sobre o Círculo de Cultura também representava apenas um recorte do cotidiano, já que estava em um espaço viabilizado para repensar a realidade do trabalho, e que, portanto, já era também apenas uma parte dele. Sendo assim, deparei-me com uma Coocassis diferente, com trabalhadores novos, novas demandas, propostas, novos desafios, mas também com antigos valores, antigas forças e dificuldades.

Analisamos os aspectos de cooperação, solidariedade e autogestão a partir do Círculo de Cultura naquele período e agora iremos analisar esses aspectos a partir da vivência com o grupo e das entrevistas. As inquietações em relação a esses princípios da Economia Solidária surgiram ao longo da caminhada de pesquisa, porque não eram *a priori* algo a ser trabalhado no texto, no entanto, estando com escuta aberta, tanto com os trabalhadores, quanto às leituras, isso se tornou parte importante da investigação.

Pontos como a solidariedade entre os trabalhadores começaram a aparecer em vários momentos com os cooperados, de diversas formas, e não me privei de aprender com eles sobre isso. Tinha que fazer o exercício de estar atenta aos nossos conteúdos e ao que era trazido pelos trabalhadores sem preconceito, sem procurar glórias ou contradições na fala deles. Em um mesmo dia, ou até mesmo em uma mesma fala, apareciam pontos de conflito, pontos de contradição e valores, que, para minha racionalidade, pareciam opostos.

Mas por que fechar a pesquisa em responder somente se eles são autogestionários ou não? Se são solidários ou não? Se competem ou cooperam? Se o Círculo de Cultura tem impactos ou não? Como se a pesquisa pudesse fechar a vida que existe ali em gavetas de “é ou não é”. Nessa perspectiva, quando indagada sobre as semelhanças com uma empresa, a cooperada responde:

Joaquina: Eu acho que, da forma como tá funcionando hoje, tem que ser parecido com uma empresa, tem que ser, devido ao, grupo não tê, entendeu? A Cooperativa avançou, só que o grupo antigo avançou com ela. Só que igual eu falei pra você; o grupo agora é rotativo, é um grupo que vem de outra forma de pensar, de trabalho, e por isso que faz falta capacitação, entendeu? Você não vê? Eles cobra muito. Eles não querem saber. Igual, se fosse no tempo nosso que parasse pro Círculo de Cultura, era difícil, você lembra, parar para o Círculo de Cultura, parar pra roda de conversa. Parar pra isso, pra aquilo era difícil. Agora então é impossível. Sabe, não tem aquele pensamento de falar assim: “Não, ela tá lá, mas ela tá trabalhando; tá em reunião, mas é a função sendo feita”. [pausa] Aqui não, é só trabalho manual.

Aprendemos com esses trabalhadores que as coisas não são lineares, parece empresa ou não, que o cotidiano comporta tanto “dever parecer com uma empresa”, quanto ser muito diferente dela por “não ser só trabalho manual, por ter que ter espaço de conversa”. Aprendemos que a Economia Solidária é um processo, e que estão todos assimilando a forma de fazer, portanto, quem está há mais tempo consegue assimilar mais, e quem está há menos tempo tem mais dificuldade de entender que espaço é esse da Cooperativa.

Não existe um “botão de *start*” que faça uma cooperativa se tornar de fato um empreendimento de Economia Solidária e seguir seus princípios; é um trabalho processual e de construção, portanto, esta pesquisa junto aos trabalhadores revela a importância da continuidade dos espaços de educação para que assim essa construção faça um sentido. É o pensamento de que “estar em Círculo de Cultura e em reuniões é estar trabalhando, é a função sendo feita”.

7.1.1 Autogestão

Buscando investigar com os trabalhadores como se dá a autogestão e a relação de sua efetivação com o Círculo de Cultura, ficou evidente que fazer autogestão é fazer algo novo e diferente, e que, portanto, se aprende fazendo.

Nas conversas e entrevistas com os trabalhadores aparecem três pontos importantes em relação à autogestão: ausência de patrão; ser dono é ter direitos e deveres; e para decidir no trabalho, os cooperados devem ter tido capacitação e serem conscientes do melhor para o grupo.

Ressaltamos que, em todas as entrevistas com os trabalhadores há mais de três anos na Cooperativa, apareceu ao menos um desses três pontos e, em algumas, apareceram todos; contudo, quando entrevistamos os cooperados que estão em torno de um ano na Cooperativa, eles apenas referiam-se à ausência de patrão, mas não faziam nenhuma análise sobre isso. Já

os cooperados mais antigos explicavam o que é, e ainda faziam uma avaliação sobre a autogestão.

Quando perguntei a Francisca, que está há um ano na Cooperativa, sobre a gestão democrática, ela sinalizou um “não” com a cabeça, demonstrando não ter nenhuma apropriação daquilo; então perguntei sobre “reunião” e ela completou da seguinte forma:

Só reunião que é de todo mundo, assim, né. Fala dos assuntos da Cooperativa, como a Cooperativa tá indo. Todo mês tem uma reunião e é colocado tudo que foi coletado, os pesos e os valor. Tudo que foi vendido. O que foi pago, o que gastou pra pagar todo mundo. Se sobrou dinheiro e tá na conta, ou no fundo, ou se não sobrou, é tudo explicadinho.

Ela faz uma narrativa da reunião, mas não emite uma opinião sobre isso, como se fosse um espaço em que apenas se discutem valores de produção, venda e pagamento, ou seja, como se a reunião e assembleia existissem com a finalidade de prestação de contas. Reconheço a importância da prestação de contas para o processo democrático, todavia os cooperados mais antigos explicam menos o processo das reuniões e falam mais sobre a execução da autogestão e suas dificuldades.

Luzia: Autogestão envolve capacitação, envolve coordenação, envolve você saber onde é seu espaço, é você querer respeitar e ser respeitado.

Cora: É diferente porque começa pelos direitos, porque deveres em todos os lugares você tem, mas direitos, não.

Ray: Todo mundo manda e ao mesmo tempo todo mundo faz.

Vera: Tem que existir, né. Tem que ter. Se não tiver autogestão dentro de uma cooperativa eu acho que nem é cooperativa, né? Tem que ter. E não é difícil, não. O difícil é porque as pessoas não se apropriam do que é delas, não é verdade? É difícil elas se apropriar.

Não ter patrão é ter uma autonomia sobre o trabalho que deve ser guiada pelo respeito ao outro, por saber lidar com direitos e deveres, e por ter responsabilidade com o que é seu. Continuando nessa perspectiva, uma trabalhadora responde:

Eu: O que é autogestão?

Joaquina: É... [pausa, pensando] É, em termos né, porque tem coisa que o grupo dá pra ter opinião, tem coisa que a diretoria tem que tomar a frente, porque não é tudo que você tem que deixar pro grupo resolver, porque se fosse o grupo, o grupo que começou, o grupo que levou a Cooperativa até hoje, ele teria um... [pensando]... não é capacidade, porque capacidade todo mundo tem. Mas eu acho que ele estaria maduro pra tomar certas decisão que não leve a Cooperativa pro prejuízo, mas acarretando o dia a dia de trabalho. Só que aqui ficou um lugar muito rotativo, o pessoal não para mais, cê entendeu? Só quem tá mesmo mais velho aqui, tem de cinco ano pra baixo, entendeu?

Eu: Por que está rotativo?

Joaquina: É, a gente acreditava que era o campo de trabalho, né. Era, a pessoa resolvia ser catador por falta de emprego. Hoje não, você vê catador em todo lugar. Hoje já é uma função. É uma coisa que é respeitada por todo mundo. Quando você não vai fazer a coleta o morador liga perguntando, liga cobrando, então, coisa que é um trabalho como outro qualquer. Então a pessoa não fica devido à renda, devido a não ter registro, porque a pessoa acha que, porque ele, pra ele ter alguma coisa, ele precisa ter um registro na carteira. Pra você ter um registro na carteira, você tem que ter um patrão. É, então é isso. Eu acho que tá faltando capacitação, entendeu? Tá faltando muita capacitação. Que, você lembra, a gente fazia muita capacitação, entendeu? Sabia o que era cooperativismo, o porquê de uma cooperativa, o porquê do material, por que não deixar jogado fora, por que não deixar casa pra trás. Quando tinha capacitação o grupo ficava mais tempo. Ficava mais.

Os trabalhadores antigos alertam que os novos deveriam “saber o porquê está votando”, evidenciando que aprender a autogestão demanda um tempo, e também uma construção coletiva, que, para tais trabalhadores, pode ser feita pela capacitação. Quando perguntamos a um trabalhador o que falta para os novos, ele respondeu: “Capacitação. Capacitação aqui dentro. Tudo que for trabalhar, eu acho que tem que ser no local de trabalho. Tem que ser”.

Na maioria das entrevistas, e também em conversas durante as visitas, a questão da capacitação aparece forte para os cooperados, corroborando com a ideia de que autogestão se conquista, se aprende e depende de outros fatores. Não ter patrão é também aprender a lidar com essa autonomia, e decidir sobre seu próprio trabalho é decidir o melhor para todo o grupo, e não para cada um individualmente, como na fala de Gladys: “Então a pessoa tem que aprender a lidar com essa questão. Eu acho que quem sabe um pouco mais que o outro, tem que passar por outro, né. Eu não acho difícil. Acho que as pessoas têm que aprender a se apropriar do que é delas”.

Embora os cooperados evidenciem a necessidade de trabalhar o sentido da autogestão com os novos cooperados, ressaltamos que, mesmo compreendendo o que significa uma gestão democrática na prática, os trabalhadores antigos também, muitas vezes, têm dúvidas e ações divergentes ao discurso coletivo, contradição comum decorrente dos apontamentos já trazidos aqui anteriormente. Quando trago essas falas para o estudo não é para dizer que a dificuldade de efetivar a autogestão seja somente dos novos, mesmo porque, em muitos momentos, os trabalhadores dizem do valor da educação permanente e da dificuldade de se efetivarem princípios solidários sem espaço de reflexão. No entanto, o que fica claro, tanto nas entrevistas, quanto na convivência, é como fica mais complexo e difícil efetivar a autogestão quando não vemos sentido naquilo em que votamos, ou quando o valor máximo da decisão não está no grupo e na cooperativa, e sim no individual.

7.1.2 *Cooperação*

A questão da cooperação, quando colocada para o grupo, vinha sempre acompanhada de “união né, um ajudar o outro”. A palavra união foi repetida muitas vezes e de diversas formas, mas principalmente seguida de uma história antiga, em que os trabalhadores diziam que “antigamente o grupo era mais unido”. Parece que, para os trabalhadores, cooperar é mais do que não competir, é estar unido em prol do trabalho, é fazer daquele espaço algo melhor.

Quando perguntamos sobre cooperação para uma trabalhadora nova ela parou, pensou e respondeu com uma nova pergunta: “É tipo assim, de um cooperar com o outro?”. E então, ao sinal de positivo, ela completa: “Tá, em primeiro lugar é a união do grupo. Tá em primeiro lugar. Pra ir pra frente só com a união do grupo”.

Enquanto a cooperada nova falava sobre a importância da união do grupo, mas sem muito refletir sobre isso, como se repetisse algo ouvido, as antigas diziam sobre a dificuldade que é estar no grupo sem união. Perguntei-me muitas vezes o porquê dessa diferença entre hoje e o “passado” que elas trazem em suas falas. E para elas a resposta é clara: “os novos”. Como se as mudanças de pessoas e a rotatividade da Cooperativa, somadas ao fato de não ter havido capacitações, desfavorecesse o a união do grupo, fato que é muito importante para eles. Entretanto, mais uma vez percebemos a responsabilização dos “novos”, como se os problemas ligados à não execução dos princípios solidários estivessem ligados a eles, e ao fato de eles não terem participado de capacitações e rodas de conversa que problematizassem e refletissem o sentido do trabalho na Cooperativa.

Observei no trabalho de convivência que essa inserção dos novos sem nenhuma mediação, ou trabalho de capacitação, influencia, sim, no trabalho coletivo, contudo, vi também que a ausência de rodas de conversas e Círculo de Cultura, ou mesmo de reuniões com os cooperados para falar da Cooperativa, influi em todos os trabalhadores. Os trabalhadores antigos falam dos “novos” sem muita reflexão sobre isso, apenas os colocando numa posição desprivilegiada, contudo, se eles vêm essa dificuldade e são mais velhos e experientes, por que não passar isso aos novos? Afinal, eles estão dizendo de união, acolhimento e cuidado, portanto, se dizem que sabem o sentido da Economia Solidária, poderiam passar isso adiante e favorecer o mesmo entendimento aos novos.

Como eles mesmos disseram, cooperar é mais do que só não competir, é pensar no coletivo, no grupo todo, e isso foi difícil de ver nesse novo encontro com a Cooçassis. Uma frase muito ouvida foi: “O grupo não está mais tão unido né, Ana!?”, e observamos que isso não diz de uma relação com os novos trabalhadores, mas com uma configuração de trabalho.

Alguns cooperados apontaram a falta de espaços como coral, teatro, Círculo de Cultura, escolinha e Rodas de Conversas, que, como disse Joaquina, também é parte do trabalho.

Além da questão da união, outro ponto trazido por alguns cooperados é a não competição, a segurança de não ter ninguém competindo com você porque na Cooperativa não tem cargos, e são todos catadores. “Aqui é todo mundo igual, e ninguém vai pegar o lugar de ninguém” (Diário de campo – 14/10/2015). Para Joaquina, isso significa que “o direito que um diretor, ou alguém do conselho fiscal tem, pelo estatuto, um cooperado simples tem o mesmo direito”. Mesmo destacando diretoria de “cooperado simples”, mostrando que há uma diferenciação, ela coloca que, sim, são iguais. Um cooperado me contava sobre ser da diretoria, mas antes disso ser catador e ter orgulho disso, e disse: “Um dia estávamos fazendo uma entrega e alguém perguntou se a gente era motorista. Eu respondi: “Não, nós somos catadores”. (Diário de campo – 14/10/2015).

A compreensão de que são todos catadores, ainda que a grande maioria nunca tivesse exercido essa função antes de estar ali, é retomada juntamente com a ideia de que “ninguém é mais do que ninguém” (Diário de campo – 14/10/2015).

Desse modo, para existir a cooperação, três fatores são importantes na visão dos cooperados: não competir; todos disporem dos mesmos trabalhos e salários e fortalecer a união, para que juntos eles possam melhorar a Coocassis. Esse talvez seja um dos desafios ainda presente no cotidiano de trabalho, já que eles reconhecem que a união do grupo está bastante fragilizada.

7.1.3 *Solidariedade*

Quando abordei a solidariedade, a primeira fala que salta aos olhos, entre as várias páginas de transcrição de entrevistas, é a de Joaquina, quando se refere à marmita. Ela nos diz que Economia Solidária é dividir a marmita, mas também diz que as coisas mudaram e não são mais assim na Coocassis. No entanto, refletindo um pouco sobre isso, encontro um relato no Diário de campo do dia 28/10/2015, de uma das últimas visitas que fiz, em que Francisca, a cooperada que está há um ano, pediu para conversar um pouco sobre seus problemas familiares. Ela contou sobre os problemas em casa e sobre a dificuldade de comer depois que chega do trabalho, segundo ela, por tristeza. No entanto, quando ela está na Cooperativa, sente fome e se alimenta melhor, porque, também segundo ela, consegue esquecer os problemas.

Falando sobre isso, ela contou que, no dia anterior, tinha uma companheira de trabalho comendo pão com mortadela e dividiu com ela; ela narrou a história com certo espanto porque

a companheira não tinha “obrigação” de fazer isso, e que ao tentar explicar sua situação achando que fosse minimizar a culpa de fazer a divisão do pão, a companheira disse que isso não era necessário e que a partir dali sempre levaria dois pães, um pra si e um pra ela. Francisca achou isso formidável porque elas eram apenas companheiras de trabalho, e concluiu dizendo: “Agora você entende por que é diferente trabalhar aqui?” (Diário de campo - 28/10/2015).

Ao mesmo tempo que os antigos cooperados sentem a falta de solidariedade presente em outros momentos, os novos se espantam com situações diferentes de outros lugares em que trabalharam. No entanto, mesmo queixando-se das mudanças, quando indagada sobre a Cooperativa ser um espaço diferente de trabalho, Gladys responde:

Eu acho que ninguém aqui estaria em uma empresa, ninguém estaria. Porque lá você tem que atingir metas, você tem que cumprir horários, e muitas coisas são inaceitáveis. Como assim, um filho seu tem problema, você vai resolver. Que mais? Atestado. [pausa] E a Cooperativa, você tem tudo isso de tolerância, tem tudo isso de tolerância e tudo a gente senta e conversa. Tenta resolver. Tem o lado social. Ajuda pessoas. Transforma pessoas, né. Então é muito diferente. Todo mundo tem sua limitação, não é verdade? Cada um trabalha de um jeito. Talvez eu veja de um jeito, você vê de outra. Mas se tiver pelo menos um pouco do grupo que consegue essa dinâmica, traz os outros também. Aí com certeza, eu te garanto que a Cooperativa vai de vento em popa.

A questão da solidariedade aparece nas falas dos trabalhadores ligadas a alguns pontos em comum: ter amigos no trabalho; não pensar só em si e pensar mais no coletivo e saber entender os outros companheiros. Para tanto, apesar das mudanças produzidas na Cooperativa, ela ainda tem aspectos singulares de solidariedade, confirmando que uma cooperativa de Economia Solidária é “um conjunto de práticas guiadas por uma racionalidade que concilia solidariedade social e viabilidade econômica” (GAIGER, 2007, p. 66).

Pensando nos três princípios da Economia Solidária trazidos aqui, esse último é o que mais apareceu em todas as falas, enquanto que os dois primeiros ficaram mais restritos às conversas com trabalhadores que são cooperados há mais tempo. Para os próprios trabalhadores isso se dá pela ausência de capacitação e espaços de educação. Entendo, assim, como verdadeiras potências tais espaços, onde o catador assume seu posto de cooperado e faz valer a autonomia que lhe foi dada.

Gladys: A gente não dá liderança pra pessoa. Liderança constrói. Liderança a própria pessoa conquista. Então tem que passar isso pra eles. Porque, às vezes, a pessoa acha que ela tá numa empresa mesmo, porque não tem essas rodas de conversa, não tem capacitação; aí, na imagem dela, ela vai chegar na Cooperativa e ela vai ter um coordenador, o coordenador vai ter que

mandar ela fazer alguma coisa se não ela não vai. Então cria esse vínculo. Então a pessoa tem que entender que ela tá na Cooperativa, ela tem que ser solidária, ela tem que saber o que ela tá fazendo aqui. Não ser mandada por mim, ou mandada por outra pessoa. Eu penso assim, né. Então tem que arrumar um jeito de passar pra eles entenderem.

O Círculo de Cultura é uma ferramenta de Educação Popular que procura proporcionar um espaço de diálogo onde os sujeitos possam fortalecer sua autonomia e assumir sua potência, contudo, ele é só uma das ferramentas usadas com esses catadores, afinal, muitos outros espaços foram criados para fortalecer tais princípios, desde Rodas de Conversas, até encontros de catadores da região, e todos esses espaços formam o conjunto de ações que proporcionam reflexão e debates para esses trabalhadores conquistarem novos espaços de atuação, fazendo com que a Economia Solidária se tornasse mais real e fortalecida.

7.2 E o Círculo de Cultura?

Analisando as falas, percebe-se que está muito presente a palavra capacitação, e avalio que espaços que os catadores chamam de roda de conversa, ou capacitação, influem na gestão democrática e nos princípios da Economia Solidária. Isso é possível verificar também nas falas de cooperados que não participaram de nenhum espaço de educação, por justamente não darem sentido algum aos temas ligados a esses princípios. No entanto, mesmo sem quaisquer espaços de capacitação, eles demonstram observar diferenças da Cooperativa em comparação com outro trabalho, principalmente nas relações de acolhimento e autonomia vivenciadas ali.

A Economia Solidária está, de alguma forma, impactando a vida desses trabalhadores, seja conforme observado nas pesquisas de campo, ou como apontado por Singer (2002) e Gaiger (2007), transformando realidades vividas por catadores e por trabalhadores desempregados, que encontram uma oportunidade de trabalho que seja mais do que a estabilidade de uma carteira assinada, mas traga essa possibilidade de vínculo apontada pela fala dos trabalhadores: “Aqui eu fui acolhida/o”.

Mesmo que o termo Economia Solidária esteja “esquecido” entre eles, ele pode ser visto, pois aparece diluído nas relações cotidianas, conforme observamos. Essa relação, ainda que não presente no vocabulário, está transpassada pela gestão democrática, pela amizade, pela solidariedade, pela divisão da marmita, pelo acolhimento, pela escuta, pela preocupação com o outro. O que os trabalhadores nos lembram é que, mesmo com isso presente, se existir espaço para o diálogo e um lugar onde seja feita a “capacitação permanente”, a Cooperativa iria melhorar e o trabalho nela também.

Eu: O que é Economia Solidária?

Palmira: Tá meio esquecida aqui, tá sim. Bastante. Essa letra não tem mais no nosso vocabulário, ela ficou esquecida, só que também não são todos que têm o cooperativismo, não, viu, Ana, são poucos. É mais os mais velhos. Mas por quê? Porque os mais novos que entrou não têm o que nós teve lá atrás, você entendeu? Não participaram. É por isso que é bom, sim, ter o Círculo de Cultura.

Nessa entrevista percebemos que o Círculo de Cultura elucidou sobre os temas do cotidiano dos catadores, para quem estava vivendo naquela época, mas que ficou como uma memória antiga que não é possível guardar sem reflexões constantes do assunto. Esse espaço foi de sensibilização dos trabalhadores, mas faltou continuar construindo um processo que de fato conseguisse produzir uma mudança na ação dos sujeitos, gerando assim a autonomia desses trabalhadores.

Não só porque eles são catadores, ou trabalhadores excluídos do mercado formal de produção, que dizem da importância desse espaço, mas porque trabalhar num empreendimento de Economia Solidária requer refletir constantemente sobre o processo de trabalho para, assim, fazer uma mudança efetiva no sentido solidário, tanto no grupo, como em cada um que participa dele, afinal, a possibilidade de fazer autogestão só é possível com a transformação de pensamento e comportamento de cada um para o fim coletivo. Isso mostra o quão complexa é a proposta da Economia Solidária e a necessidade de se produzirem espaços permanentes de diálogo, para que possamos gerar desvios de um modo de produção alienante lançado pelo sistema capitalista.

Palmira: Os novatos que entra, pra eles é mais uma porta de trabalho, vem pra cá, tava desempregado e essa porta abriu e... então é por isso que poucos que ficam na Cooperativa. Dá pra contar quantas pessoas que já têm anos aqui dentro. Não são muitas pessoas. Já os que entram, eles saem. Por que eles saem? Porque não tem o Círculo de Cultura e eles não entendem o que é a Cooperativa.

O Círculo de Cultura era para esses trabalhadores uma forma de capacitação permanente que ajudava as pessoas a se comprometerem com a Cooperativa, e se responsabilizarem por ela, afinal trabalhava as questões do cotidiano. No entanto, que não permanece pelo tempo, porque muitas coisas eles não lembram, e também porque não teve efeito nos novos que entraram, mas ele só faz sentido se for constante, assim como a educação deve ser permanente (MÉSZÁROS, 2008), e, como os próprios cooperados diziam, “sempre acontecer, mesmo que de 15 em 15 dias”.

Em suma, para a formação do gestor coletivo e para a modernização da produção, a qualificação e a educação permanentes dos associados não são apenas um instrumento necessário, mas sim uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento das empresas de autogestão (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 132).

A capacitação, muitas vezes, é vista pelos trabalhadores como algo bom, mas difícil de ser feito, porque não está diretamente ligado ao seu cotidiano e, por isso, realizar os espaços de Educação Popular aliados ao trabalho, nos contextos que os cooperados estão vivendo, faz mais sentido. Um cooperado contou sobre uma capacitação de que participou e disse: “Foi muito legal, mas se você for ver, aquilo é mais difícil do que trabalhar aqui, porque lá é diferente, fica sentado aprendendo, é diferente da vida da gente; aqui não, aqui é nosso cotidiano, é nosso trabalho, nossa vida, então a gente gosta e é mais fácil” (Diário de campo – 28/04/2015). Essa fala retoma a questão de gerar um espaço onde o diálogo parta da realidade vivida por esses trabalhadores, pense sobre ela; volte para o próprio cotidiano e, se for possível, que ocorra no espaço de trabalho, porque, como disse Joaquina em sua entrevista, “isso é parte do trabalho, então tem que ser aqui”.

Essas pessoas compartilharam a ideia de que se reunir, para além do espaço formal da assembleia, é positivo, desde que potencialize o trabalho deles na Cooperativa, e, por conseguinte, que isso contribua também para as suas vidas. Um exemplo disso é uma cooperada que concluiu que, quando ela trabalha bem e se sente importante no que faz, chega em casa mais alegre e mais confiante do seu papel na vida também, deixando muitas vezes de ser apenas uma mulher submissa e passiva, tornando-se uma mulher ativa e orgulhosa de sua função no trabalho, de seu papel de mãe, e ainda de seu lugar de esposa. Ela contou ao grupo que viu, no olhar de seus filhos, o orgulho de ter uma mãe forte, que se posicionou perante o marido, não deixando mais ele mandar e desmandar na casa, e que, além disso, foi na comunidade buscar uma atuação política, entrando para o conselho gestor do bairro (Diário de campo – 23/03/2011). Após isso, um cooperado também deu seu exemplo de que, ao participar dos encontros do Círculo de Cultura, entende melhor o porquê estava nesse trabalho e assim chegava melhor em casa, evitando brigas e desconfortos com a esposa e os filhos, se sentindo mais disposto para estar com a família, porque trabalhou bem durante o dia (Diário de campo – 23/03/2011).

Aqui aparece um reflexo desse espaço para além da Cooperativa, e para a externalização de solidariedade e atuação democrática na sociedade, afinal, enquanto empreendimento de Economia Solidária, a atuação dos sujeitos é comprometida com seu

território, com sua comunidade e família, e também com sua própria existência, por isso Singer (2001) fala de uma mudança de vida.

Para Joaquina, o Círculo de Cultura, fortalecendo os princípios solidários, também representa essa possibilidade de mudança:

Eu: Tem relação a capacitação com a forma de trabalhar do grupo?

Joaquina: Tem bastante. A forma de trabalhar e de pensar. É interessante porque na roda de conversa você tem o direito de você se expressar sua opinião, a forma de você pensar. Eu penso que não é porque eu penso da maneira diferente de você, que eu não posso te ouvir, não é. Eu posso dar minha opinião sem ela ser desrespeitada porque ela tem que ser ouvida.

Eu: Você participava do Círculo de Cultura?

Joaquina: Participava. Eu gostava. Eu achei que foi bem interessante. Tanto que a gente que veio de uma família diferente né, que era mais rígida, não tinha aquele diálogo, não tinha como você expressar a sua opinião. O Círculo de Cultura veio abrir a mente das pessoas, né?! Veio dar entendimento, o que eu posso dar minha opinião, mas tenho que ouvir a opinião da outra também. Então foi gostoso por causa disso. Muitos não sabiam escrever, não sabiam ler e não sabiam nem se expressar. Aprendeu a se expressar. A se comunicar através do Círculo de Cultura.

A Economia Solidária e a Educação Popular, aqui através do Círculo de Cultura, se tornam parceiras na possibilidade de aliar trabalho, educação, solidariedade, amizade, aprendizado e mudança cultural, porque todos esses pontos estão na ordem da vida e não temos como separar um e outro, embora isso nos seja orientado ideologicamente pelo modo de produção capitalista.

Ao longo da pesquisa observamos o quanto o sistema hegemônico está subjetivado por nós e a transformação de formas de estar no mundo é complexa e difícil. Para tanto, efetivar um modelo novo, com princípios solidários e autonomia presentes nos sujeitos é uma construção possível, mas que encontra grandes barreiras. Estou apostando na aliança entre Educação Popular e Economia Solidária como forma de efetivar isso. Mas é importante ressaltar que aqui estou falando de uma educação permanente (MÉSZÁROS, 2008), que, a meu ver, é favorecida com o processo permanente de incubação (GAIGER, 2007).

Falando sobre tornar a Economia Solidária não um termo distante desses cooperados, mas dotada de sentido, a partir do que eles já vivem, o Círculo de Cultura incidiu sobre o cotidiano desses trabalhadores como um espaço de legitimar suas práticas e construções. Quando pergunto a uma trabalhadora, durante a entrevista, se tem algum reflexo do Círculo de Cultura hoje na Coocassis, ela responde:

Tem, com certeza, nós... [pausa e um belo sorriso] se nós tá da forma como nós tá hoje,afiada, todo mundo pegando, e todo mundo fazendo acontecer, é porque lá atrás nós teve os nossos apoios, né? Claro que tem, com certeza, isso aí é sem dúvida. Eu mesma, né, eu mesma sou prova viva. Eu tinha medo de falar, eu tinha medo de... né? Às vezes eu queria falar, mas falava: “Será que adianta? Será que eu posso abrir minha boca?”. Posso. Depois que eu fui participando, que eu fui vendo que eu poderia tá falando as coisas. Não jogando conversa fora, mas falando as coisas que eu pensava, que tinha feito, então, pra nós valeu muito a pena, sim. E através dessa construção aí que veio aí do Círculo de Cultura e capacitação que nós tá hoje essa liderança da forma que tá. Foi através disso que hoje tem essas lideranças.

A fala dessa trabalhadora muito me emociona porque acompanhei esse desabrochar que ela traz, e, se busco um sentido na pesquisa quando vamos chegando perto de seu encerramento, esse sentido se torna legítimo nesta entrevista. Afinal, esta pesquisa também é, como disse a trabalhadora, um reflexo do Círculo de Cultura. Quando ela diz: “o reflexo somos nós”, me encaixamos nesse “nós”, porque esse espaço foi de muita riqueza e aprendizado também para os alunos. Lugar onde todos aprendemos, ensinamos, trocamos, vivemos, refletimos e partilhamos bons momentos. E assim também diz Gladys em sua entrevista: “Todo mundo que participou daquela época fala bem do Círculo de Cultura, fala da importância que é. E nós íamos todo mundo”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é resultado de uma investigação de dois anos e meio em um curso de mestrado⁴⁹, que teve como objetivo investigar a aliança entre a Educação Popular, por meio do Círculo de Cultura, e a Economia Solidária, por meio de uma cooperativa popular de catadores de materiais recicláveis, a Cooacassis. Como dissemos algumas vezes durante o texto, essa pesquisa não começa com a entrada no curso, mas sim muito antes, em uma convivência com a Cooperativa na graduação. Essa convivência anterior com o campo foi tão importante que se tornou parte da pesquisa e também do texto, à medida que a experiência com o grupo foi adquirindo mais sentido.

Ao todo, foram dois anos (2010 e 2011) de convívio com a Cooperativa durante a graduação, dois anos distante da Cooperativa e, por fim, mais dois anos (2014 e 2015) de novo convívio pela pesquisa etnográfica na pós-graduação. A separação do tempo tem caráter de organizar a metodologia, mas na verdade todo esse tempo compõe com o resultado desta pesquisa, porque cada caminho traçado foi importante para essa relação entre pesquisadora e campo e entre pesquisadora e pesquisa.

Os primeiros passos foram retomar o convívio antigo, por meio do Diário de campo produzido no primeiro contato e das lembranças dessa experiência com a Cooacassis. Com base nas hipóteses que iam surgindo na leitura do Diário, busquei suportes teóricos que pudessem orientar essa nova caminhada. A definição do objetivo da pesquisa só foi possível depois dos seis primeiros meses de curso, com a clareza de estudar justamente o que mais fez sentido na convivência com o grupo: o Círculo de Cultura. No Diário de campo estava o material sobre o Círculo de Cultura, que permitiu fazer boas análises, mas uma cooperada, ao discutir a ideia da pesquisa comigo, apontou a necessidade de um novo convívio para construir melhor essa ideia do Círculo de Cultura. Então optei por fazer uma nova vivência com o grupo.

⁴⁹ Encontrei duas grandes dificuldades em fazer as reflexões finais do texto: a primeira é referente ao retorno ao objetivo inicial e à pergunta que deu origem a esta dissertação, e a sensação de que não respondi tudo o que foi proposto inicialmente ou pelo menos não fui tão objetiva na resposta. Essa preocupação encontra um pouco de alívio na perspectiva de que, ao optar pela Etnografia, me permiti viver mais do que a interrogação pedia, permitiu investigar pontos que não pensei antes e que surgiram com o campo, portanto, talvez não haja mesmo conclusões prontas e fechadas, mas construí um olhar para aquela realidade. A segunda dificuldade se refere justamente à utilização da Etnografia e à angústia de terminar um texto com tantos dados que parecem não terem sido trabalhados. Foram produzidos dois diários de campo, entrevistas, lembranças e muita história escrita e vivida. A angústia é real porque, mesmo que tivéssemos uma dissertação com muitas páginas a mais, não daria conta da vida e da riqueza que tenho em mãos. Neste momento, o resultado desta dissertação é parte do que consegui apreender, daquilo a que consegui dar sentido e expressar pela escrita sobre a experiência etnográfica na Cooacassis.

Todo o material produzido, as leituras, os dois diários de campo, as lembranças, o intenso convívio com o grupo, as entrevistas, a orientação, as conversas em visitas a campo, os encontros de catadores, as idas à Incubadora e também a qualificação foram necessários para um produto final, que só expressa parte de tudo isso, afinal, não é possível dar escrita a toda essa história e experiência. O recorte do texto é o que pude expressar dessa riqueza de fazer uma pesquisa etnográfica em um campo que me faz vibrar e que me emociona.

Podemos dividir o trabalho em dois grandes encontros: o primeiro com o passado, com o convívio antigo (2010 e 211) e com o Círculo de Cultura daquela época, através do Diário de campo produzido lá e usado aqui como documento. E o segundo encontro no retorno à Coocassis, e no novo convívio com o grupo, realizado por visitas semanais, por meio da Etnografia.

O reencontro com os trabalhadores da Cooperativa trouxe alegria e angústias, causadas pelas expectativas geradas com a hipótese do trabalho. Tivemos a alegria de encontrar uma cooperativa com novas demandas, novos projetos e bastante trabalhadores, tanto antigos como novos. E tivemos a angústia de supor que os trabalhadores estavam ainda mais distantes da perspectiva da Economia Solidária mais próximos de uma empresa, por uma aparente desunião do grupo; sendo, portanto, um espaço fundamentalmente de contradição, pois, como pudemos ver e demonstrar ao longo desta pesquisa, é no cotidiano que emergem as contradições e as possibilidades de superá-las.

Talvez, nos primeiros encontros, eu tenha levado para o campo a perspectiva da Economia Solidária que está nos livros e que estava discutida nos relatos do Diário de campo, assim como fazemos muitas vezes quando vamos para um espaço de Educação Popular, com um modelo pronto de autogestão para o grupo seguir. No entanto, eu estava naquele momento distante da realidade prática da Economia Solidária e de suas efetivações no cotidiano de trabalho.

As entrevistas foram muito importantes para o trabalho porque traziam a dimensão particular dos sujeitos e suas experiências com a Cooperativa. Ainda que consideremos que alguns cooperados entrevistados possam ter respondido o que eles achavam que eu gostaria de ouvir, mesmo os mais antigos e que nos conheciam, entendo que as entrevistas foram fundamentais para a abordagem do objetivo proposto por esta pesquisa, que foi investigar a importância do Círculo de Cultura como uma ferramenta para a democratização das relações entre os cooperados de uma cooperativa e para o exercício da autogestão.

Nas histórias e relatos proporcionados pelas entrevistas, vimos vidas reais que foram impactadas pela Economia Solidária, ainda que as transformações individuais não tenham se dado sem contradições, afinal, mesmo trabalhando em uma cooperativa autogestionária, ainda estavam submetidos e viviam em uma sociedade capitalista. Nesse sentido, pensar a Educação Popular e o Círculo de Cultura para o cooperativismo autogestionário e popular é fundamental para enfrentar as contradições que emergem das relações apresentadas ao longo deste trabalho.

Por vivermos em uma sociedade capitalista, somos subjetivados por uma lógica que exclui, individualiza, hierarquiza e compete. Além disso, o capitalismo produz uma sociedade desigual, marcada principalmente pelo desemprego estrutural, gerando insegurança, dor e principalmente uma competitividade que atrapalha os sujeitos a se relacionarem de formas coletivas e solidárias. Esses são sujeitos que, mesmo bastante insatisfeitos, lutam sozinhos pelos seus próprios empregos, e muitas vezes não se relacionam com seus colegas de trabalho.

Levando em consideração os aspectos demonstrados ao longo desta dissertação, existe uma contradição em trabalhar coletivamente numa sociedade individualista. Esta se torna um obstáculo que as cooperativas populares devem enfrentar ao propor relações solidárias e gestão democrática.

Todas as entrevistas e conversas espontâneas geradas na convivência com os cooperados e que foram relatadas nos diários de campo indicaram que esses valores são presentes no cotidiano desses trabalhadores. Ainda assim, muitos deles percebem as diferenças existentes entre a cooperativa e as empresas tipicamente capitalistas, reconhecendo na primeira os valores de solidariedade e de amizade e como estes produzem um novo arranjo de relações a partir do cotidiano de trabalho.

A diferença é percebida tanto pelos “novos” quanto pelos “antigos”, ainda que cada um desses trabalhadores perceba essas relações de maneiras distintas. Se, para os trabalhadores novos, pudemos observar um sentimento de valorização de si, a partir trabalho em uma cooperativa popular e autogestionária, sobretudo pelos fatores solidários; para os antigos, observamos que é forte um discurso da desunião como problema apresentado hoje na realidade da Cooperativa, sendo que suas referências estavam atravessadas pelas relações de companheirismo e aproximação geradas, inclusive, pelo Círculo de Cultura. É como se os novos vissem mais coisas boas e os antigos mais coisas difíceis em comparação sempre com períodos anteriores.

Esses dados confirmam minha aposta na ferramenta do Círculo de Cultura como estratégico para efetivar princípios solidários, mas não posso deixar de ressaltar que, conforme observado no novo convívio e nas entrevistas, mesmo sem vivência de rodas, Círculo ou encontros do Movimento, há permanência de valores trabalhados pela Economia Solidária nos cooperados, mantida apenas pela experiência de trabalho na Coocassis.

Algo presente nos discursos, tanto de novos, quanto de antigos cooperados, é que a Coocassis proporciona trabalho e renda, e também respeito aos sujeitos que de alguma forma um dia estiveram fora do mercado formal de trabalho e hoje estão em um trabalho que lhes resgata o sentir-se humano. No Diário de campo de 2010 e 2011, vimos, por exemplo, o fato de estarem na Cooperativa usuários de serviços de saúde mental e egressos do sistema penitenciário, e que, na Cooperativa, ganharam força e corpo, tornando-se eles mesmos sujeitos, e não apenas “ex-presidiários” ou “loucos”. Com isso, podemos afirmar que uma parcela da população que existe em nossa sociedade, que é invisibilizada e estigmatizada, na cooperativa “tornam-se sujeitos”.

Notamos que trabalhar em uma cooperativa popular é uma experiência diferente. É a oportunidade de trabalho, não pelo seu currículo ou histórico, mas por necessidade; é a chance de trabalhar sem medo de no dia seguinte estar novamente sem trabalho; é a vivência de ser corresponsável pela retirada financeira do grupo e, principalmente, a possibilidade de trabalhar de forma coletiva e solidária, algo que apareceu muito nas falas dos trabalhadores.

Reconheço ainda que as falas vinham com ressalvas de que ainda era necessária mais união e solidariedade entre os trabalhadores, apontando para um desafio ainda presente na Cooperativa, porém, mesmo com tais problemas a serem enfrentados, os cooperados reconheciam as potencialidades e a importância do companheirismo entre os trabalhadores.

Nos desafios, estávamos sempre discutindo as possibilidades de trazer ao trabalho espaços de diálogos que pudessem afirmar os valores solidários, e assim melhorar não só as atividades, mas as relações que atravessam esse trabalho. Não se trata de ensinar e aprender a ser solidário, mas, como eles mesmos diziam, a capacitação, ou o Círculo de Cultura são fundamentais porque tornam-se espaço de problematização do cotidiano e dos conflitos nele gerados, para que, assim, pudessem ser propostas ações capazes de transformá-lo.

Nesse sentido, as ferramentas da Educação Popular são importantes para valorizar os saberes desses sujeitos e buscar, junto com eles, novas formas de se relacionar e de olhar e atuar no seu cotidiano. Para os trabalhadores mais antigos, se não houver um espaço que trabalhe questões do cotidiano, as pessoas novas que entram não ficam na Cooperativa porque

não entendem como ela funciona, ou, mais do que isso, ficam, mas não conseguem participar efetivamente dela. Decidir coletivamente, por exemplo, implica, como as próprias cooperadas falaram em suas entrevistas, entender o que é uma cooperativa e o porquê eles estão ali.

Entendo o Círculo de Cultura como uma possibilidade de realizar uma Educação Popular, como um espaço de reflexão. Espaço que deve, necessariamente, partir do cotidiano e ser parte dele, ou seja, deve trazer a realidade do trabalhador e ser parte do processo de trabalho.

O Círculo de Cultura em uma cooperativa não é um fim em si mesmo, ele é caminho, é possibilidade de reflexão e ação, é momento de pensar sobre o trabalho e apontar mudanças, para que, no cotidiano, possam ser construídas, por isso, se for pensado por alguém que está alienado da vivência dos cooperados, não faz sentido algum. Ele precisa ser construído também com os trabalhadores, buscando identificar demandas que são da cooperativa e das pessoas que ali atuam, ou dos movimentos políticos e sociais que estão, de alguma forma, envolvidos com o empreendimento.

O debatedor, nesse sentido, faz-se necessário para facilitar o diálogo, mas deve estar atento às demandas do grupo, mesmo que essas não sejam ditas, mas podem ser percebidas por meio de uma observação do cotidiano desse coletivo. O cotidiano pode fortalecer o espaço de debate, no entanto, pode também impedi-lo de existir. Por isso, os cooperados não fazem o Círculo de Cultura acontecer independente do agente externo – porque estão inseridos nesse cotidiano e absorvidos por ele.

Nesse aspecto, é interessante o trabalho das incubadoras, que colocam técnicos e alunos a serviço do empoderamento de grupos populares na busca de construir locais de trabalho com elementos de solidariedade e democracia. É um compromisso ético e político que, nesse caso, a universidade cumpre ao sair de seus espaços de ensino e se inserir na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

O apoiador, educador ou coordenador de debates é fundamental para visualizar questões que são encobertas pelo cotidiano. Ele ajuda trazendo dispositivos para reflexão que talvez o grupo não consiga perceber. Porém, não pode esquecer da função que ocupa nesse espaço e assumir qualquer postura que não seja a de facilitador do diálogo, para que os protagonistas sejam sempre os membros do grupo.

O Círculo de Cultura não é uma capacitação, como os cooperados muitas vezes disseram, pois não é um curso pronto sobre algum assunto, ele é um espaço de educação e de troca motivadas a partir das necessidades do próprio trabalho e do grupo. Assim sendo, não

pode ser estático ou pronto, é algo mutável e que está sempre em movimento, para que em cada momento esteja adequado ao que o grupo está vivendo. Isso não significa que ele não trabalhará questões de aprendizagem, ou temas mais abrangentes, mas, sim, que deve existir sempre em relação às necessidades concretas.

A pesquisa também demonstrou que o Círculo de Cultura, ou mesmo outro espaço de Educação Popular, deve ser permanente, porque as contradições também são permanentes na realidade desses trabalhadores, e eles estão a todo tempo sendo subjetivados pelo sistema hegemônico, ainda que também tenham suas subjetividades formadas em um trabalho coletivo e com perspectivas contrárias ao sistema capitalista.

A constância da reflexão possibilita que o catador se aproprie daquilo que ele acredita ser melhor para ele e seu grupo, e assim possa agir dentro de outra perspectiva. Essa apropriação é vista na fala dos cooperados antigos, que, com facilidade, descrevem o mundo do trabalho e suas contradições; já os recém-chegados ao trabalho na Cooperativa reproduzem o discurso oferecido a eles pelas ideologias do sistema capitalista. Essa assimilação foi observada nas falas dos trabalhadores associados há mais tempo na Cooperativa, e ocorreu não só pelo Círculo de Cultura, mas também pelas várias capacitações, pelos espaços coletivos, espaços de Educação Popular e pela própria experiência proporcionada pelo trabalho em um empreendimento solidário. O que fortalece ainda mais a ideia de que a Economia Solidária pode proporcionar uma alternativa não só de trabalho para esses catadores e trabalhadores, como também uma alternativa de vida.

Considerando o desenvolvimento da pesquisa, fizemos uma avaliação conjunta com parte da diretoria sobre as observações feitas neste estudo e sintetizamos nessa conversa alguns desafios e potencialidades do Círculo de Cultura na Coocassis. Essas conclusões valem não só em relação à ferramenta pesquisada, mas para grande parte das ações de Educação Popular, como as Rodas de Conversas, encontros do movimento social e capacitações. Como desafios, observamos a construção de um espaço democrático (Círculo de Cultura ou roda de conversa) de forma conjunta entre agentes externos e trabalhadores, fazendo mais sentido para a Cooperativa; outro desafio é a efetivação e permanência desse espaço de maneira contínua, sendo parte do trabalho da Coocassis, mesmo em um cotidiano mais complexo.

Avalio que a principal potência dessa ferramenta é a mudança de postura dos trabalhadores em relação à Cooperativa a partir do entendimento (definido como conhecer e fazer sentido) do que é trabalhar de forma cooperativa e solidária em uma gestão

democrática⁵⁰. Portanto, por meio dessa avaliação com a diretoria e também de nossa pesquisa, entendemos que o Círculo de Cultura pode favorecer a efetivação dos princípios da Economia Solidária.

Os maiores impactos do Círculo de Cultura foram as mudanças relatadas pelos próprios trabalhadores e que também pude observar, ou seja, essa ferramenta mostrou a capacidade de articular, conquistar e proporcionar um aprendizado que potencializa o trabalho solidário.

Muitas vezes os cooperados não lembram o que era feito, mas têm a memória afetiva do espaço e a certeza de que ele era potente e necessário. Alguns impactos podem ser vistos nas práticas de alguns cooperados, mas são, em sua maioria, subjetivos e estão na ordem da potência, estão em capacidade nos trabalhadores, afinal, é uma ferramenta que faz refletir e é caminho, e não fim.

Sendo assim, para concluir, a Educação Popular, por meio de várias ferramentas, entre as quais o Círculo de Cultura, possibilitou uma aliança potente com a Economia Solidária no cotidiano de trabalho dos catadores da Coocassis.

Concluimos também, que a Etnografia tem um valor inigualável e permitiu, tanto na entrevista, como no convívio, criar um sentido para fazer pesquisa, possibilitando à ciência a construção de um conhecimento cujo compromisso é a realidade social e a proposição de novos espaços de atuação para o pesquisador, tornando o estudo acadêmico parte fundamental na luta por um mundo mais justo, humano e solidário, ou seja, um mundo melhor e necessário.

⁵⁰ Aparece nessa parte da avaliação algo que não trabalhei sistematicamente ao longo do texto, mas que tem grande relevância para uma cooperativa popular. Eles falaram, que dentro da potência do Círculo de Cultura, ele, além de “mudar as pessoas”, também possibilitava a formação e o aparecimento de lideranças, e que, nesse caso, eles mesmos eram exemplos disso. Portanto, espaços de reflexão ajudam a emergir as lideranças que irão fortalecer o trabalho na Coocassis e também o próprio movimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRARA, Cris Fernández. *Trabalho e política no cotidiano da autogestão: o caso da rede Justa Trama*. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre a metamorfose do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (Org) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-26.

BENINI, Édi. Sistema orgânico do trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de Economia Solidária. In: BENINI, Édi A. et al. (Orgs.). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BEZERRA, Aída. As atividades em educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Orgs). *A questão política da educação popular*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 16-39.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre et al. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693-713.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). *A questão política da educação popular*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ASSUNPÇÃO, Raiane. *Cultura rebelde: Escritos sobre a Educação Popular ontem e agora*. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Cartilha Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) de 2010. Economia Solidária. Outra economia a serviço da vida acontece. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>> Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Presidência da República. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 19 abr. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005 – 2007). Brasília: SENAES/MTE, 2009. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC. Recife: SENAES/MTE, 2011. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3C3A6BBF013CB4C1940C0E82/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20PRONIN%202011%20_%20IADH.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010. Brasília: SENAES/MTE, 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Gov.%20Federal%202003_2010.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. SENAES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES. Atlas digital da Economia Solidária. Brasília: SENAES/MTE, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 28 set. 2015.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. *Cooperativa de catadores de materiais recicláveis – Coocassis: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência. 2008.* 310 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brandt. *Cotidiano: conhecimento e crítica.* São Paulo: Cortez, 1987. p. 13-63.

CASTRO, Matheus. Fernandes. *Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas.* 2010. 175 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CUNHA, Yuri Rodrigues da. *Terceirização e terceirizados: um estudo sobre os impactos objetivos e subjetivos da terceirização sobre trabalhadores terceirizados que atuam no setor de limpeza em Escolas Estaduais no Município de Marília-SP.* 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2015.

DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 7-29, abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2015.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea.* São Paulo: Boitempo, 2008.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (Org.). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica.* São Paulo: CERU, 1992. p. 42-60.

DUARTE, Newton. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Cadernos Cedex*, v. 24, n. 62, p. 44-63, abr. 2004.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

EZPELETA, Justa, ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989.

FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade*. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, p. 57-77, 2007.

GARCIA, Pedro Benjamim. Educação Popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). *A questão política da educação popular*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 88-121.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2003.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

HURTADO, Carlos Núñez. *Educar para transformar, transformar para educar*. Petrópolis: Vozes, 1993.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin. W., GASKELL, George. (Ed.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2008.

KOROSUE, Aline; GUIMARÃES, Valeska Nahas. Autogestão e relações de trabalho: Transformações ou manutenção das condições precárias do trabalho no capitalismo? In: PITAGUARI, Sinival O.; LANZA, Líria M. B., CORDEIRO Sandra M. A. (Orgs.) *A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares*. Londrina: UEL, 2012.

KOSMINSKY, Ethel. A utilização do dado qualitativo e a subjetividade do pesquisador. In: _____. (Org.). *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiróz*. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: Fapesp, 1999.

KREIN, José Dari. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990 – 2005*. Tese (Doutorado), Instituto de Economia (IE), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2007.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas, Trabalho Associado, Autogestão e Economia Solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia Paula. (Orgs). *Novas configurações do trabalho e Economia Solidária*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LUKÁCS, Györy. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1972.

_____. Prefacio. In: HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

MANFREDI, Silvia. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). *A questão política da educação popular*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 40-61.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno, 1972.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. v. I, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

_____. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. (Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844). In: FERNANDES, Florestan (Org.) *Marx & Engels*. São Paulo: Ática, 1989. p. 146 – 181.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Contribuições à crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Striner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP, S. Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 1-29, 1993 (editado em nov. 1994).

_____. *A sociologia do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Caminhada no chão da noite: Emancipação e política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MAUSS, Marcel. Ofício de etnógrafo, método sociológico. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (Org.) *Marcel Mauss: Antropologia* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1979. p. 53-59.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27-44.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e o “Novo Cooperativismo”. In: BENINI, Édi A. et al. (Orgs.). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 59-73.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

_____. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (Org.). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: CERU, 1992. p. 13-29.

ROCKWELL, Elsie. *Reflexiones sobre el proceso etnográfico (1982-85)*. Mexico: Centro de Investigación y Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional. Mimeografado (s.d.).

_____. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989. p. 31-54.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SATO, Leny; SOUZA, Marilena. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. In: MATIAS, Maria Cristina Moreno, ABIB, José Antônio Damásio (Orgs.) *Sociedade em transformação: Estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade*. Londrina: EDUEL, 2007. p. 37-55.

SILVA, Felipe. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. In: BENINI, Édi A. et al. (Orgs.). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, Vagner Gonçalves. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Edusp, 2000.

SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação. In: SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard (Orgs.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 41-76.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A Economia Solidária no governo federal. In: BENINI, Édi A. et al. (Orgs.). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 11-30.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, André Ricardo. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 7-10.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a Natureza e as causas das riquezas das nações*. São Paulo: Abril, 1978.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Pólis, 1980.

THOMPSON, Edward Palmer. *Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TYGEL, Daniel. *Fluxos e informações na Economia Solidária: Um novo olhar sobre a prática*. Rio de Janeiro: Ibase, 2011.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEITEZ, Candido G., DAL RI, Neusa M., *Trabalho associado: Cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G (Org.). *Max Weber* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 2003. p. 79-127.

WEFFORT, Francisco. Educação e política, reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989. p. 1-26.

ZITKOSKI, Jaime José. *Paulo Freire & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.